

**A CRISE ACTUAL
E AS RESPOSTAS DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dezembro 2010

FICHA TÉCNICA

Edição

ACEESA

N.º de registo na ERC

125724

Design Gráfico

Júlia Garcia
Criações Periféricas

Impressão

Coingra

ISSN

1647-5968

Depósito Legal

293560/09

Tiragem

500 exemplares

Dezembro de 2010



Direcção Editorial

Director Rogério Roque Amaro

Director Adjunto

Artur Filipe Veiga Martins

Conselho de Redacção

Artur Filipe Veiga Martins
Catarina T. Ferreira Pacheco Borges
João da Ponte

Secretária de Redacção

Marisa Silveira

Tradução

Claro – Centro de Traduções
e Competências Interculturais

Conselho Editorial

Cláudio Alves Furtado
Universidade de Cabo Verde

Gualter Manuel Medeiros do Couto
Universidade dos Açores

Jean-Louis Laville

Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique

Jordi Estivill Pascual

Universidade de Barcelona

José Fialho Feliciano

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

José Manuel Henriques

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

Leão Lopes

Atelier Mar – Cabo Verde

Paul Israel Singer

Universidade de São Paulo

Pedro Hespanha

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Rogério Roque Amaro

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

Victor Pestoff

Mid Sweden University

Comissão Científica

António David Cattani

Artur Filipe Veiga Martins

Eusebia Nuez Garcia

Jean-Louis Laville

Jordi Estivill Pascual

Luiz Inacio Germany Gaiger

Maria Rosário Alegria Baptista

Rogério Roque Amaro

ÍNDICE

09	Nota do Director Rogério Roque Amaro
	~Bloco temático
13	LA ECONOMIA SOCIAL Y SOLIDARIA COMO ESTRATEGIA DE DESARROLLO EN EL CONTEXTO DE LA INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA José Luis Coraggio
25	LA ECONOMIA SOLIDARIA: SUSTENTO Y ESPERANZA Jordi Garcia Jané
57	LA CRISIS ALIMENTARIA MUNDIAL Fred Madorf
83	CRISE, ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E «INTEGRAÇÃO ECONÓMICA» NA ACÇÃO CONTRA A POBREZA José Manuel Henriques
	~Contribuição
115	TROCAS POR CÁ — MERCADOS SOLIDÁRIOS PELA VOZ DE UM PROSSUMIDOR Mario Montez
	~Nota de leitura
133	Jordi Estivill «MANEIRAS COOPERATIVAS DE PENSAR E DE AGIR. CONTRIBUTO PARA UMA HISTORIA DO COOPERATIVISMO EM PORTUGAL» Hipólito Santos
145	Noticia
146	Normas Editoriais

Nota do Director

Rogério Roque Amaro

A crise económica e financeira, supostamente desencadeada em 2008 no contexto do descalabro do mercado dos valores mobiliários e consequentes dificuldades e brechas nos sistemas bancário e financeiro, surge como um «pano de fundo» constrangedor e omnipresente para as sociedades actuais, sendo apontado como o principal, senão mesmo decisivo, factor condicionante das dificuldades económicas e sociais que nelas se verificam.

Contudo, o seu entendimento e compreensão está longe de ser consensual, havendo interpretações que a situam num quadro explicativo mais amplo e estrutural e... previsível (ver, por exemplo, o artigo de José Manuel Henriques neste número).

Nesse sentido, a crise poderá ter origens mais remotas (provavelmente desde os anos 60, quiçá com uma manifestação já visível no Maio de 1968 em França) e características mais profundas, sendo a crise económica e financeira dos últimos 2/3 anos, uma das suas expressões mais recentes.

É objectivo (editorial) desta Revista tentar (também) contribuir para a análise e explicação destes processos de crise, mais recentes ou mais longínquos, bem como para a elucidação do papel da Economia Solidária neles ou face a eles.

Daí a opção (editorial) por se privilegiar, nestes próximos números, o enfoque nas relações entre a crise e a Economia Solidária, sem prejuízo de mobilizar outras abordagens actuais e pertinentes.

Foi com esse objectivo que foi designado o Prof. Jordi Estivill, membro da Comissão Científica e do Conselho Editorial da Revista de Economia Solidária, para coordenar este número, centrado na problemática da crise, embora admitindo outras análises.

É, neste quadro, que se juntam, neste número, contribuições de quatro autores, provenientes de três zonas geográficas (América do Sul, América do Norte e Europa), ilustrando a preocupação de se dar expressão a uma lógica de abordagens diversificadas científica e culturalmente.

No artigo de José Luís Coraggio, procura-se reflectir o papel da Economia Social e Solidária nos processos de integração da América Latina, no quadro dos caminhos que as economias alternativas têm aberto nesse subcontinente.

A contribuição de Jordi Garcia, por seu turno, analisa os desafios e as respostas da Economia Solidária face à crise actual, tendo em conta a sua evolução histórica e as propostas e esperanças que tem aberto.

No texto de Fred Magdof, liga-se a crise actual a outra crise, de uma amplitude temporal e geográfica desde início maior, que é a dos alimentos, à escala mundial, tratando-se de uma questão que põe em risco direitos fundamentais de dignidade e sobrevivência humana.

Por último, José Manuel Henriques, propõe uma reflexão sobre o conceito de «Integração Económica», no contexto da crise actual e do papel da Economia Social e Solidária, tendo como referência a Acção contra a Pobreza, como um dos objectivos prioritários das sociedades contemporâneas, tendo particularmente em conta as experiências e os ensinamentos que os projectos da Iniciativa Comunitária EQUAL possibilitaram.

Como foi, desde início, intenção (editorial) desta Revista, publica-se ainda, sobre a forma de artigo, um dos trabalhos de mestrado, seleccionados para este efeito, valorizando, deste modo, o esforço de investigação que, nesse quadro, é desenvolvido por mestrandos(as) ou doutorandos(as), de várias instituições académicas, onde se promovam e enquadrem trabalhos científicos nos domínios cobertos por esta Revista. Neste caso, trata-se de um trabalho realizado pelo mestrando (Mário Montez) de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais (ISCTE-IUL), sobre os mercados solidários, sendo a responsabilidade da sua selecção do responsável deste número (Jordi Estivill) e do director da Revista (e que assina esta nota editorial).

Além destes cinco artigos, este número inclui uma nota de leitura, da responsabilidade do seu coordenador (Jordi Estivill), sobre o livro «Maneiras cooperativas de pensar e agir—contributo para uma História do Cooperativismo em Portugal», da autoria do cooperativista português, Hipólito Santos.

Esperamos, com este número, enriquecer o debate sobre a crise actual e sobre os caminhos que a Economia Solidária vem propondo, esclarecendo que ela não deve ser vista apenas como uma resposta à crise, face às falhas do mercado (causadoras da crise) e do Estado (acentuadoras ou não resolutivas da crise), mas antes como uma reconfiguração do «económico» e do papel da Economia e da Ciência Económica («Economics») na viragem para o século XXI, que vale por si própria, e não como compensação das falhas das outras duas lógicas económicas.

LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA COMO ESTRATEGIA DE DESARROLLO EN EL CONTEXTO DE LA INTEGRACIÓN REGIONAL LATINOAMERICANA ¹

José Luis Coraggio

¹Reconstrucción de una parte de la ponencia presentada en el 3^{er} Encuentro Latinoamericano de Economía Solidaria y Comercio Justo organizado por RIPESS en Montevideo, 22-24 octubre 2008.

ABSTRACT

Social and Solidarity Economy as a strategy for developing the regional integration of Latin America

Admitting the existence of a mixed and hybrid economy (capitalist, public and popular), the question we raise is how to build a transition that has no model and that cannot be carried out as an engineering exercise. Taking the historical specificity of Latin America into account we present ten possible guidelines for international integration.

RESUMO

Aceptando la existencia de una economía mixta e hibridada (capitalista, pública y popular), se plantea como construir una transición que no tiene modelo ni puede hacerse como un ejercicio de ingeniería civil. Afirmando la especificidad histórica de América Latina se presentan diez líneas posibles en el marco de la actual integración internacional.

Otro desarrollo, otra economía

Para encarar el tema que nos han propuesto podemos comenzar aclarando que, si vamos a usar el término «desarrollo» será en el sentido que le han impreso los pueblos originarios: el **bien vivir de todos y todas**. Desarrollarnos es ampliar y efectivizar nuestras capacidades como sociedades para construir e institucionalizar una economía donde quepan todos, una economía de lo suficiente, una economía **solidaria** que dé respuesta material a los deseos legitimados de todos sus ciudadanos miembros. Esto nos diferencia de la búsqueda del *bienestar*, concepto propio de la modernidad occidental que terminó definiendo la riqueza como la masa de mercancías que se generan y distribuyen, y el bienestar individual como la cuota de esa riqueza de que se podía obtener.

Por eso la Otra Economía, sea que la propongamos discursivamente o a través de nuestras prácticas, debe ser **social**, porque no sólo debe producir y distribuir bienes y servicios materiales sino también generar y posibilitar otras relaciones sociales, otras relaciones con la naturaleza, otros modos de reproducción, otras opciones de vida en sociedad diversas del paradigma del capitalismo posesivo individualista. Como consecuencia, tampoco tenemos como indicador de desarrollo el crecimiento económico medido por el Producto Nacional Neto anual ni presuponemos que cuánto más se produzca mejor (maximización). Porque el famoso derrame por arte del mercado ha mostrado ser, antes bien, un proceso de concentración en pocas manos de la riqueza, como medio para la explotación o simplemente la exclusión de los trabajadores. Y porque el crecimiento industrial capitalista y estatal-socialista ha mostrado que su lógica inmanente de la ilimitación ha llevado a trasponer umbrales que generan desequilibrios ecológicos posiblemente ya irreversibles.

Sentidos para una posible estrategia

Se planteó en el título de este panel el término «estrategia». Esto implica ir más allá de la reacción ante el problema inmediato, por vital que este sea, poder ver el sistema que está detrás del caos que genera el capitalismo y sus contradicciones, poder pensar sistémicamente también cuando proponemos alternativas. Por ejemplo, advertir que aunque logremos que el precio de un dado bien sea justo, es imposible lógicamente llegar por agregación a obtener un sistema de precios justos coherentes según las reglas del mercado. Que la justicia social no se logrará sólo por esta vía, que hace falta la redistribución por medio de la producción de bienes públicos, reconocer y promover producciones y distribuciones fuera del mercado y del dinero. Que es parte de nuestra plataforma no sólo la lucha por el acceso a escuelas y universidades sino por otra escuela y otras universidades, desmercantilizadas y comprometidas con el proyecto de una ESS, una reconstrucción que llevará décadas.

Una estrategia de desarrollo en el sentido antes propuesto debe proponerse ampliar las opciones de vida de todas y todos los individuos y comunidades y de las sociedades como un todo (autodeterminación). Se trata, de hecho, de generar las bases materiales de una libertad efectiva. Esa estrategia debe incluir, por supuesto, una redistribución del ingreso monetario generado en estas sociedades en que el mercado y el dinero se han vuelto tan determinantes, pero esto es no sólo insuficiente sino que puede ser funcional a la reproducción del mismo sistema que polariza la sociedad, que aliena y excluye a las mayorías (como cuando el ingreso popular fluye a las mismas estructuras monopólicas de comercialización minorista, o se deposita en los bancos que concentran el poder económico). Se trata en realidad de transformar la estructura de la economía misma y no sólo la distribución de sus resultados. Se trata de transformar el modo de organizar socialmente el trabajo para la producción, la distribución, las formas de propiedad, de circulación y de consumo.

Esto no puede hacerse como un ejercicio de ingeniería civil. No estamos hablando de construir un puente. Esa nueva construcción implica deconstruir el edificio economicista capitalista, exacerbado en su negatividad por los treinta horrorosos años de neoliberalismo. Implica confrontación de intereses, de visiones del mundo, implica una lucha contra el dominio o, lo que es más difícil, contra la hegemonía manifestada en buena medida en el sentido común legitimador del sistema de mercado capitalista. Esa lucha implica que los sujetos populares deberán construir un «nosotros» para enfrentar los proyectos de las clases hegemónicas en los espacios democráticos, ensanchados y radicalizados, e incluso tener que confrontar la violencia de quienes se resistan defendiendo sus intereses particulares. La ESS no puede ser un nicho dentro de un sistema capitalista, como no lo pudo ser el cooperativismo sin volverse indiferente a la misión original como proyecto de emancipación de los trabajadores. No alcanza con que emerja un emprendimiento donde no lo había, su sostenibilidad y posibilidades de desarrollo no dependen meramente de su eficiencia y competitividad, sino de que se cambie su propio contexto societal.

Las estrategias tienen sujeto. Considero que el sujeto de la ESS no es ni una clase ni un segmento de la sociedad civil, ni siquiera los autodenominados movimientos por la ESS. El sujeto de otra economía irá configurándose como la convergencia flexible de múltiples movimientos de liberación, de resistencia, de reconstrucción orientada por la crítica a este sistema que hoy se globaliza en medio de severas contradicciones, y por los aprendizajes aún dispersos de la diversidad de experiencias populares en marcha.

El punto de partida y la transición

Partimos de una economía mixta e hibridada. Mixta en tanto puede ser analizada como la combinación de un sector de **economía empresarial capitalista**, orientado por la acumulación ilimitada, un sector de **economía pública**, orientado por una combinación variable de sentidos (como podemos advertir comparando hoy los sentidos de las políticas de los distintos gobiernos nacionales en la región): la acumulación de poder político, la gobernabilidad, el bien común; y un sector de **economía popular** cuyo sentido es la reproducción ampliada (es decir: en condiciones siempre mejores, orientados por la concepción -siempre en construcción- del bien vivir) de la vida de individuos, grupos y comunidades. Hibridada en tanto hay diversas relaciones de producción -desde las capitalistas hasta la de los productores autogestionados pasando por las formas de producción estatal de bienes públicos, mercantiles o no mercantiles-, de distribución y consumo, más o menos articuladas, dentro de jerarquías de hecho o institucionalizadas jurídicamente (por ejemplo, una parte enorme del trabajo y de la economía es ilegalizada, o ignorada, sumergida, para la definición oficial e incluso popular de qué es «economía»).

La transición hacia Otra Economía, mediante las prácticas que llamamos «economía social y solidaria», no puede limitarse a procurar la integración de los excluidos (a esa misma economía oficial que los excluyó) a través de la producción y mercadeo de bienes y servicios y el cumplimiento de las reglas del mercado idealizado (la competitividad como prueba de legitimidad). Está claro que nuestros criterios incluyen valorar actividades que generan condiciones favorables para la asociación libre de individuos, unidades domésticas, comunidades, en la reconstrucción de un metabolismo socio-natural basado en relaciones de reciprocidad entre los seres humanos y con la naturaleza. Pero aún esto no es suficiente. Es imperioso evitar que el principio de mercado sea

el que sobreconforme los otros principios en que se basa la institucionalización inevitable de los sistemas económicos: el ya mencionado de **reciprocidad**, basado en el don desinteresado o «interesado» (doy para construir una comunidad/sociedad que me proteja), el de **redistribución**, de importancia crucial en esta transición a partir de un desequilibrio enorme en el acceso a los recursos productivos y sus resultados, el de **planificación** conciente de acciones y previsión de efectos sobre individuos, grupos y sociedades enteras, superando el inmediatismo reinante, y el extraordinariamente importante principio de **autarquía**, de la autosuficiencia y la autodeterminación (soberanía) no sólo alimentaria sino de todos los bienes y servicios básicos para la vida.

Queremos una sociedad *con* mercado pero no *de* mercado. Esto implica que el paradigma de la empresa eficiente y del mercado autoregulado no puede orientar nuestras prácticas socioeconómicas. Ya hemos experimentado que el funcionamiento de acuerdo al principio de mercado, particularmente con fuerzas globales operando, genera un desarrollo desigual, excluye, vulnerabiliza la vida humana, mercantiliza la política, fragmenta las comunidades locales y las sociedades y produce desastres ecológicos a escala planetaria. Nuestro objetivo no puede ser meramente integrar a ese mundo a los ahora excluidos.

Muchas definiciones, un mismo sentido

Hay muchas definiciones de economía alternativa: popular, del trabajo, social, solidaria, social y solidaria, comunitaria, para la vida, etc. etc. El documento Lima +10 nos provee un marco suficiente para compartirlo sin entrar en preciosismos:

«la economía social y solidaria está basada en valores humanos y principios de solidaridad, que propugnan el reconocimiento de la otra persona como fundamento de la acción humana y eje de la renovación de la política, la

economía y la sociedad (...) incluye al conjunto de actividades y organizaciones de carácter comunitario, asociativo, cooperativo, mutualista y demás formas colectivas creadas para responder a las necesidades de empleo y de bienestar de los pueblos, así como a movimientos ciudadanos orientados a democratizar y transformar la economía».

Nuestras prácticas tienen así múltiples contenidos y propósitos inmediatos (generar ingresos es sólo uno de ellos). Pero uno fundamental es el de activar las capacidades de autoorganización y cooperación de los trabajadores para resolver sus propias necesidades y, por elevación, las de todos. Esto incluye múltiples formas de inserción en la economía, la producción para el autoconsumo (autarquía), para el comercio (intercambio), para el tejido de lazos sociales fraternales (reciprocidad), como participantes de sistemas de redistribución justos que dan acceso a recursos productivos y medios de vida, y de coordinación consciente—directa o con autoridad pero no autoritaria—de las iniciativas, cuidando el orden de la naturaleza. Otro sentido que puede proponerse como común va más allá de las prácticas de reproducción inmediata de personas o grupos particulares: es la desmercantilización de lo que Polanyi llamaría mercancías «ficticias»: el trabajo, la naturaleza, el dinero y el conocimiento. Y la lucha contra las múltiples formas de explotación del trabajo, con especial atención al trabajo infantil y a las formas de discriminación adicionales a las de clase.

Múltiples son las formas de organización que va tomando la ESS: emprendimientos familiares, comunitarios, libremente asociados, cooperativos, asociaciones, redes de ayuda mutua, de comercialización o abastecimiento conjunto, de efectivización de derechos (a la tierra—y en algunos casos mucho más que eso: al territorio, al agua, a la educación, a la vivienda, al habitat saludable, a la ciudad, a la energía, a la salud, a la seguridad social y la protección, etc.), las monedas sociales, las redes de comercio justo, las

finanzas solidarias, los procesos de recuperación de recursos de las empresas de capital o del Estado (equipamientos de fábricas, empresas en general, tierras, edificios, viviendas, etc.) y todo movimiento o acción colectiva que procura transformar la economía con los valores y sentidos arriba definidos (movimientos ecologistas, feministas, étnicos, juveniles, etc.). Valores de solidaridad y una moral económica que incluye el consumo responsable y también la producción responsable son impulsados no sólo discursivamente sino en la práctica misma.

Se trata de ir construyendo un entramado mesosocioeconómico desde las regiones urbanas y rurales, que supere el nivel de emprendimiento singular, generando un conjunto complementario, y crecientemente orgánico y autogenerado de actividades económicas, con grados crecientes de autosuficiencia y reflexibilidad, con sujetos que se van configurando en los encuentros y convergencias entre múltiples actores e identidades. Ese proceso necesita como orientación tanto la crítica activa al sistema existente como la perspectiva de una utopía realista, de la idea fundamentada en las posibilidades atisbadas desde la multiplicidad de iniciativas populares, una economía centrada en el trabajo autonomizado de estructuras de dominio, de la hegemonía capitalista, de mecanismos de explotación, una economía cuyo sentido sea la reproducción en condiciones cada vez mejores de la vida de todos. Un mundo que, más allá de la contrahegemonía, podamos pensar sin hegemonías.

Por ahora, la inevitable lucha contrahegemónica implica encarar el hecho de que, mientras estamos proponiendo el trabajo autoorganizado, en el imaginario popular urbano un trabajo «digno», o incluso un trabajo «genuino», es un trabajo con patrón. Que nos encontramos inmersos en una cultura del trabajo, de lo productivo, que es propia de la modernidad occidental y de su definición de riqueza antes mencionada. Que—desde la perspectiva de una economía para la vida—debemos pugnar por otros criterios de

validación del trabajo que no sean los del mercado, en que el valor de las cosas está mal representado por su valor monetario o que la valoración de un trabajo está mal representada por la competitividad de su producto en el mercado.

No tenemos un modelo, ni dos ni tres. Ni la cooperativa ni el trabajo asalariado digno. Ni la organización ni la red. Sabemos que queremos otro mundo, pero no hay modelos, menos aún un sistema alternativo llave en mano. Tenemos que experimentar, y hacerlo responsablemente con la vida humana y la naturaleza. En cambio, el neoliberalismo ha experimentado con nosotros, y ha tenido el desparpajo de contar vidas, de calcular y valorar que la libertad de mercado valía el precio que había que pagar en vidas humanas, en culturas y biodiversidades desaparecidas.

La ESS y los procesos de integración

Ante la compleja cuestión planteada a este panel, apenas esbozo 10 referencias a cómo desde la ESS podemos privilegiar acciones a realizar en el marco de los procesos de integración internacional que existen y los posibles desarrollos de los mismos:

- 1.** Contribuir a parar y/o revertir los tratados de comercio lesivos para el bien común de nuestras sociedades, lo que requiere luchar contra los proyectos de subordinación nacional a los poderes económicos centrales y sus instituciones.
- 2.** Introducir en la agenda de los gobiernos y organismos de integración regional la ESS como parte de la economía que se quiere integrar, potenciando sus criterios de jerarquización de los principios de institucionalización de la economía.
- 3.** Acompañar las convergencias de los movimientos sociales en las luchas por otra integración de nuestras sociedades.
- 4.** Trabajar por la ESS con especial atención a la especificidad de las fronteras vivas entre nuestros países, en muchos casos expresión de la economía popular mercantilizada, subordinada y transnacionalizada de nuestras sociedades.

5. Trabajar por la ESS con especial atención en las zonas de concentración de poblaciones desplazadas por las guerras o los cataclismos.
6. Trabajar por el reconocimiento de la integralidad cultural y económica de los territorios supranacionales de los pueblos originarios.
7. Plantear la protección nacional de productos de la economía popular y de la ESS, frente al dumping social del comercio internacional y el proteccionismo de los estados centrales.
8. Plantear las instancias regionales como fronteras de defensa de la penetración por el comercio de los productos transgénicos, sus tecnologías y los poderes que dominan esos mercados globales.
9. Exigir de las instancias regionales que demanden una ampliación de las políticas migratorias de los países centrales y evitar el uso de esas políticas como forma de discriminación intraregional.
10. Difundir y propiciar las prácticas de emisión autogestionada de monedas sociales y facilitar su reconocimiento entre emprendimientos de distintos países de la región.

La especificidad histórica de la ESS en América Latina

Dado que hay compañeros solidarios de sociedades del Norte, tal vez valga reiterar que este continente, abierto al intercambio fraterno, más que en la búsqueda de definiciones y modelos para adoptar, está en un proceso de creación de una pluralidad de formas de economía alternativa, y que al hacerlo tiene un piso firme y fértil basado en nuestra propia historia para avanzar por los caminos objetivamente necesarios de construcción de otra economía.

Porque aquí, periferia expoliada de Occidente, el Estado desarrollista (la versión para América Latina del Estado de Bienestar de los «gloriosos treinta años» de posguerra) nunca pudo completar su tarea, y lo que avanzó hacia una

sociedad industrial en muchos de nuestros países fue desmantelado por dictaduras y democracias neoliberales condicionadas por los organismos internacionales controlados desde el Norte y por la deuda ilegítima y usuraria que se impuso a nuestros pueblos; por lo que la pobreza estructural –rural y urbana– no pudo ser erradicada en la mayoría de nuestros países y a ella se sumó el empobrecimiento masivo de la mitad de la población, porque grandes mayorías de nuestros ciudadanos siguieron apelando a formas no capitalistas de producción para la supervivencia, manifestado en la pervivencia de formas campesinas y en el gran sector informal urbano. Nuestro desafío es, sin embargo, no limitar nuestras prácticas a los sectores indigentes, sino convocar a comunidades locales heterogéneas a participar en la pugna por otro desarrollo.

Porque aquí, habiendo sido por siglos colonia de Europa y patio trasero del Imperio, resurgen con rebeldía y fuerza extraordinaria los pueblos originarios y sus cosmovisiones, que son crecientemente asumidas como propias por organizaciones políticas y movimientos sociales.

Porque aquí germinó y se desarrolló la Teología de la Liberación, que si para algunos fue derrotada por los poderes jerárquicos de la Iglesia, está viva en las prácticas de la ESS. Porque aquí surgió la Pedagogía de la Liberación, cuyas reglas de construcción de saber y democratización del poder están encarnadas en casi toda práctica de ESS.

Porque este es un continente revolucionario, que busca su propia definición de socialismo, que incluye tanto el Cooperativismo y Mutualismo originarios como el amplio espectro que va desde la Revolución Cubana hasta la Revolución en Libertad del Chile de la Unidad Popular, pasando por la particular Revolución Sandinista en Nicaragua, y con la viva experiencia actual de la Revolución Bolivariana en Venezuela, de la Revolución Ciudadana en Ecuador y del profundo proceso revolucionario de Bolivia.

LA ECONOMIA SOLIDARIA: SUSTENTO Y ESPERANZA

Jordi Garcia Jané

ABSTRACT

Solidarity Economy: Hope and Support

By recognising the current weaknesses and strengths of solidarity economy we are trying to establish a «two-legged» strategy: one leg on the capitalist system and the other on the creation of a post-capitalist society. To do so, we suggest improving the management of solidarity enterprises, fostering all kinds of solidarity economy initiatives, becoming a civic enterprise, generalising responsible consumption practices and ethical saving, promoting cooperation in order to create social markets, supporting the ecological and social work sectors and finally achieving more active public policies.

RESUMO

A partir de una descripción de las debilidades y fuerzas de la economía solidaria en el contexto actual, se intenta establecer una estrategia, en la que se avance con dos piernas una dentro del sistema capitalista y otra que contribuya a crear una sociedad postcapitalista. Para ello, se propone: Mejorar la gestión de las empresas solidarias, potenciar el surgimiento de todo tipo de iniciativas de la economía solidaria, erigirse en la empresa ciudadana, generalizar las practicas de consumo responsable y de ahorro etico, promover la inter cooperación hasta crear mercados sociales, abanderar los sectores ecologico y de servicios sociales, y conseguir politicas publicas mas activas.

A pesar de que el capitalismo es el modo de producción dominante en todo el planeta, tal día como hoy centenares de millones de personas trabajan, obtienen créditos o consiguen a bajo precio productos de primera necesidad organizándose al margen del mismo, bajo formas que llamamos de economía social o solidaria.

Podemos definir la economía solidaria como el conjunto de prácticas económicas, es decir, de actos de producción, comercialización, consumo y crédito que persiguen la satisfacción de necesidades en vez del lucro y que se rigen por los valores de cooperación, solidaridad, democracia, igualdad y sostenibilidad. Por lo tanto, estamos hablando de producción entre iguales, de comercio justo (respecto al Sur y entre el Norte), de consumo responsable, de finanzas éticas, así como la generación y preservación de bienes comunes (el denominado procomún).

Muchas de estas prácticas se han formalizado en empresas cooperativas de todo tipo, sociedades laborales, empresas de inserción, fundaciones y asociaciones de intervención social, mientras que otras adoptan la forma de trabajo autónomo, así como de trabajo voluntario, redes de trueque entre particulares o entre empresas (algunos con moneda social), huertos comunitarios, microeconomías comunitarias vinculadas a grupos neorurales, el movimiento de software libre, etc.

Si bien el origen moderno de la economía solidaria data del primer tercio del siglo XIX y se sitúa en países como Francia, Inglaterra o Cataluña mediante la creación de las primeras cooperativas de consumo y de trabajo, podemos considerar que dichas iniciativas han cobrado fuerza por todo el mundo a partir de la década de 1980 y han adquirido carta de movimiento social a partir de los foros sociales mundiales de principios de este siglo.

En el Estado español, la economía social o solidaria contemporánea aparece como fruto de la amalgama de proyectos surgidos en tres oleadas diferentes. La primera arranca

con la crisis económica de finales de los 70, que provoca el nacimiento de un cooperativismo básicamente industrial, a menudo de reconversión, que aportará savia nueva a un sector cooperativo histórico, envejecido y marginal, que había logrado sobrevivir a la dictadura franquista. La segunda oleada parte de los años 80 en forma de nuevas familias dentro del sector—sociedades laborales, asociaciones de intervención social, empresas de inserción...—y de cooperativas vinculadas también a la gestión de servicios sociales. La última oleada—por el momento—parte de mediados de los 90 y llega a mediados del 2000, y se caracteriza por la multiplicación de las sociedades laborales y las asociaciones, así como por el surgimiento de iniciativas económicas vinculadas a los movimientos sociales transformadores (movimiento altermundialista, ecologista, okupa...), que dan lugar a grupos de compra y cooperativas de consumo agroecológico, a tiendas de comercio justo, a instrumentos de banca ética, a medios de comunicación alternativos, etc.

Fortalezas y debilidades

La economía solidaria mejora las condiciones de vida de sus participantes y sus entornos: proporciona alimentos a bajo precio o más sanos; crea puestos de trabajo, y además de calidad; reduce el impacto ambiental de muchas actividades humanas; fija la población al medio rural; combate la pobreza y la exclusión social; permite una mejor asistencia sanitaria; contribuye al desarrollo local; ofrece actividades culturales y educativas; facilita viviendas a precios más asequibles que el mercado; etc.

Además, la multiplicación de las prácticas de economía solidaria contribuye a socializar los valores de democracia, igualdad, trabajo emancipado, responsabilidad y solidaridad; aumenta la cohesión social creando comunidad, y demuestra que otra economía más justa, democrática y sostenible es posible, e inspira modelos económicos alternativos.

Algunas de estas prácticas de economía solidaria son esporádicas: la colaboración, productiva pero voluntaria, en un proyecto de software libre por la red, por ejemplo; una acción de compra responsable, que puede devenir hábito; alguna aportación económica a una entidad de finanzas éticas; la participación estrictamente como consumidor en una cooperativa de consumo, etc. Otras prácticas cristalizan en organizaciones formales de tipo empresarial, lo que en principio permite su continuidad.

Si nos ceñimos ahora a analizar las organizaciones de la economía solidaria observaremos cómo sus fortalezas estructurales dimanar precisamente de lo que las caracteriza: propiedad colectiva por parte de quienes trabajan en ellas, organización democrática y compromiso social. Las dos primeras características favorecen la implicación de los trabajadores en la empresa, lo que conlleva mayor productividad, calidad y creatividad, y menor absentismo y despilfarro; mientras que su vocación de servicio y su compromiso con la colectividad puede decantar a los clientes (personas, otras empresas, administraciones) a comprar sus bienes y servicios.

Por el lado opuesto, casi todas las debilidades de dichas organizaciones provienen, directa o indirectamente, de que son empresas que han de existir en medio de una sociedad capitalista, regida, pues, por valores y mecanismos contrarios a la economía solidaria. A nuestro juicio, las flaquezas más relevantes son de seis clases. La primera son los déficits de gestión. La segunda, las conductas no cooperativas de una parte de sus miembros, como el individualismo. La tercera, la estrechez económica: capital propio exiguo, mayor dificultad para encontrar financiación que las empresas capitalistas y, en algunos campos de actividad y sobre todo entre asociaciones y fundaciones, una excesiva dependencia financiera de las administraciones públicas. La cuarta, la baja autoestima y la escasa conciencia de constituir una alternativa económico-empresarial. La quinta, el escaso conocimiento que tiene la sociedad del sector. Y la sexta, su poca integración económica y sociopolítica.

A estas debilidades de las organizaciones de economía solidaria, es preciso sumar otra gran flaqueza, propia de aquellas prácticas esporádicas de producción, consumo y crédito solidarios de que hablábamos anteriormente, y que son realizadas tanto por personas individuales, como por empresas, entidades y, en alguna ocasión, incluso por administraciones. Se trata de su carácter efímero. Es decir, hoy en día existe un amplio número de personas, físicas o jurídicas, que, en su quehacer cotidiano, realizan algún acto de producción entre iguales, consumo responsable o finanzas éticas, pero estos actos constituyen tan sólo una gota de agua en un océano de producción, consumo y de ahorro irresponsables por parte de esos mismos sujetos, a veces por la dificultad de cambiar los hábitos, en otras ocasiones porque aún no existen alternativas de economía solidaria para satisfacer la mayoría de necesidades y deseos de esas personas (hoy por hoy, no existe ni electricidad verde, ni viviendas baratas, comunitarias y sostenibles, ni la posibilidad de abrir en una entidad de finanzas éticas una cuenta de ahorro con la que operar diariamente), y en los pocos casos en que sí existe una teórica alternativa, realizarla suele implicar pagar un alto coste en dinero o en tiempo para llevarla a cabo.

Más adelante, propondré siete líneas estratégicas que, en mi opinión, podrían contribuir a minimizar estos problemas y a desarrollar la economía solidaria.

Enfoques sobre la economía solidaria

Antes de hablar sobre estas posibles líneas estratégicas, es importante contextualizar en qué sentido queremos desarrollar la economía solidaria, cuál debería ser su función en el mundo de hoy.

Grosso modo, existen tres formas de mirar la economía social o solidaria: el enfoque neoliberal, el socialdemócrata y el postcapitalista. El enfoque neoliberal considera la economía solidaria una especie de subeconomía paliativa, en donde los

inadaptados al mercado recuperan su empleabilidad convirtiéndose en empresarios de ellos mismos a la espera de que la mano invisible, una vez liberada de las rigideces impuestas por el Estado intervencionista, vuelva a proporcionarles un trabajo asalariado en las empresas capitalistas, las únicas eficientes. Ahora bien, cuando la economía solidaria adquiere más fuerza, entonces los neoliberales claman al cielo y exigen a las administraciones que recorten las ayudas al sector o que supriman los apoyos fiscales, tal como pretende actualmente la Comisión Europea respecto a las cooperativas.

Desde un punto de vista socialdemócrata, la economía solidaria ha de ser un aliado del Estado para corregir las desigualdades que ocasiona el sector privado capitalista, algo así como los daños colaterales producidos en su discolorada carrera por generar riqueza para la sociedad. A la economía solidaria se le confía reabsorber parte del desempleo provocado por el primer sector y, ante las estrecheces presupuestarias del Estado, posibilitar el mantenimiento de los servicios sociales cubriéndolos a un coste inferior al de prestarlos a través de la administración.

Existe un tercer enfoque, al que personalmente me adscribo, que podríamos denominar postcapitalista, y es éste sobre todo el que se plantea la pregunta con la que empezábamos este apartado: ¿Puede contribuir la economía solidaria a edificar un sistema económico distinto al capitalismo, que sea más justo, democrático y sostenible?

El postcapitalismo es, en primer lugar, un anticapitalismo. Como tal, no confía en que el capitalismo sea capaz de satisfacer las necesidades básicas de todas las personas y, al mismo tiempo, preservar las condiciones biofísicas de supervivencia de la especie humana sobre la Tierra; por eso mismo quiere sustituirlo por otro modo de producción más justo, democrático y sostenible antes de que se recrudezca la guerra por los recursos cada vez más escasos entre clases sociales y entre pueblos, en un mundo cada día más inhóspito

para nuestra especie debido a la crisis socioecológica. Pero en segundo lugar, el postcapitalismo implica también la convicción de que resulta factible una economía no capitalista, que garantice un nivel aceptable de bienestar para todos los seres humanos presentes y para las generaciones futuras.

Desde los años 80, muchos pensadores han desarrollado propuestas para una economía no capitalista: Alex Callinicos (socialismo de planificación democrática), Heinz Dietrich (Economía Equivalente), Michael Albert (Parecon), Takis Fotopoulos (Democracia Inclusiva), David Schweickart (Democracia Económica) y otros más, algunas muy detalladas y pragmáticas. Todas ellas propugnan un socialismo, bien de mercado, bien libertario, bien ecosocialista, distinto del estatismo, un socialismo que siempre es democrático y participativo. Dicho modelo tiene visos de funcionar mejor que cualquier capitalismo, sea liberal o keynesiano.

Para ilustrar un poco mejor de qué socialismo estamos hablando, tomemos como base la propuesta presentada por Schweickart,¹ y que él bautiza como Democracia Económica. Éstas podrían ser las características básicas de un sistema económico postcapitalista, inspirándonos libremente en su propuesta:

- 1.** Propiedad pública de las medianas y grandes empresas, y propiedad privada de las pequeñas. Las normas de uso (derechos y deberes o limitaciones) de los distintos regímenes de propiedad son reguladas democráticamente.
- 2.** Gestión democrática de la economía: a nivel macroeconómico por sistemas de gobernanza entre los representantes políticos y los agentes sociales; a nivel de cada mediana y gran empresa por los trabajadores en régimen de cooperativa de derecho de uso; a nivel de pequeña empresa por los trabajadores, si es cooperativa, o por éstos junto con el empresario, en régimen de cogestión, si el capital pertenece a éste.

3. Mercado, con las regulaciones correctoras precisas, para las materias primas y los bienes de consumo.
4. Control social de las nuevas inversiones: el fondo de inversiones pertenece a la colectividad, se genera por medio de impuestos y se distribuye, una parte de acuerdo con un plan elaborado democráticamente, y otra mediante el mercado.
5. Derecho al trabajo garantizado por las Administraciones públicas, si no es en las empresas que operan en el mercado, en tareas de interés público (trabajo cívico).²

A estas características deberíamos añadirle algunas más, propias de una economía sostenible que, siguiendo a Riechmann, serían fundamentalmente: estado estacionario en términos biofísicos (final del crecimiento material de la economía o, más bien, me permito matizar, decrecimiento de bienes materiales en los países del Norte), energías renovables y cierre de ciclos de materiales,³ con lo que podríamos hablar de ecosocialismo.

Probablemente, un sistema de este tipo no eliminaría del todo la desigualdad social y seguiría conteniendo grados de autoritarismo y de arbitrariedad, pero parece razonable creer que funcionaría de un modo sustancialmente mejor que el actual.

Algunas líneas estratégicas que, a mi entender, podrían acercarnos desde la situación actual hasta una economía postcapitalista de este tipo serían las cuatro siguientes.

La primera: obtener más poder para la sociedad y las administraciones públicas sobre la economía; por ejemplo, instituyendo por ley la presencia de representantes de los trabajadores en los órganos de gobierno de las empresas, nacionalizando el sistema financiero, aumentando las regulaciones medioambientales en las industrias, y planificando desde el gobierno, y aprobando en el Parlamento, las líneas maestras de la economía: las políticas energética, alimentaria, de servicios sociales, etc.

La segunda: redistribuir la renta a favor de los trabajadores, instituyendo una renta básica universal para todos los ciudadanos, que combinara un ingreso monetario con el acceso gratuito a muchos bienes básicos. En la misma línea, debería existir también una renta máxima, que evitara las obscenas diferencias de ingresos entre, por ejemplo, los altos directivos y la mayoría de trabajadores de las empresas.

La tercera: reconvertir en un sentido ecológico la producción, el trabajo y el consumo. Así pues, hay que migrar hacia fuentes de energías limpias, favorecer la relocalización de las actividades económicas y detener la expansión material continua, restringiendo severamente esa fábrica constante de nuevos deseos que es la publicidad.

Y la cuarta, naturalmente: desarrollar la economía solidaria o solidaria; de la manera como llevarlo a cabo trata este artículo.

Potencialidades de la economía solidaria

En la búsqueda de alternativas económicas al capitalismo, de sujetos interesados en una sociedad postcapitalista y de prácticas que nos acerquen a ella, algunos nos fijamos en las iniciativas de la economía solidaria, pues detectamos una serie de potencias o capacidades transformadoras que hacen valioso el sector para el cambio social en la medida que se orienta hacia la satisfacción de necesidades humanas y no a la maximización de beneficios, y que lo hace de forma democrática y sostenible. Para resumirlas diremos que la economía solidaria cumple, tendencialmente y en proceso, los papeles de embrión, escuela, creador de sujeto, laboratorio social, escaparate e inspirador de una economía postcapitalista. Analicémoslo con más detalle.

En primer lugar, muchas prácticas del sector, en concreto las que han cristalizado en organizaciones empresariales, podrían constituir el embrión de la futura economía postcapitalista. Los principios, valores y formas de funcionamiento

del sector prefiguran cómo podrían ser la mayoría de empresas de una hipotética sociedad ecosocialista. Y ello por cuatro razones: porque las empresas de la economía solidaria funcionan de manera democrática, porque el grado de desigualdad entre sus miembros suele ser inexistente o mínimo, porque son ecológicamente más sostenibles que las capitalistas y porque producen bienes y servicios de modo tan o más eficaz que las empresas capitalistas, tal como demuestran la mayoría de estudios que las han comparado.

En segundo lugar, la economía solidaria ejerce de escuela de ciudadanía activa y crea comunidad. Las empresas solidarias son espacios de aprendizaje transformador, donde las personas aprenden a producir, consumir, invertir y organizarse de forma no capitalista. Con su práctica diaria, estas iniciativas educan en muchos de los valores que deberían animar las personas e instituciones de la futura sociedad, como son la democracia, la igualdad, la autoorganización, la responsabilidad y la solidaridad. Lo demuestran, por ejemplo, las conclusiones que arroja el estudio realizado en la ciudad de Plywood (EEUU) por Greenberg, en 1986, comparando el comportamiento de trabajadores de cooperativas con el de trabajadores asalariados. El estudio reveló que los cooperativistas participaban más en la vida colectiva de la localidad que los segundos. Un estudio posterior de 2002 lo confirmó.⁴

En tercer lugar, y relacionado con lo anterior, la actividad del sector, al producir valores contrahegemónicos, ayuda a conformar un nuevo sujeto interesado en el cambio social. La constitución de la economía solidaria se esta troquelando a partir de la convergencia de varias generaciones, con pertenencias y orígenes sociales variados y culturas militantes diversas. La vivencia de nuevas relaciones de trabajo, sumada a las demás vivencias liberadoras gestadas en otros espacios (el movimiento social, el barrio en lucha...), ya están resocializando cientos de miles de personas de las

clases populares. Por el momento, en algunos territorios de América Latina medio autonomizados de los estados (los territorios aymaras, los asentamientos del MST, los Caracoles en Chiapas, algunos emprendimientos piqueteros argentinos...) se está conformando ya este nuevo sujeto emancipador. Una de las muchas conclusiones del Primer Mapeo Nacional de la economía solidaria en Brasil, que entre 2003 y 2007 analizó 22.000 experiencias, es precisamente que dicho sector promueve una nueva identidad para el trabajador.⁵

En cuarto lugar, las empresas del sector funcionan como un laboratorio riquísimo donde ensayar respuestas a los problemas que la nueva economía deberá resolver: las dimensiones apropiadas de las empresas democráticas, el papel de los incentivos individuales en los proyectos colectivos, la reconversión ecológica de las empresas, etc.

En quinto lugar, la mera existencia de empresas democráticas y sociales se convierte en un buen escaparate del tipo de economía que anhelamos: nos abre la mente a imaginar que es posible otra economía, lo que ayuda a reconstruir la voluntad de las mayorías en favor de la transformación social. En efecto, si estas empresas de la economía solidaria son tan eficientes o más que las compañías capitalistas y, encima, son más ecológicas y, claramente, más democráticas, no hay razón técnica para no cooperativizar todas las empresas.

En sexto lugar, la economía solidaria es fuente de inspiración para todos aquellos que investigan cómo reformar el capitalismo para «civilizarlo» o bien cómo sustituirlo por otro modo de producción mejor. Entre los primeros citemos a Joseph Stiglitz, para quien «la llave del éxito es un sistema económico plural, con un sector privado tradicional, un sector público eficaz y un sector creciente de economía social y cooperativa. Este último es un sector fundamental que favorece el equilibrio económico.»⁶ Entre los segundos, además de Schweickart, a quien ya nos hemos referido, podríamos mencionar a Naomi Klein, quien considera que «el sueño que surge una y otra vez es el ideal de cooperativismo».⁷

Desde mi punto de vista, es preciso articular la economía solidaria con las demás economías críticas, en especial con la economía ecológica y la economía feminista, así como con el cuerpo crítico heredado anterior, sobre todo de procedencia marxista.

Una estrategia de avance con las dos piernas

Partiendo, pues, de este enfoque postcapitalista me atrevo a proponer siete líneas estratégicas de actuación que, a mi entender, ayudarían a desplegar mejor las capacidades transformadoras de la economía solidaria y que cabría incorporar a cualquier programa más general de desarrollo del sector por parte de las organizaciones que lo representan y lo impulsan en el Estado español.

La propuesta intenta diseñar una estrategia que, partiendo de la difícil situación actual (recorte continuo de derechos sociales, baja movilización y ausencia de perspectivas de cambio social), pero al mismo tiempo aprovechando el descrédito del neoliberalismo debido a la crisis, así como la necesidad de las clases populares de defenderse de la misma,⁸ no reste anclada en la sociedad capitalista, sino que nos permita migrar progresivamente hacia la sociedad postcapitalista que el sector mismo, junto con otros actores, ya está fundando muy embrionariamente en los márgenes del modo de producción capitalista.

Por utilizar otro símil, equivaldría a hacer progresar el sector utilizando las dos piernas, cada una andando por uno de los bordes de la línea que separa la economía capitalista de aquello que ya es otra cosa. Es decir, una pierna moviéndose dentro de la sociedad actual en donde por ahora el sector no tiene más remedio que sobrevivir, mientras que activamos la otra, hoy adormecida, y avanzamos también por el otro borde, contribuyendo a crear sociedad postcapitalista, la única que permitirá al sector devenir hegemónico el día de mañana. Y las dos piernas moviéndose de la forma más armónica posible, de suerte que eviten hacerse mutuamente la zancadilla.

Lejos de encerrarnos en el falso dilema entre reforma y revolución, se trataría, pues, de apostar por un reformismo fuerte, o por reformas revolucionarias, por decirlo a la manera de André Gorz, es decir, luchar por reformas del sistema capitalista que faciliten formas de sociabilidad no capitalistas y otorguen más poder a los grupos subalternos. Para ello es preciso cimentar amplias alianzas sociales capaces de desbordar en cada momento el poder instituido,⁹ con lo que la mayoría de líneas maestras de desarrollo de la economía solidaria que a continuación expondré pueden interesar tanto a quienes partan de un enfoque socialdemócrata como postcapitalista.

Mejorar la gestión de las empresas solidarias

Las empresas de la economía solidaria adolecen a menudo de poca gestión o de mala gestión, lo que es igualmente negativo. La poca gestión se manifiesta de múltiples formas, desde la carencia de conocimientos económico-financieros hasta la falta de visión estratégica, pasando por la escasa familiarización con el propio mercado, la ausencia de planes de acción comercial, de mejora de la calidad o de diversificación de los recursos económicos (básico para las entidades que prestan servicios personales por cuenta de la administración).

La mala gestión proviene, sobre todo, de aplicar formas de gestión calcadas de la empresa capitalista, lo que conduce a dilapidar los puntos fuertes de las empresas solidarias (propiedad colectiva, organización democracia y compromiso social) y a plantar la semilla de su crisis posterior. Es preciso, pues, que sea el sector mismo el que impulse la formación en gestión de sus miembros y la oriente hacia compartir criterios y herramientas de gestión congruentes con las finalidades, valores y lógicas de funcionamiento de la economía solidaria. La asunción acrítica de determinadas categorías y metodologías internaliza el paradigma que se pretende combatir.

En estos momentos observamos cómo una parte de las organizaciones de la economía solidaria asimilan la necesidad de mejorar la gestión con ponerla en manos de una tecnocracia (lo que se conoce como profesionalizar la gestión), para que ésta tome la mayoría de decisiones. Desafortunada respuesta, a mi entender, ya que esta delegación de funciones va laminando progresivamente la participación y la democracia, precisamente el principal punto fuerte de este tipo de organizaciones. Sucede entonces un fenómeno parecido al de las democracias representativas contemporáneas: la opinión del ciudadano, del trabajador en este caso, sólo es tenida en cuenta esporádicamente (sea en las elecciones, sea en la asamblea anual) y se retrocede al autoritarismo laboral y a las relaciones patrón-empleados, provocando en éstos desafección y desmotivación.

Los procesos de «degeneración burocrática» de algunas empresas de la economía solidaria constituye un fenómeno observado y analizado por doquier. Laville y de França Filho se refieren al mismo en las conclusiones del estudio colectivo sobre la acción pública y la economía solidaria en el mundo, y lo correlacionan con la falta de participación de los trabajadores en las condiciones y la organización del trabajo.¹⁰

Por otra parte, el nacimiento de una capa tecnocrática, concentrada sobre todo en las medianas y grandes empresas de la economía solidaria, arrastra consigo un aumento de la desigualdad retributiva, cuando la equidad constituye otra de las grandes fortalezas del sector. Es verdad que un cierto nivel de desigualdad interna suele ser asumido colectivamente en muchas empresas solidarias y justificado por la diferente aportación al proyecto común y la presión del mercado laboral; pero más allá de cierto umbral la desigualdad quiebra la comunidad moral en que se asienta la empresa, erosiona la democracia y genera intereses distintos entre dirigentes y dirigidos.

Ante esta situación, que pone en peligro la viabilidad de muchas empresas solidarias como tales y la identidad del sector, es imprescindible desplegar iniciativas que profundicen la democracia en las mismas, aumentando la participación directa de todos los trabajadores en la configuración permanente del proyecto colectivo (finalidades y objetivos estratégicos), en las decisiones importantes (planes de gestión, planes de inversión...), en el proceso de innovación y en la destinación de los excedentes, así como concediendo la máxima autonomía en el puesto de trabajo, tanto a las personas como a los equipos de trabajo.

De alguna manera el reto consiste en pasar de una democracia representativa cada vez más anquilosada, limitada a la asistencia a una asamblea general anual para aprobar las propuestas de la dirección, a una democracia participativa, en que el poder se dispersa por toda la organización, lo que constituye la mejor forma de movilizar las energías de todos sus miembros y ponerlas al servicio de las finalidades comunes.

Potenciar el surgimiento de todo tipo de iniciativas de economía solidaria

Como dijo Charles Gide, uno de los más importantes impulsores del cooperativismo francés de finales del siglo XIX y primer tercio del XX, la continuidad de la idea cooperativa no se basa en que las cooperativas concretas vivan para siempre sino en que continuamente nazcan otras nuevas. En efecto, existe un ciclo de vida de las organizaciones de la economía solidaria, como de otras muchas organizaciones: la primera etapa es de fundación y consolidación (priman los valores, la solidaridad sentida, el entusiasmo colectivo...); la segunda es de crecimiento (se enfatiza la importancia de la eficacia, la solidaridad se institucionaliza, la gestión se burocratiza...), y luego sucede una etapa de crisis (conflictos internos entre «esencialistas» y «pragmáticos»), que desemboca, más tarde o más temprano, bien en una refundación, bien en una transformación societaria, bien en la disolución de la organización.¹¹

Más que el número de empresas de la economía solidaria, o la gran dimensión de algunas de ellas (en facturación, beneficios, inversiones o trabajadores), lo que cuenta es su calidad así como su diversidad y los vínculos que se establecen entre ellas. Es esto lo que convertirá al sector en más resistente a las amenazas, tal como sucede con los ecosistemas naturales, y le dotará de mayor capacidad para experimentar y para transformar la economía.

Mientras que aparecen muchas iniciativas de economía solidaria en América Latina, Asia o algunos estados europeos, en otras partes del mundo, como por ejemplo el Estado español se vive una cierta ralentización en su ritmo de nacimiento, sobre todo de uno de sus tipos principales, las cooperativas. En parte, ello obedece, tal como suele explicarse, a la reducción de las ventajas legales por ser cooperativa en comparación con otras fórmulas empresariales; pero a mi entender se debe también a un par de razones más.

La primera es que, en aquellas épocas en que resulta fácil encontrar empleo en las administraciones públicas o en las grandes corporaciones, como desde mediados de los 90 hasta la crisis de 2008, las nuevas generaciones, con pocas capacidades de emprendeduría colectiva y acuciadas por la necesidad de emanciparse y acceder a una vivienda a precios prohibitivos, se inclinan por estos empleos que perciben como más seguros, en vez de arriesgarse a fundar una empresa. En este sentido, la reciente crisis económica puede bloquear aquella salida y servir de acicate para que surja una cuarta oleada de empresas solidarias en el Estado español.

La segunda razón, más de fondo, es que las empresas de la economía solidaria son, antes que nada, comunidades humanas emprendedoras; surgen porque un grupo de personas que se conocen y confían entre sí, se sienten con voluntad y capacidad para alcanzar una finalidad compartida poniendo para ello en común esfuerzo personal y recursos económicos, y asumiendo riesgos. Un repaso a la historia

del cooperativismo nos muestra como los periodos de máxima creación de nuevas cooperativas han coincidido con los momentos de efervescencia de algún movimiento social, que las ha incubado o alentado: el movimiento obrero en el caso de muchas cooperativas de consumo, el movimiento campesino para muchas cooperativas de crédito, los movimientos de liberación nacional, tanto en países periféricos (India, Mozambique) como centrales (Quebec, País Vasco), etc. Se trata de la transformación de la energía emancipadora de la que habla Hirschman, que comienza bajo la forma de movimientos sociales y se convierte en iniciativas económicas solidarias y viceversa.

Así pues, la economía solidaria es parte de la sociedad civil y necesita al resto de sus componentes para aflorar. En la medida que nuestras sociedades sean cada vez más individualistas, que las personas vivan más desvinculadas del entorno local, que se creen menos entidades culturales, recreativas, sociales y políticas, que las personas cultiven poco sus capacidades cooperativas y organizativas, se reducirán también los proyectos de emprendeduría colectiva y, por tanto, se crearán menos empresas de economía solidaria. Algo de esto parece ocurrir en nuestras sociedades más «desarrolladas». Varios estudios indican que en Europa y Estados Unidos la participación en las actividades comunitarias ha disminuido de forma considerable en estos últimos 50 años, como también la confianza para con los demás y el sentido de comunidad. Por ejemplo, a mediados de siglo XX, más de la mitad de los estadounidenses creían que las personas «tenían principios y eran honestas»; hacia el año 2000 la proporción se había reducido un poco por encima de la cuarta parte.

Para invertir dicha situación, es preciso promover la emprendeduría colectiva, tanto desde las instituciones representativas del sector como desde las administraciones públicas. No olvidemos que, a las competencias básicas de cualquier persona emprendedora (tenacidad, capacidad de

asumir riesgos, de análisis, de identificar las tendencias y oportunidades del mercado, de liderazgo...), hay que añadir en el sector que nos ocupa otras específicas del emprendedor social o colectivo, tales como la capacidad de compartir el liderazgo, de trabajar en equipo, la exigencia ética, la voluntad de sentirse parte y partícipe de un colectivo de iguales, etc. Estas capacidades, hoy por hoy, se aprenden tan sólo participando en proyectos colectivos del tipo que sean; si éstos no abundan, tampoco abundarán los proyectos de empresa solidaria.

El fomento de la emprenduría colectiva entronca con otra línea a desarrollar: procurar que aumente el número de personas que fundan o se integran en una empresa solidaria no sólo debido a la necesidad de sustento, sino también por preferencia ideológica, aun cuando se muestre poco elaborada: para no depender de un patrón ni querer ejercer de él, para sentirse útil a la sociedad, para montar una empresa con la gente con que se siente uno bien, para trabajar en algo coherente con los propios principios, porque apetece trabajar no sólo por dinero...

Estas motivaciones son las propias de un segmento social minoritario pero importante. Lo integran activistas, creativos culturales y emprendedores sociales, tres grupos a los que sería estratégico atraer hacia la economía solidaria. A los activistas, para estrechar los lazos con los movimientos transformadores y aprovechar su cultura organizativa a fin de mejorar la gestión de las empresas del sector.¹² A los denominados creativos culturales, profesionales cualificados (científicos, educadores, abogados, periodistas, etc.) que buscan un trabajo creativo, más interesados en disfrutar de su trabajo que en el estatus o el dinero, por su capacidad de influencia social.¹³ Finalmente, a los llamados emprendedores sociales, o sea, personas con nuevas ideas sobre cómo mejorar las condiciones de vida, la ecología, la educación, la salud o la cultura, que, con iniciativa y perseverancia,

transforman el entorno que les rodea, según la definición de Bornstein,¹⁴ también denominados empresarios sociales, o sea, personas que combinan «algo que, según la lógica en vigor de las sociedades funcionalmente diferenciadas, parece excluirse: la pericia y el arte del empresario, en el sentido pleno de la palabra, se emplean para fines sociales y de utilidad común», según Beck,¹⁵ porque profundizarían el compromiso social de la economía solidaria.

Sin duda, la incorporación de estos tres grupos renovaría el sector y multiplicaría tanto su capacidad interna como su proyección externa.

Erigirse en la empresa ciudadana por excelencia

La economía solidaria es poco conocida y aún menos reconocida. Contrariamente, hay que lograr que la sociedad perciba que la economía solidaria es un tipo mejor de empresa para consumir, para trabajar y para financiar. Para ello cabe seguir varios caminos complementarios. En primer lugar, el sector debe abanderar las prácticas de responsabilidad social tanto externa (sostenibilidad ecológica, apoyo a iniciativas sociales) como interna (buenas condiciones laborales para socios y trabajadores) e implantar instrumentos para verificarlas. Frente a la estrategia neoliberal de convertir la responsabilidad social empresarial o corporativa en un nuevo caballo de Troya para dismantelar el Estado social, la economía solidaria, pionera de la responsabilidad social mucho antes de que se inventara incluso dicha expresión, debe conectarla con las exigencias éticas de democratizar y socializar la economía y abogar por que sus instrumentos de verificación, como el balance social y las etiquetas ecosociales, acaben siendo obligatorios por ley y regulados por las administraciones públicas.¹⁶ Aclaremos que por balance social entendemos los informes que valoran las aportaciones laborales, sociales y ecológicas de la empresa a los demás actores sociales,¹⁷ mientras que las

etiquetas ecosociales son los distintivos que algunas empresas incorporan a sus productos certificando que han sido fabricados respetando unos determinados estándares ecológicos y sociales. Pues bien, la economía solidaria tiene que emplear dichos instrumentos para visibilizar socialmente su compromiso social y mejorar internamente.

Asimismo, es necesario fortalecer la vertiente sociopolítica y cultural del sector. Existen muchas empresas de economía solidaria pero poco movimiento de economía solidaria. Complementar la vertiente empresarial de la economía solidaria con la vertiente sociopolítica y cultural constituye otro objetivo clave, si ésta quiere convertirse hoy en referente y mañana en alternativa. Hace falta tejer vínculos estratégicos con los movimientos sociales transformadores, realizando proyectos comunes, atrayendo a los activistas como consumidores, participando en actividades sociales, canalizando hacia estos movimientos el compromiso social de las empresas solidarias, etc. El contacto permanente de las empresas del sector con colectivos sociales (compartiendo espacios o actividades) ayudaría a contrarrestar su deriva gradual hacia posiciones economicistas y de egoísmo de grupo.

Desarrollar la vertiente cultural del sector es, así mismo, una de las vías para producir un imaginario propio, el sentido común del sector, junto con una cultura de gestión más arraigada en las finalidades, valores y principios propios.¹⁸ Para ello deben multiplicarse las conferencias, los talleres, las jornadas, las exposiciones, las ferias, la presencia en los medios de comunicación, etc. La apertura de centros sociales de la economía solidaria en las grandes ciudades permitiría realizar muchas de estas actividades, además de contribuir a visualizar y cohesionar al sector.

Generalizar las prácticas de consumo responsable y de ahorro ético

La extensión de las prácticas de consumo responsable y de ahorro ético entre la sociedad haría crecer el sector de la producción responsable. Sólo con que los miles y miles de personas que trabajan en empresas solidarias trataran en su vida cotidiana de comprar, en tanto en cuanto les fuera posible, bienes y servicios producidos por empresas como la propia, pertenecientes a la economía solidaria, y depositar los ahorros en entidades de finanzas éticas, la incidencia del sector se multiplicaría. Para hacernos una idea, tomemos tan sólo la cifra de cooperativistas. Se estima que en mundo existen 800 millones de personas que pertenecen a alguna cooperativa, lo que representa nada menos que el 12% de la población mundial. ¿No cambiaría significativamente el mundo si estas personas se comportaran como cooperativistas las 24 horas del día: trabajaran en cooperativas u otras empresas de economía solidaria, consumieran de modo responsable comprando a empresas del mismo sector siempre que pudieran, y ahorraran e invirtieran mediante entidades de finanzas éticas?

Promover la intercooperación hasta crear mercados sociales

Como apunta Boaventura de S. Santos, «el éxito de las alternativas de producción depende de su inserción en redes de colaboración y de apoyo mutuo».¹⁹ Efectivamente, las iniciativas de la economía solidaria necesitan cooperar entre sí para consolidarse y desarrollarse en medio de unos mercados cada vez mayores y más desregulados. Antes que nada, intercooperar significa algo tan básico como comprarse mutuamente, una actividad comercial no siempre practicada por las empresas que conforman el sector; dicho de otro modo, se trata de procurar escoger como proveedora, tanto como sea posible, a una empresa de la economía solidaria.

Estabilizar esta intercooperación creando conjuntos económicos interrelacionados en red, para ir transitando de lo celular a la red, de la red a lo meso y de lo meso a lo global.

Otro peldaño de la intercooperación consiste en crear nuevos proyectos socioeconómicos compartiendo excedentes y recursos mediante cooperativas de segundo grado y grupos cooperativos. Existen multitud de iniciativas de intercooperación de este tipo; muchas, además, orientadas precisamente a cubrir los puntos débiles del sector, tales como los problemas de financiación o de formación.

Pero, además de las relaciones de cooperación entre varias entidades de economía solidaria, la multiplicación de las relaciones de intercooperación puede alcanzar una densidad tan importante que la mayor parte de los actos económicos del sector termine efectuándose dentro del mismo.

En efecto, en estos momentos la economía solidaria ya se halla presente en todas las fases del ciclo económico. En la producción, mediante cooperativas agrarias, del mar, de trabajo asociado, sociedades laborales, entidades de acción social, redes de intercambio, etc. En la comercialización o distribución mediante cooperativas de consumo y grupos de compra colectiva, cooperativas de servicios, tiendas de comercio justo, tiendas de segunda mano, mercados locales, ferias de intercambio, etc. En el consumo, mediante la práctica del consumo responsable por parte de los agentes económicos (personas, administraciones y empresas), que rescaten la figura del ciudadano por encima de la del comprador, manifestación suprema de la expresión monetaria del individualismo. Por último, en el crédito, a través de las finanzas éticas y solidarias: cooperativas de crédito, secciones de crédito de las cooperativas agrarias, cooperativas de servicios financieros, bonos solidarios, etc.

A medida que estas prácticas de intercooperación, tanto desde las empresas solidarias como desde sus miembros, se multipliquen, integren circuitos de producción-comercialización-consumo-crédito y se colmen los vacíos productivos siguiendo una estrategia concertada de fomentar circuitos

económicos complementarios, irán tramando un denso enjambre de relaciones económicas, hasta alcanzar lo que ya podremos denominar mercados sociales.

Por mercado social entiendo una red de redes cuyos nodos serían las empresas solidarias y los consumidores responsables (personas, entidades, empresas e instituciones) y cuyos flujos serían los intercambios regulares de bienes y servicios en un territorio determinado, producidos con criterios democráticos, equitativos, ecológicos y solidarios, que permitieran cubrir una parte significativa de las necesidades de los nodos, desconectándose parcialmente de la economía capitalista.

El empleo de una moneda social propia, que recupere la capacidad de la sociedad de dotarse de un circulante que una trabajo y necesidad, podría ayudar al proceso en la medida que facilitaría el flujo de crédito hacia estas experiencias y solidificaría las relaciones económicas entre los actores de la economía solidaria. Constituyen ejemplos inspiradores la aplicación del sistema LETS (Local Exchange and Trade Systems) en la ciudad de Ithaca, en el estado de Nueva York; el sistema de Intercambio de Bienes y Servicios (IBS) utilizado entre 500 empresas de la ciudad mejicana de Guadalajara o un sistema parecido de moneda social practicado en Toronto (Canadá), que tiene la interesante particularidad de que los fondos convencionales de algunas entidades de crédito populares convalidan la moneda social, la cual, en caso de no encontrar mercado local, puede descontarse de dichos fondos, aunque con una penalización.

La construcción de mercados sociales constituye un objetivo que ya no es de nivel celular o micro (la cooperativa, el consumidor responsable...), sino meso, dotado, por tanto, de una escala y de una cierta complejidad. Crear mercados sociales en el seno de la sociedad capitalista podría representar para el postcapitalismo lo que supusieron las repúblicas urbanas italianas, hanseáticas o flamencas durante la Edad Media para el nacimiento del capitalismo.²⁰

Abanderar los sectores ecológico y de servicios sociales

Dos son los grandes campos de actividad que la economía social y solidaria debe aprovechar en el futuro inmediato: el ecológico y el de los servicios sociales. En los años venideros será preciso dedicar muchos recursos y esfuerzos para transitar de la economía capitalista a una economía sostenible, capaz de satisfacer tanto las necesidades humanas como las del planeta del que dependemos.

La economía solidaria debe volcarse en este campo, en primer lugar en tanto que empresa ética, pero también porque avanzándose a los cambios que será imprescindible adoptar, estará mejor posicionada para competir con las empresas capitalistas.

Se trata de potenciar unas características que, ya de por sí, son propias de las empresas de la economía solidaria. En efecto, éstas contaminan menos el entorno local puesto que viven en él (los propietarios-trabajadores de las empresas solidarias residen en la comarca); no son intrínsecamente expansivas (pues no existen incentivos al crecimiento: a mayor crecimiento, mayor número de propietarios-trabajadores entre quienes repartir el beneficio resultante), y su gestión democrática facilita la aparición de otras racionalidades distintas a la de buscar el máximo beneficio o salario, o recuperar la inversión en el menor tiempo posible, como pueden ser la reducción de la jornada laboral o la coherencia con los principios éticos de preservación de la naturaleza y de autocontención de necesidades y deseos.

Asimismo, la trayectoria de la economía solidaria demuestra con múltiples ejemplos esta preocupación por la sostenibilidad. Las cooperativas de consumo son pioneras en la introducción de productos ecológicos y de comercio justo, así como en la educación ambiental. Muchas iniciativas empresariales en el campo de la ecología, a menudo procedentes del movimiento ecologista, han adoptado formas cooperativas o similares.

Por consiguiente, ante la crisis ecológica en ciernes, la economía solidaria debe acentuar esta preocupación por recuperar la sostenibilidad. El campo que se le abre para ello es muy amplio: crear empresas que tengan la ecología como campo de actividad, orientar o reorientar la producción hacia bienes socialmente útiles, modificar sus procesos de producción hasta hacerlos limpios así como promover la cultura de sostenibilidad entre sus miembros y sus entornos.

Por lo que respecta a producir bienes y servicios para satisfacer necesidades básicas en vez de contribuir a la economía de las cosas inútiles, se trata de abandonar la crematística para volver a la finalidad originaria de la economía (del griego *oikos*, casa, y *gnomos*, conocimiento, cuidado: «cuidado de la casa»), que es satisfacer las necesidades humanas fundamentales (alimentación, vivienda, salud...) para contribuir al bienestar de los seres humanos.

Progresar en los procesos de producción limpia consiste en disminuir las emisiones tóxicas, la contaminación por residuos y el consumo de recursos y de energía. Con todo, sería erróneo ceñir la reconversión ecológica a los procesos productivos de las empresas agrarias o industriales; las buenas prácticas ambientales deben aplicarse también a los servicios: reducción de material de oficina, reciclaje de residuos, disminución del consumo de agua y energía, política de proveedores que tome en cuenta criterios ecosociales, etc.

Por último, las empresas solidarias tienen que contribuir al cambio cultural necesario para evitar el desastre ecológico. La empresa es uno de los principales grupos humanos a los que pertenecen la mayoría de personas. Dado que los cambios individuales son más fáciles de realizar si son compartidos con otras personas, las empresas pueden y deben ser lugares para promover proyectos colectivos de cambios hacia la sostenibilidad personal.

Un segundo campo de actividad igualmente estratégico para la economía solidaria en particular y para la sociedad en general es el de los servicios sociales. A diferencia de otros países como Italia o Quebec, en donde la economía solidaria constituye el principal actor en el campo de los servicios sociales, en el Estado español la tendencia parece que es cederlos a grandes empresas capitalistas de servicios, muchas vinculadas a entidades financieras y constructoras. El futuro del sector se juega durante los próximos diez años en que deberá desplegarse la Ley de Dependencia, lo que, según parece, implicará generar unos 500.000 empleos. La especificidad de este tipo de actividades, como de todos los servicios de proximidad en general, viene definida por «la imposibilidad de una estandarización sobre un modelo industrial, la necesidad de ajustes interpersonales para integrar su dimensión relacional y afectiva, la consiguiente exigencia de competencias y cualificaciones sociales que generen confianza por parte de los usuarios»,²¹ lo que unido a ser un campo de actividad muy intensivo en trabajo y poco intensivo en capital, le convierte en un mercado natural para la economía solidaria.

La economía solidaria debe aliarse con otros actores sociales a fin de presionar a la administración y evitar que el sector termine en manos de grandes empresas de capital, cuya principal finalidad es obtener el máximo beneficio económico. Para hacerles frente, el sector tiene que aumentar su capacidad operativa, intercooperando o fusionándose.

Conseguir políticas públicas más activas

Ningún sector económico puede funcionar correctamente sin disponer de un marco institucional adecuado. Esta es una de las principales razones por las que la economía solidaria siempre será un sector minoritario dentro del sistema capitalista. Sin embargo, ello no obsta para que el sector deba exigir a las administraciones el mejor trato posible. Así lo ha entendido siempre la economía social o solidaria, que ha reclamado tanto medidas públicas de promoción y fomento, como participar en el diseño de las políticas públicas que, directa o indirectamente, le afectan, evitando así ser objetos y no sujetos de dichas políticas.

Con tal de fomentar las cooperativas y, en general, la economía solidaria, desde principios de la década de 1980 se han ido implantando muy diversas medidas legislativas, administrativas y fiscales para estimular el nacimiento de nuevas empresas y fortalecer las existentes: exenciones o bonificaciones fiscales, capitalización del seguro de desempleo para asociarse a una cooperativa de trabajo o sociedad laboral, ayudas económicas a la formación, a la innovación tecnológica, a la capitalización, a la internacionalización, a la incorporación de socios y trabajadores, ejercer de avalista en operaciones de tesorería para afrontar la crisis actual y las restricciones crediticias, etc.

Dentro del sector existe unanimidad en que tales ayudas son necesarias pero insuficientes: el importe por trabajador suele ser inferior al que reciben las grandes empresas capitalistas por instalarse o permanecer en un territorio determinado (aunque luego se deslocalicen cuando les plazca). También se pide que se simplifiquen los procesos de constitución de nuevas cooperativas, que aumenten el volumen y las facilidades para acceder a préstamos blandos institucionales orientados a iniciar proyectos de economía solidaria intensivos en capital, que se estimule a las entidades financieras a reducir las garantías exigidas y que las

entidades representativas del sector sean convocadas sistemáticamente al diálogo social, que actualmente sólo tiene lugar entre la Administración, la patronal y los dos sindicatos mayoritarios.

El sector educativo y el de los medios de comunicación son otros ámbitos fundamentales para el fomento de la economía solidaria. Debe potenciarse el estudio del sector en los planes educativos en los distintos niveles de la educación pública, y especialmente en la formación profesional y en las universidades. Es cierto que en estos últimos años empiezan a abundar los másters y postgrados relacionados con la economía solidaria, pero no basta con ello. Dentro de los currículos de carreras como Económicas, Empresariales, Graduado Social o Derecho debe incluir el estudio del sector. Además, ha de impulsarse el trabajo cooperativo escolar a fin de desarrollar desde la infancia las capacidades de emprendeduría colectiva, así como la cultura del consumo responsable.

La divulgación y la sensibilización en torno a la economía solidaria en los medios de comunicación resulta también crucial. Se trata de divulgar y estimular el trabajo cooperativo, el consumo responsable y la inversión ética y solidaria..

Otra actuación importante tiene que consistir en la generalización de las cláusulas sociales en las compras y los concursos públicos a fin de favorecer aquellas empresas que sean democráticas y actúen con responsabilidad social. No puede ser que a la administración pública de un estado democrático y social le sea indiferente que quienes la proveen de bienes y servicios funcionen de modo democrático o bien autoritario, persigan dar el mejor servicio a la sociedad o lograr el máximo beneficio económico. El impacto que tendría que las administraciones practicasen la compra pública responsable sistemáticamente sería muy importante; se estima que la contratación del sector público representa el 16% del PIB de la Unión Europea.

De hecho, la mayoría de políticas públicas influyen por activa o por pasiva en el sector, favoreciéndolo o marginándolo: desde la comunicación hasta la política laboral, desde la investigación hasta el urbanismo pasando por la política de compras públicas. Una política gubernamental que apoye en general todas aquellas actividades económicas que favorezcan la protección del medio ambiente, el desarrollo de base comunitaria, endógena y local, el bienestar de los colectivos más vulnerables, la mejora de las condiciones laborales, la regulación de la economía y, en especial, del sistema financiero, y la democratización empresarial, estará contribuyendo igualmente a desarrollar la economía solidaria, sin necesidad de orientarse explícitamente hacia la misma.

Por lo mismo, cualquier política de tipo social, educativo, urbanístico, cultural, etc., que contribuya, directa o indirectamente, a fomentar el asociacionismo y la capacidad de iniciativa tanto de las personas como de los grupos, a generar proximidad y confianza entre los ciudadanos, es decir, todo cuanto favorezca la formación del llamado capital social, estará abonando el terreno para que después, *espontáneamente*, surjan nuevos proyectos de economía solidaria.

Finalmente, en el periodo de crisis en que nos encontramos sumidos resulta particularmente importante que las administraciones públicas den todo tipo de facilidades a los trabajadores para que recuperen empresas en crisis o aquellas en que el empresario desea liquidar por el motivo que sea (deslocalización, jubilación...), y las conviertan en cooperativas de trabajo o sociedades laborales.

Epílogo

No hay que tomar los deseos por la realidad. La economía solidaria, en su doble vertiente de sector socioeconómico y de movimiento social, todavía es minoritaria. Pero, hoy por hoy, ya está aportando dos cosas muy importantes: sustento y esperanza. Sustento en la medida que millones de personas en el mundo tienen un trabajo digno, pueden acceder a créditos y abastecerse de productos de primera necesidad a bajo precio gracias a las empresas solidarias. Eso ya era así antes de esta crisis, y sigue siéndolo ahora.

Pero además de sustento, la economía solidaria proporciona esperanza. Con su quehacer diario, está transmitiendo a la sociedad la esperanza de que hay alternativas a la economía capitalista, de que otra economía más justa, democrática y sostenible, no sólo es necesaria, es que es posible, tan posible que, embrionariamente, ya existe.

Notas

¹ D. SCHWEICKART, 1993. *Más allá del capitalismo*. Santander, Ed. Sal Terrae
David SCHWEICKART, 2002. *After capitalism*. USA, Rowman & Littlefield Publishers

² U. BECK et al., 2007. *Un nuevo mundo feliz*. Barcelona, Ed. Paidós, p. 76

³ J. RIECHMANN, 2006. *Biomimesis*. Madrid, La Catarata, p. 77

⁴ J. GORDON NEMBHARD. «Non-Traditional Analyses of Co-operative Economic Impacts: Preliminary Indicators and a Case Study», *ICA Review*

⁵ L. I. GAIGER, 2008. «Brasil: un retrato de la lucha emancipatoria de los pobres», *Otra economía*, Vol. II, nº 2 1º semestre

⁶ (Fragmento del discurso pronunciado por Joseph Stiglitz el 24 de setiembre de 2008, en el congreso de la Confederación Empresarial Española de la Economía Social (CEPES), en Sevilla.

⁷ N. KLEIN, 2007. Entrevista publicada en *Barcelona Metròpolis Mediterrània*, Ayuntamiento de Barcelona, núm. 73, otoño

⁸ De hecho, uno de los factores ambientales citados por los estudiosos para explicar las oleadas de nuevas cooperativas desde el siglo XIX es precisamente el advenimiento de crisis económicas. Véase BRAZDA, JOHANN, SCHEDIWY, ROBERT. «Preconditions for Successful Co-operative Ventures in the Light of Historical Evidence», *ICA Review*, núm. 1, 2001

⁹ T. VILLASANTE, 2006. *Desbordes creativos. Estilos y estrategias para la transformación social*. Los libros de la Catarata, Madrid, p. 171 y 419.

¹⁰ En el capítulo de Conclusión, pág. 367, de *Action publique et économie solidaire. Une perspective internationale*. Bajo la dirección de J.-L. LAVILLE, J.-P. MAGNEN, C. GENAUTO, FRANÇA FILHO y A. MEDEIROS. Editions Érès, 2005, Ramonville Saint-Agne.

¹¹ J. BRAZDA, R. SCHEDIWY, 2001. «Preconditions for Successful Co-operative Ventures in the Light of Historical Evidence», *ICA Review*, núm. 1

¹² Ver «L'empresa dels moviments socials». Jordi GARCIA JANÉ, junio de 2000. *Nexe* 6, Federació de Cooperatives de Treball de Catalunya, Barcelona

¹³ Tras treinta años de investigación sobre los valores de la sociedad norteamericana, Paul Ray y Sherry Anderson han constatado la existencia de una subcultura integrada por miles de profesionales de este tipo, tal vez hasta un 25 o un 30% de los trabajadores de los países centrales. Por otra parte, según el estudio de la escuela de negocios EADA (Escuela de Alta Dirección y Administración) de Barcelona, sobre los emprendedores, revela que el principal motivo para emprender un negocio propio es realizar una idea personal (63%), mientras que ganar más dinero sólo es respondido por un 16% de los encuestados.

¹⁴ D. BORNSTEIN, 2005. *Cómo cambiar el mundo. Los emprendedores sociales y el poder de la nuevas ideas*. Ed. Debate, Barcelona

¹⁵ U. BECK, 2007. *Un nuevo mundo feliz*. Ed. Paidós, Barcelona, p. 181

¹⁶ Sobre el particular, puede leerse «De la responsabilitat social de les empreses a l'economia social i cooperativa», Antoni COMÍN I OLIVERES, *Nexe, quaderns d'autogestió i economia cooperativa*, nº 16, Federació de Cooperatives de Treball de Catalunya, Barcelona, Junio de 2005. Puede consultarse en «<http://www.coooperativestrellball.coop/>» www.

cooperativestrellball.coop/ y acto seguido ir a «Comunicació» y «Les nostres publicacions».

¹⁷ Como ejemplos de balance social, ver el propuesto por REAS, en *L'auditoria social i l'economia solidària*. Carlos BALLESTEROS, Enrique DEL RÍO, REAS, Fundación Deixalles, Palma de Mallorca, 2004, y el de la Xarxa d'Economia Solidària, en Cataluña, www.xarxaecosol.org.

¹⁸ Como recuerda Aníbal QUIJANO, «ninguna forma determinada de existencia social podría desarrollarse y reproducirse en el largo plazo histórico, sin que esa correspondencia tienda a reproducirse no sólo en la materialidad, sino también en la conciencia respectiva, y sin que ésta se convierta en «sentido común»». En «Solidaridad y capitalismo colonial/moderno», *Otra economía*, Vol. II, num. 2, 1º semestre de 2008.

¹⁹ Tesis 2, *Producir para vivir. Os caminhos da produção não capitalista*, BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002, p. 66

²⁰ Para profundizar sobre las características que debieran tener los mercados sociales, puede leerse el capítulo VII del libro *Cap a la democràcia econòmica*, T. COMÍN y L. GERVASONI, Ed. Fundació Segle XXI, Barcelona, 2009

²¹ L. GARDIN, J.-L. LAVILLE, E. ROUSSEL, 2005. «L'économie sociale et solidaire dans la région Nord-Pas-de Calais», p. 273. *Action publique et économie solidaire. Une perspective internationale*. Bajo la dirección de J.-L. LAVILLE, J.-P. MAGNEN, FRANÇA FILHO y A. MEDEIROS. Editions Érès, Ramonville Saint-Agne.

LA CRISIS ALIMENTARIA MUNDIAL

Fred Magdoff

ABSTRACT

The World Food Crisis

This article is centred on the seriousness of the food crisis affecting the world since 2008. The increase in hunger and malnutrition contrasts with soil resources and the measures being undertaken in order to create a safe and sustainable food system, which implies a different and much more just relationship between people.

RESUMO

Este artículo atrae la atención sobre la gravedad de la nueva crisis alimentaria que está afectando al mundo desde 2008. El aumento del hambre y de la malnutrición contrastan con los recursos que tiene la tierra y con las medidas que se están tomando en la perspectiva de que un sistema alimentario sostenible y seguro implica unas relaciones distintas y mucho más equitativas entre las personas.

Una grave crisis alimentaria ha afectado al mundo en 2008. Esta crisis viene a sumarse a la crisis agrícola y alimentaria a más largo plazo que ha traído ya el hambre y la malnutrición a miles de millones de personas. Para comprender todas las nefastas implicaciones de lo que está sucediendo en la actualidad es necesario atender a la interacción entre esas dos crisis a corto y largo plazo. Ambas surgen básicamente de la producción lucrativa de alimentos, fibras y ahora, además, biocombustibles, y de la escisión que eso inevitablemente provoca entre, por un lado, las personas y, por otro, la producción de alimentos.

Hambre «rutinaria» antes de la crisis actual

De los más de 6.000 millones de personas que pueblan el mundo en la actualidad, las Naciones Unidas calculan que cerca de 1.000 millones padecen inanición crónica. Sin embargo, esa cifra, que no es más que una tosca estimación, no incluye a las personas aquejadas de déficits nutricionales y vitamínicos, así como otras formas de malnutrición. El número total de personas que sufren inseguridad alimenticia y están mal nutridas o carecen de nutrientes esenciales es probable que esté más próximo a los 3.000 millones, lo que representa casi la mitad de la humanidad. La gravedad de la situación queda patente en la estimación realizada en 2007 por Naciones Unidas, según la cual unos 18.000 niños fallecen diariamente como consecuencia directa o indirecta de la malnutrición (Associated Press, 18 de febrero de 2007).

Rara vez la causa de que la gente pase hambre es la escasez en la producción de alimentos. Eso se aprecia claramente en los Estados Unidos, donde, a pesar de que la producción supera las necesidades de la población, el hambre continúa siendo un problema acuciante. Según el Departamento de Agricultura estadounidense, en 2006 más de 35 millones de personas vivían en hogares aquejados de inseguridad alimenticia, entre ellas 13 millones de niños.

Debido a la escasez de alimentos, los adultos de más de 12 millones de familias no podían seguir una dieta equilibrada, y en más de 7 millones de familias había quien comía raciones más exiguas o se saltaba alguna de las comidas. En casi 5 millones de familias, los niños no comían lo bastante al menos en algunos periodos del año.

También en los países pobres no deja de ser normal la existencia de enormes partidas de alimentos desperdiciadas o mal repartidas en medio del hambre generalizada y persistente. Hace pocos años, un artículo del *New York Times* titulaba así la noticia: «Los pobres de la India se mueren de hambre mientras los excedentes de trigo se pudren» (2 de diciembre de 2002). En 2004, un titular del *Wall Street Journal* rezaba: «Escasez en la abundancia, la paradoja de la India: cosechas récord y hambre creciente» (25 de junio de 2004).

Sin «derecho a comida»

El hambre y la malnutrición son síntomas por lo general de un problema subyacente de mayores dimensiones: la pobreza en un sistema económico que, en palabras de Rachel Carson, no reconoce más dioses que las ganancias y la producción. En la mayoría de los países del mundo la comida recibe el mismo tratamiento que cualquier otro bien de consumo, igual que la ropa, los automóviles, los lápices, los libros, la joyas con diamantes, etc. No se considera que la gente tenga derecho a adquirir ningún bien en particular y no se establece distinción alguna a dicho respecto entre lujos y necesidades. Las personas ricas pueden permitirse comprar cuanto deseen, mientras que los pobres con frecuencia no pueden procurarse ni siquiera las necesidades básicas. Bajo las relaciones capitalistas, la gente no tiene derecho a una dieta, un hogar y una atención médica adecuados. Tal y como ocurre con otros bienes de consumo, la gente que carece de lo que los economistas denominan «demanda efectiva» no puede comprar suficientes alimentos nutritivos. Por

supuesto, lo que la carencia de «demanda efectiva» significa en este caso es que los pobres no tienen el dinero necesario para comprar la comida que necesitan.

Para los humanos, la comida es una «necesidad biológica»: todos necesitamos alimentos, igual que el agua y el aire, para seguir viviendo. Es un hecho sistemático en la sociedad capitalista que muchas personas queden excluidas de la plena satisfacción de dicha necesidad biológica. Aunque es cierto que algunos países ricos, sobre todo los países europeos, contribuyen efectivamente a la alimentación de los pobres, la forma misma de funcionar del capitalismo conlleva inherentemente la creación de un estrato social inferior que a menudo carece de los elementos básicos para la existencia humana. En los Estados Unidos existe una diversidad de iniciativas gubernamentales para la alimentación de los pobres, como, por ejemplo, los vales de alimentos y los programas de suministro de comida en las escuelas. Aun así, los fondos destinados a dichos programas están lejos de satisfacer las necesidades de los pobres y diversas organizaciones caritativas libran una ardua batalla para compensar esa diferencia.

En la época actual es relativamente poca la gente que fallece de inanición, si exceptuamos las severas hambrunas que ocasionan las guerras y los desplazamientos de población. Lo normal es más bien que la mayoría de los afectados por el hambre sufran de malnutrición crónica y, posteriormente, se vean aquejados de diversas enfermedades que les acortan la vida o incrementan su miseria. El azote de la malnutrición daña el desarrollo mental y físico de los niños y los lastima para el resto de sus vidas.

Una crisis aguda y creciente: la Gran Hambruna de 2008

En este preciso momento de la historia, además del hambre rutinaria de la que tratábamos más arriba, existen dos crisis alimentarias globales distintas que se están produciendo simultáneamente. Trataremos en primer lugar de la grave y aguda crisis iniciada hacia 2006 y que empeora cada día que pasa. Es imposible exagerar la gravedad de la crisis actual. Esta ha hecho aumentar rápidamente la cantidad de personas en todo el mundo que padecen malnutrición. Aunque aún no disponemos de estadísticas relativas al incremento experimentado por el hambre en 2007-2008, está claro que serán muchas las personas que fallecerán prematuramente o sufrirán otros perjuicios. Como es habitual, serán las personas más jóvenes, los ancianos y los enfermos los que experimentarán las peores consecuencias de la Gran Hambruna de 2008. El rápido aumento simultáneo de los precios de todos los cultivos básicos (maíz, trigo, soja, arroz y aceites de uso culinario), así como de muchos otros cultivos, está teniendo efectos devastadores sobre una parte cada vez mayor de la humanidad.

El aumento de los precios en el mercado mundial en los últimos años ha sido poco menos que prodigioso. Los precios de los sesenta productos agrícolas presentes en el mercado mundial subieron un 37% en 2007, y un 14% en 2006 (*New York Times*, 19 de enero de 2008). El precio del maíz empezó a aumentar a principios del otoño de 2006 y, en un periodo de meses, había crecido un 70% aproximadamente. Los precios del trigo y la soja también se dispararon en ese periodo y, en la actualidad, siguen en niveles históricos. Los precios de los aceites de uso culinario (fundamentalmente de soja y de palma, y alimento esencial en muchos países pobres) están igualmente por las nubes. También el precio del arroz ha crecido más de un 100% en el periodo 2007-2008 («La fuerte subida del precio del arroz genera temores de agitación en Asia», *New York Times*, 29 de marzo de 2008).

Los motivos de esa fuerte alza del precio de los alimentos están bastante claros. En primer lugar están ciertas cuestiones directa o indirectamente relacionadas con el aumento de los precios del petróleo. En los Estados Unidos, Europa y muchos otros países, eso ha llevado a potenciar los cultivos que pueden utilizarse para la producción de combustibles conocidos como biocombustibles (o agrocombustibles). Así pues, el cultivo de maíz para la producción de etanol, o de aceites de soja y de palma para fabricar combustible diesel, está en competencia directa con la utilización de dichos cultivos con fines alimentarios. En 2007, un 20% de la totalidad de la cosecha de maíz de los Estados Unidos se empleó para producir etanol, un proceso que no genera mucha más energía adicional de la que se utiliza en su producción. (Se calcula que en la próxima década un tercio aproximado de la cosecha de maíz estadounidense se dedicará a la producción de etanol [Bloomberg, 21 de febrero de 2008].) Además, muchos de los factores de producción [insumos] de la agricultura comercial de gran escala dependen del petróleo y el gas natural, desde la construcción y la operación de tractores y equipos agrícolas, hasta la producción de fertilizantes y pesticidas, pasando por el secado de las cosechas para su almacenamiento. El precio del fertilizante de nitrógeno, el más utilizado en todo el mundo, está directamente vinculado al precio de la energía debido a la gran cantidad de esta que requiere su producción.

Una segunda causa del encarecimiento del maíz, la soja y el aceite de soja para uso culinario es el incremento de la demanda de carne de las clases medias latinoamericanas y asiáticas, sobre todo de China. El empleo de maíz y soja para la alimentación de reses, cerdos y aves ha crecido rápidamente para satisfacer dicha demanda. En 1961, el suministro total de carne en el mundo fue de 71 millones de toneladas. En 2007, se calcula que fue de 284 millones de toneladas. El consumo per cápita se ha más que doblado en

ese mismo periodo. En los países en desarrollo, el ritmo de aumento fue dos veces más rápido, y el consumo se ha doblado tan solo en los veinte últimos años (*New York Times*, 27 de enero de 2008). Alimentar con grano a una creciente cantidad de animales es incrementar la presión sobre las reservas de grano. Utilizar el grano para producir carne es una forma altamente ineficiente de suministrar tanto calorías como proteínas a las personas. Resulta especialmente derrochador en el caso de animales como las vacas (con sistemas digestivos capaces de generar energía a partir de la celulosa), ya que estas pueden satisfacer todas sus necesidades nutritivas con los pastos y crecen bien sin grano, aunque con mayor lentitud. Las vacas no son eficientes en la conversión del maíz o la soja en carne: para producir un kilo de carne, las vacas necesitan ocho kilos de maíz; los cerdos, cinco; y los pollos, tres (*Baron's*, 4 de marzo de 2008).

Una tercera razón para el fuerte aumento de los precios alimentarios en el mundo es que unos cuantos países clave que eran autosuficientes (es decir, que no importaban alimentos, a pesar de que gran cantidad de personas padecían hambre), importan ahora ingentes cantidades de alimentos. Como explica un analista agrícola de Nueva Delhi: «Cuando países como la India empiezan a importar alimentos, los precios mundiales se disparan [...] Si la India y China se convierten ambas en mayores importadores y abandonan la autosuficiencia alimentaria, como hemos observado recientemente en la India, entonces es seguro que los precios globales van a crecer todavía más, lo que supondrá el fin definitivo de la era de alimentación barata» (VOA News, 21 de febrero de 2008). Parte de la razón de las presiones que está experimentando el precio del arroz es la pérdida de terrenos agrícolas a favor de otros usos, tales como planes diversos de desarrollo: 7 millones de acres en China y 700.000 acres en Vietnam. Además, la tasa de producción por acre en Asia se ha estancado, y no ha experimentado

ningún aumento en diez años ni se espera que lo haga en un futuro próximo (*Rice Today*, enero-marzo de 2008).

Algunas de las razones del incremento de los precios del trigo y el arroz guardan relación con la climatología. La sequía que afecta a Australia, uno de los grandes países exportadores de trigo, y la baja producción de algunos otros países exportadores han afectado enormemente a los precios del trigo. En 2007, un ciclón destruyó en Bangla Desh cosechas de arroz por valor de 600 millones de dólares, lo que produjo un aumento del precio del arroz del 70% aproximadamente (*The Daily Star* [Bangla Desh], 11 de febrero de 2008). La sequía del año 2007 en la China central-septentrional, en combinación con el frío y la nieve excepcionales del invierno, es probable que lleve al Gobierno a incrementar la compra de alimentos en los mercados internacionales, lo que mantendrá la presión sobre los precios.

También la especulación en el mercado de futuros y el acaparamiento en el plano local desempeñan ciertamente su papel en el encarecimiento de los alimentos en esta situación de crisis. Con la agudización y la extensión de la crisis financiera estadounidense en el invierno de 2008, los especuladores empezaron a colocar más dinero en alimentos y metales para sacar provecho de lo que se ha denominado el «superciclo de las materias primas». (El descenso del dólar en relación a otras monedas estimula la «inversión» en bienes tangibles.) Aunque sería un error ver en este aspecto, por despreciable e inhumano que sea, la causa de la crisis, sí que está claro que viene a incrementar la miseria aprovechándose de la escasez de los mercados. Es verdad que es posible que la burbuja de las materias primas estalle y eso haga que los precios de los alimentos desciendan levemente. Sin embargo, la especulación y el acaparamiento local seguirán ejerciendo una presión alcista en el precio de los alimentos. Por supuesto, las corporaciones transnacionales dedicadas al procesamiento de productos agrícolas,

a la fabricación de comidas diversas y a la venta minorista de bienes alimentarios están obteniendo resultados excepcionales. Las ganancias empresariales suelen prosperar en épocas de escasez y aumento de los precios.

Aunque no sea causa del aumento del precio de otros alimentos, el encarecimiento del pescado marino ha supuesto una carga añadida para los países pobres y rayanos en la pobreza. La sobreexplotación de muchas especies marinas está suprimiendo esa valiosa fuente de proteínas de la dieta de un gran porcentaje de la población mundial.

La respuesta a la crisis ha adoptado la forma de manifestaciones y revueltas, así como de cambios en las políticas de los Gobiernos. En los meses finales de 2007 y comienzos de 2008 se produjeron protestas y disturbios por el aumento de los precios de los alimentos en numerosos países: Pakistán, Guinea, Mauritania, Marruecos, México, Senegal, Uzbekistán y Yemen, entre otros. China ha instaurado el control de los precios de los alimentos básicos, y Rusia ha congelado el precio de la leche, el pan, los huevos y el aceite de uso culinario durante seis meses. Egipto, la India y Vietnam han prohibido la exportación de arroz, o han establecido rígidos controles sobre esta, para que sus propias poblaciones dispongan de alimentos suficientes. Egipto, el mayor importador de trigo del mundo, ha ampliado el número de personas cualificadas para recibir ayuda alimentaria hasta superar los 10 millones de personas. Muchos países han rebajado sus aranceles proteccionistas para disminuir el impacto del drástico aumento de los precios de los alimentos importados. Los países fuertemente dependientes de la importación de alimentos, como las Filipinas, el mayor importador de arroz del mundo, están bregando por alcanzar acuerdos que les permitan obtener las importaciones que necesitan. Aun así, los efectos sobre el problema de todas esas diversas medidas provisionales son básicamente marginales. Casi todas las personas se han visto obligadas a rebajar su nivel de

vida, mientras las clases medias son cada vez más cuidadosas con la comida que compran. Quienes estaban próximos a la pobreza han sucumbido a ella, y los que ya eran pobres han caído en la verdadera indigencia, acompañada de un gran padecimiento. Los efectos se han dejado sentir en todo el mundo y en todas las clases sociales, si exceptuamos a los verdaderamente ricos. Tal y como dijo en febrero de 2008 la directora ejecutiva del Programa Mundial de Alimentos de Naciones Unidas, Josette Sheeran: «Este es el nuevo rostro del hambre [...] Hay comida en las estanterías, pero los precios han expulsado a la gente del mercado. Existe vulnerabilidad en áreas urbanas en las que nunca anteriormente había existido. Hay disturbios por los alimentos en países en los que nunca antes se había visto tal cosa» (*The Guardian*, 26 de febrero de 2008).

Aunque hace años que Haití es un país muy pobre (el 80% de la población intenta subsistir con menos de lo que se puede comprar por dos dólares al día en los Estados Unidos), la reciente situación ha llevado al país a nuevas simas de desesperación. Dos tazas de arroz, que costaban 30 centavos un año antes, valían 60 centavos a mediados de 2008. La descripción que aparecía a principios de ese año en un artículo de Associated Press (19 de enero de 2008) es especialmente dolorosa en los detalles:

«Era la hora de comer en uno de los barrios más pobres de Haití y Charlene Dumas comía barro. Con el aumento de los precios de la comida, los más pobres de Haití ni siquiera se pueden permitir un plato de arroz al día, y algunos toman medidas desesperadas para llenarse el estómago. Charlene, de 16 años y con un hijo de un mes de edad, ha acabado dependiendo de un remedio tradicional en Haití para los retortijones del hambre: galletas hechas de tierra seca de la meseta central del país.»

Las «galletas» también contienen algo de margarina vegetal y sal. Hacia el final del artículo se explica lo siguiente:

«Marie Noel, de 40 años, vende las galletas en un mercado para mantener a sus siete hijos. Su familia también las come. «Espero algún día tener bastante comida para alimentarme y poder dejar de comer esto», dijo. «Sé que no es bueno para mí».

Muchos países de África y Asia se han visto fuertemente golpeados por la crisis y el hambre se ha extendido ampliamente, pero todas las naciones se han visto afectadas en una u otra medida. En los Estados Unidos, donde en 2007 los huevos se encarecieron un 38%, la leche un 30%, la lechuga un 16% y el pan integral un 12%, son muchas las personas que están empezando a comprar alimentos de menor precio. «La subida del precio de los alimentos empieza a apretar a los consumidores», titulaba el *Wall Street Journal* (3 de enero de 2008).

Deberíamos señalar aquí que, mientras que el precio del trigo se encuentra en máximos históricos y el precio de los productos elaborados con trigo es seguro que aumentará en los Estados Unidos, el coste del trigo representa tan solo una pequeña parte del precio de venta minorista de la barra de pan. Cuando el precio del trigo se dobla, como ya ha sucedido, el precio de una barra de pan puede que aumente un 10%, tal vez de 3 a 3,30 dólares. Sin embargo, los efectos de que se doble el precio del maíz, del trigo, de la soja y del arroz son devastadores para los pobres del Tercer Mundo, que compran el producto básicamente sin elaborar.

Con los centros de reparto de alimentos y los comedores de beneficencia funcionando al límite de su capacidad, el padecimiento de los pobres estadounidenses es ahora más agudo. En general, en los Estados Unidos los pobres tienden a pagar antes el alquiler, la calefacción, la gasolina (para poder ir al trabajo) y la electricidad. Eso hace que

la comida sea uno de los pocos gastos «flexibles» del presupuesto. En la zona central del estado de Vermont, en el que resido, en el último año el recurso a la comida procedente de los bancos de alimentos (es decir, a programas de asistencia alimentaria de organizaciones caritativas que reparten comestibles directamente a las personas necesitadas) ha aumentado un 133% entre todos los tipos de usuarios, ¡y un 180% entre los trabajadores pobres! (Hal Cohen, del Consejo de Acción Comunitaria de Vermont Centro, en comunicación personal el 20 de febrero de 2008).

La recesión económica está empezando a dejarse notar en muchas zonas de los Estados Unidos, un hecho que se suma al aumento de las peticiones de ayuda a los diversos programas de asistencia alimentaria del Gobierno («Con la desaparición de empleos y el aumento de precios, el uso de vales de comida roza cifras récord», *New York Times*, 31 de marzo de 2008). Sin embargo, lo más frecuente es que los usuarios de los mal dotados programas públicos de ayuda agoten la comida en casa hacia finales de mes, lo que provoca que justo en ese momento se produzca un enorme aumento de la demanda en los centros de reparto de alimentos y los comedores de beneficencia. Y mientras crece la demanda de alimentos, las donaciones de comida han disminuido de hecho y las donaciones del Gobierno federal han experimentado un fuerte descenso (debido al alza de precios, hay menos productos «excedentes» de los programas agrícolas, así que en 2007 los bancos de alimentos recibieron comestibles por valor de 58 millones de dólares, frente a los 242 millones de cinco años atrás).

Los supermercados han encontrado formas de ganar dinero con los productos deteriorados o caducados que antes donaban a las organizaciones caritativas. En Connecticut, la demanda de alimentos ha experimentado un repentino aumento, mientras que la provisión de estos ni siquiera logra mantenerse. En Stamford, un centro de reparto de

comida procedente de bancos de alimentos abastece a 400 familias, el doble que el año anterior. Según el director del centro, «tengo que rechazar a gente [...]; ha habido veces que me he ido a casa con ganas de llorar» (*New York Times*, 23 de diciembre de 2007). Un profesor de la Universidad de Cornell dedicado al estudio de los programas estadounidenses de ayuda alimentaria ha resumido así la situación: «Se está gestando una crisis incipiente [...] La demanda de ayuda a los bancos de alimentos está creciendo rápidamente en un momento en que los recursos están fallando estrepitosamente porque los dólares no dan para todo» (*Wall Street Journal*, 20 de marzo de 2008).

La crisis alimentaria de largo plazo

Por grave que sea la crisis alimentaria a corto plazo, que exige inmediata atención internacional y dentro de cada país, la crisis estructural de largo plazo es aún más importante. Esta última tiene décadas de existencia y contribuye a agudizar la crisis alimentaria actual a la vez que se ve reforzada por esta. En realidad, es la crisis estructural subyacente de la agricultura y la alimentación en las sociedades del Tercer Mundo la que constituye la verdadera razón de que la crisis alimentaria inmediata sea tan aguda y tan difícil de superar dentro del sistema.

En el Tercer Mundo ha habido una fuerte migración de personas del campo a las ciudades. Las personas han abandonado el campo por carecer de acceso a la tierra. A menudo, esta les ha sido robada directamente como consecuencia del avance de las agroindustrias, pero en muchos casos la gente también se ha visto forzada a abandonar sus tierras debido a los bajos precios que históricamente han recibido por sus productos, así como por las amenazas vertidas contra la vida de los campesinos. Las personas han acudido a las ciudades en busca de una vida mejor, pero lo que han encontrado ha sido una existencia hartamente difícil: una vida en

los suburbios con tasas extremadamente elevadas de desempleo y subempleo. La mayoría de esas personas intentan salir adelante en la economía «informal» adquiriendo cosas que luego venden en pequeñas cantidades. De la mitad de la humanidad que reside en las ciudades (3.000 millones de personas), 1.000 millones viven en barrios degradados, lo que representa un tercio del total de la población urbana. El concejal de un distrito de Lagos, en Nigeria, describía la situación de la forma siguiente: «Tenemos un aumento masivo de población con una economía estancada o en contracción. Imaginaos esta ciudad dentro de diez o veinte años. Estos no son los pobres urbanos, son los nuevos indigentes urbanos». Un extenso artículo del *New Yorker* sobre Lagos finalizaba con una nota de extremo pesimismo: «Lo realmente inquietante de las personas que rebuscan en las basuras y los vendedores ambulantes de Lagos es que su vida no tiene nada que ver en esencia con la nuestra. Escarban para sobrevivir fuera de los límites de la macroeconomía. Son, en los términos más despiadados de la globalización, superfluos» (13 de noviembre de 2006).

Uno de los principales factores que promueven esa emigración masiva y sostenida a las ciudades, además del hecho de carecer de tierras o de verse expulsado de ellas, es la dificultad para ganarse la vida como pequeño agricultor. Vivir como pequeño agricultor se ha vuelto especialmente difícil cuando los países han practicado las políticas «neoliberales» recomendadas o impuestas por el FMI, el Banco Mundial e, incluso, algunas de las ONG occidentales que operan en los países pobres del Tercer Mundo. Según la ideología neoliberal, lo que hay que hacer es dejar que el llamado mercado libre opere su magia. Se nos dice que, gracias a las benignas sanciones que impone su «mano invisible», la economía funcionará de forma más eficiente y será altamente productiva. Así pues, para que el mercado sea «libre», los Gobiernos deben dejar de interferir.

Por lo que respecta a la agricultura, los Gobiernos deberían dejar de subvencionar a los agricultores para la compra de fertilizantes; deberían dejar de participar en el almacenamiento y transporte de alimentos; y deberían dejar en paz a los agricultores y los alimentos que producen. El mismo enfoque sostiene también que los Gobiernos deberían dejar de subvencionar la comida de los pobres para que sea el mercado recién desfrenado quien se ocupe de todo. La presencia de esa mentalidad era manifiesta cuando empezó a desarrollarse la crisis alimentaria de Haití a finales de 2007. Según el ministro de Industria y Comercio haitiano, «no podemos intervenir y fijar precios porque tenemos que cumplir con las normas del libre mercado» (Reuters, 9 de diciembre de 2007). Fue esa la misma medida que adoptó la Gran Bretaña colonial para responder a la hambruna de la patata en Irlanda, así como a las hambrunas de la India a finales del siglo XIX. Y a pesar de todo, esa misma forma de pensar la han hecho suya ahora muchos dirigentes de países «independientes» de la periferia.

Está claro que dicha ideología carece de base alguna en la realidad: el llamado mercado libre no es en absoluto necesariamente eficiente. Además, es absolutamente incapaz de servir como mecanismo para poner fin a la pobreza y el hambre. No deberíamos olvidar que la ideología neoliberal propone exactamente lo contrario de lo que los países del centro capitalista han hecho en el pasado y lo que en realidad están haciendo hoy en día. Por ejemplo, el Gobierno nacional estadounidense hace más de un siglo que presta ayuda a los agricultores de múltiples maneras. Lo ha hecho mediante programas gubernamentales de investigación y expansión, arrebatándoles las tierras a los indios y entregándoselas a granjeros de origen europeo, a través de subvenciones directas a los agricultores con toda una diversidad de programas, entre ellos programas de créditos a bajo coste, y estimulando la exportación de cosechas. Deberíamos

señalar también que tanto Estados Unidos como Europa y Japón desarrollaron sus economías industriales con políticas proteccionistas, a las que se sumaba toda una variedad de programas de ayuda directa a la industria.

Lo que el fin de las ayudas de los Gobiernos del Tercer Mundo a sus pequeños granjeros y consumidores ha conllevado ha sido el endurecimiento de la vida de los pobres en dichos países. En palabras de un informe independiente encargado por el Banco Mundial: «En la mayoría de países en proceso de reforma, el sector privado no ha venido a llenar el vacío dejado por la retirada del sector público» (*New York Times*, 15 de octubre de 2007). Por ejemplo, muchos Gobiernos africanos, presionados por las políticas económicas neoliberales fomentadas por el Banco Mundial, el FMI y los países ricos del centro del sistema, pusieron fin a la subvención del uso de fertilizantes en los cultivos. Aunque es cierto que los fertilizantes importados son muy caros, los suelos africanos suelen tener baja fertilidad y las cosechas son escasas cuando no se usan fertilizantes sintéticos ni orgánicos. Con el descenso de la producción después de que los Gobiernos dejaran de subsidiar la compra de fertilizantes y de ofrecer otros tipos de ayudas, aumentó el número de agricultores que no lograba sobrevivir y emigraba a los suburbios de las ciudades. Jeffrey Sachs, antiguo prescriptor de terapias librecambistas de choque ahora parcialmente recuperado, ha reconsiderado sus ideas. Según Sachs, «todo se basaba en la idea de que, si a los más pobres de entre los pobres se les retira la protección del Gobierno, de alguna forma los mercados resolverán los problemas [...] Pero los mercados no pueden intervenir, y no intervienen, cuando la gente no tiene nada. Y si uno les retira las ayudas, lo que hace es dejarlos morir» (*New York Times*, 15 de octubre de 2007).

En el año 2007 un país africano, Malawi, decidió ir contracorriente y oponerse a todas las recomendaciones que había recibido. El Gobierno reintrodujo las subvenciones a

la compra de fertilizantes y semillas. Los agricultores utilizaron más fertilizantes, las cosechas aumentaron y la situación alimentaria del país mejoró enormemente (*New York Times*, 2 de diciembre de 2007). De hecho, incluso pudieron exportar algunos alimentos a Zimbabwe, aunque hay quien piensa en Malawi que dichas exportaciones han hecho disminuir en exceso el propio abastecimiento.

Otro problema se plantea cuando los agricultores capitalistas de algunos países pobres de la periferia entran en los mercados internacionales. Mientras que los agricultores de subsistencia venden únicamente una pequeña parte de la cosecha y utilizan la mayor parte de esta para consumo familiar, los agricultores capitalistas son aquellos que comercializan la totalidad o una gran parte de lo que producen. Es frecuente que estos últimos amplíen su producción y se hagan con las tierras de los agricultores más pequeños, con o sin compensación, para después emplear a menos personas de las que antes trabajaban en una parcela de tierra dada debido a las técnicas de producción mecanizadas. En Brasil, el «Rey de la Soja» controla bastante más de un cuarto de millón de acres (100.000 hectáreas) y utiliza enormes tractores y máquinas cosechadoras para trabajar la tierra. En China, los cargos corruptos de ciudades y pueblos suelen vender «terrenos comunes» a promotores inmobiliarios sin compensar adecuadamente a los agricultores y, en ocasiones, sin ninguna compensación en absoluto.

Así pues, las duras condiciones de los agricultores, provocadas por diversos factores y acuciadas por la práctica de la ideología del libre mercado, han generado una corriente humana continua de personas que abandonan el campo para ir a vivir a unas ciudades en las que no hay trabajo para ellas. Ahora todas esas personas que viven en los suburbios y que carecen de acceso a la tierra para cultivar su propia comida están a merced de los precios internacionales de los alimentos.

Uno de los motivos de la creciente concentración de la propiedad de la tierra y la expulsión de los agricultores de subsistencia es la penetración de las corporaciones agrícolas multinacionales en los países de la periferia. Desde la venta de semillas, fertilizantes y pesticidas hasta el procesamiento de los productos agrícolas en bruto para su exportación o su venta en nuevos y grandes supermercados, las corporaciones de la agroindustria están teniendo efectos devastadores sobre los pequeños agricultores. El colapso de los sistemas de extensión agraria que ayudaban a los agricultores a ahorrar semillas y la disolución de las empresas públicas de semillas ha allanado el camino a la gran penetración de las empresas multinacionales de semillas.

Gigantes transnacionales como Cargill y Monsanto están presentes en la actualidad en la mayoría de países del Tercer Mundo, donde venden semillas, fertilizantes, pesticidas y piensos, y compran y procesan productos agrícolas en bruto. En el proceso, asisten a los grandes granjeros para lograr «mayor eficiencia», o sea, para que cultiven extensiones cada vez mayores. La principal ventaja de las semillas de organismos genéticamente modificados (OGM) es que contribuyen a simplificar el proceso de cultivo y permiten que enormes superficies sean gestionadas por una única entidad, una gran granja o corporación, que no deja espacio a los pequeños agricultores.

También se están haciendo sentir los efectos negativos de la penetración de las grandes cadenas de supermercados. Tal y como rezaba un titular del *New York Times* en 2004, «Los supermercados gigantes aplastan a los granjeros de Centroamérica» (28 de diciembre de 2004). Los grandes supermercados prefieren tratar con unos pocos granjeros con cultivos de gran escala que con un gran número de pequeños granjeros. Y la apertura de grandes supermercados acaba con los mercados tradicionales que utilizan los pequeños agricultores.

La crisis prolongada se está intensificando

Parece lógico pensar que, con los precios de los alimentos más elevados, los agricultores deberían obtener más ganancias y producir más para satisfacer la «demanda» que indica el mercado. En cierta medida, así es, sobre todo para los agricultores que pueden sacar provecho de todas las ventajas físicas y monetarias de la producción a gran escala. Sin embargo, también han aumentado los costes de casi todos los factores de producción agrícolas, por lo que las ganancias de los agricultores no son tantas como podría esperarse. Este es un problema particularmente grave para los granjeros que crían animales alimentados cada vez más con grano de elevado precio.

Además, las cosas no están necesariamente bien para los pequeños agricultores y los agricultores de subsistencia. Muchos están tan endeudados que les cuesta salir adelante. Se calcula que unos 25.000 granjeros indios se suicidaron en 2007 al no encontrar otra salida a sus dificultades. (El Gobierno indio ha propuesto una partida presupuestaria que incluya la exoneración de los créditos concedidos por los bancos a los pequeños granjeros. Aun así, si la medida se hace efectiva, los millones que han recibido préstamos de usureros locales no se beneficiarán de ella.) La concentración de la propiedad de la tierra y la exclusión de la tierra de los pequeños granjeros y braceros sin tierras se ha visto exacerbada por los excepcionales aumentos del precio de las cosechas en los últimos pocos años.

El aumento de los precios de las cosechas ha provocado el aumento también del precio de los terrenos agrícolas, sobre todo de los campos de grandes dimensiones que pueden cultivarse con maquinaria de gran escala. Eso es lo que está sucediendo en los Estados Unidos y en ciertos países de la periferia. Por ejemplo, Global Ag Investments, empresa con sede en Texas, posee y explota 34.000 acres de tierras de cultivo en Brasil. En una de sus granjas, un solo campo de soja ocupa 1.600 acres: ¡6,5 km²! Una empresa neozelandesa ha

adquirido unos 100.000 acres en Uruguay y ha contratado a gestores para dirigir granjas lecheras en sus tierras.

Empresas de capital de inversión están comprando terrenos agrícolas en los Estados Unidos (Associated Press, 7 de mayo de 2007) y en el extranjero. Una empresa estadounidense se ha asociado con inversores brasileños y japoneses para adquirir 997 km² de tierras en Brasil, aproximadamente un cuarto de millón de acres. Las mismas iniciativas está tomando el capital sudamericano: un fondo de inversión brasileño, Investimento em Participações, va a adquirir una participación minoritaria en un productor de soja argentino que posee casi 400.000 acres de tierras en Uruguay y Argentina.

El aumento del precio de las cosechas ha provocado también la aceleración de la deforestación en la cuenca amazónica: 2.000 km² (el tamaño aproximado de Rhode Island) en los últimos cinco meses de 2007. Además, enormes áreas de terreno agrícola han pasado a ser utilizadas para el desarrollo inmobiliario, con usos en algunos casos dudosos, como la edificación de barrios residenciales de casas individuales y la construcción de campos de golf para gente rica.

En China, en el periodo 2000-2005, hubo una pérdida media *anual* de terreno agrícola de 2,6 millones de acres, que pasaron a usos inmobiliarios. El país se está acercando con rapidez al mínimo de terreno agrícola cultivable que necesita según sus propios parámetros (unos 120 millones de hectáreas aproximadamente), y lo más probable es que la cantidad de suelo agrícola continúe disminuyendo. Como parte de los esfuerzos para acceder a la producción agrícola extranjera, una empresa china ha alcanzado un acuerdo para arrendar casi 2,5 millones de acres de terreno en las Filipinas para cultivar arroz, maíz y azúcar, lo que ha desencadenado en ese país enérgicas protestas, que han paralizado temporalmente el proyecto (Bloomberg, 21 de febrero de 2008). Como decía un agricultor: «el Gobierno [filipino] y los chinos dicen que es un partenariado, pero eso solo significa que los chinos serán ahora nuestros señores y nosotros seremos sus esclavos».

Acabar con el hambre en el mundo

Acabar con el hambre en el mundo es algo conceptualmente bastante simple. Sin embargo, ponerlo en práctica y hacerlo realidad dista mucho de ser sencillo. En primer lugar, es necesario reconocer que el acceso a una dieta sana y variada es un derecho humano fundamental. Los Gobiernos deben comprometerse a terminar con el hambre que afecta a sus gentes y deben adoptar medidas contundentes para cumplir dicho compromiso. En muchos países, incluso en la actualidad, se produce suficiente comida como para alimentar a toda la población con un alto nivel nutricional. Por supuesto, este es manifiestamente el caso de los Estados Unidos, donde tanta comida se produce. Es nada menos que un crimen que tantos pobres pasen hambre y estén mal nutridos en Estados Unidos, o que no sepan cómo van a conseguir la próxima comida (algo que, por sí mismo, supone ya una carga psicológica), cuando existe en realidad comida abundante.

A corto plazo, la situación de emergencia que representa el aumento del hambre y la malnutrición debe atajarse con todos los recursos de que disponga un país. Aunque la distribución en masa de grandes cantidades de grano o leche en polvo puede tener su papel, los países deberían plantearse seguir la innovación venezolana de establecer centros de alimentación en todos los barrios pobres. Cuando la gente cree que el Gobierno intenta realmente ayudarla, y cuando tiene la potestad de buscar o contribuir a la solución de sus propios problemas, el resultado es una oleada de entusiasmo y voluntariado. Por ejemplo, aunque los alimentos de los programas venezolanos de alimentación los aporta el Gobierno, las comidas para los niños, ancianos y enfermos pobres se preparan en las propias casas de la población y se distribuyen desde estas gracias a una considerable cantidad de trabajo voluntario. Además, Venezuela ha desarrollado una red de tiendas que venden los alimentos básicos con importantes descuentos con respecto a los precios que cobran los mercados privados.

En 2003, Brasil lanzó un programa destinado a aliviar las condiciones de la población más pobre. Aproximadamente una cuarta parte de la población brasileña recibe aportaciones directas del Gobierno de la nación con el programa *Bolsa Família* de lucha contra la pobreza. Según dicho programa, una familia cuya renta diaria per cápita esté por debajo de los 2 dólares por persona y día recibe una prestación de hasta 53 dólares al mes por persona (*The Economist*, 7 de febrero de 2008). Esa inyección de dinero está condicionada a que los hijos de la familia asistan a la escuela y participen en el programa nacional de vacunación. Está claro que la iniciativa está teniendo efectos positivos en la vida y la nutrición de las personas. Sin embargo, el sistema no tiene el mismo efecto que los programas venezolanos, que movilizan a la gente para trabajar codo con codo por su propio bien y el de la comunidad.

En Cuba y en otros países se han usado con éxito los huertos urbanos tanto para abastecer de comida a los habitantes de las ciudades como para dotarlos de una fuente de ingresos. Estos deberían fomentarse con determinación y dar un uso creativo al espacio disponible en los entornos urbanos.

La agricultura debe ser una de las prioridades esenciales en el Tercer Mundo. Hasta el Banco Mundial está empezando a resaltar la importancia de que los Gobiernos ayuden a la agricultura en sus países. Como ha declarado el doctor Ngozi Okonjo-Iweala, director ejecutivo del Banco Mundial:

Hoy en día la atención en todo el mundo de los responsables de diseñar políticas está centrada en el problema de las *subprime* y la crisis financiera. Sin embargo, la verdadera crisis es la del hambre y la malnutrición [...] Ese es el verdadero problema que debería captar la atención internacional. Sabemos que el 75% de los pobres del mundo viven en entornos rurales y que la mayoría de ellos dependen de la agricultura para vivir. La agricultura es hoy en día, más que nunca, un instrumento

fundamental para la lucha contra el hambre y la malnutrición, así como para apoyar un desarrollo sostenible y la reducción de la pobreza (All-Africa Global Media, 19 de febrero de 2008).

Casi todos los países del mundo cuentan con recursos de suelo, agua y clima para cultivar alimentos suficientes para que toda su población tenga una dieta saludable. Además, en la mayoría de países ya están presentes también los conocimientos y las variedades de cultivos adecuados, por lo que, si los agricultores reciben la ayuda conveniente, lograrán obtener un rendimiento razonablemente alto de los cultivos.

Aunque es esencial aumentar la producción agrícola, en el pasado el acento ha recaído en la producción de cosechas para la exportación. Por mucho que estas contribuyan a nivelar la balanza de pagos de un país, la agricultura dirigida a la exportación no garantiza que exista suficiente comida para todos ni fomenta un entorno rural saludable. Además de productos básicos como la soja, la agricultura dirigida a la exportación también promueve la producción de cultivos lujosos de elevado valor demandados por los mercados de exportación (lujosos desde el punto de vista de las necesidades alimentarias básicas de los países pobres del Tercer Mundo) en lugar de los cultivos de subsistencia de bajo valor necesarios para satisfacer las necesidades de la población nacional. La producción de cantidades suficientes del tipo correcto de alimentos dentro de las fronteras de cada país, por parte de pequeños agricultores que trabajan en régimen cooperativo o por cuenta propia y utilizan técnicas sostenibles, constituye la mejor forma de alcanzar la meta de la «seguridad alimentaria». De esa forma, la población queda aislada, al menos parcialmente, de las fluctuaciones de los precios en el mercado mundial. Todo ello implica también, por supuesto, que no se resten terrenos a la producción de alimentos para dedicarlos a cultivos para el mercado de biocombustibles.

Una de las formas de llevar a cabo dicha iniciativa y, a la vez, contribuir a solucionar el problema de la concentración de tantas personas en los suburbios urbanos (la población más expuesta al incremento de los precios de los alimentos), es distribuir tierras mediante reformas agrarias coherentes. Pero la tierra por sí sola no es suficiente. Los agricultores que empiezan o que retornan al campo necesitan apoyo técnico y financiero para producir alimentos. Además, hay que desarrollar sistemas de apoyo social, tales como cooperativas y consejos comunitarios, que contribuyan a fomentar la camaradería y solidificar las nuevas comunidades que se desarrollen. Tal vez sea necesario «sembrar» dichas comunidades con unos cuantos abnegados activistas. Igualmente, hacen falta viviendas, electricidad, agua y sistemas de alcantarillado para que a la gente le resulte atractivo ir a vivir al campo. Otra forma de fomentar que las personas vayan al campo y se conviertan en agricultores es apelar al patriotismo e infundirles la idea de que son auténticos pioneros en el establecimiento de un nuevo sistema alimentario que ayuda a sus países a lograr la autosuficiencia alimentaria, es decir, la independencia frente a las corporaciones agrarias transnacionales, así como a abastecer a toda la población nacional de comida sana. Esos agricultores pioneros deben contemplarse a sí mismos, al igual que deben contemplarlos el resto de la sociedad y el Gobierno, como personas cruciales para el futuro de su país y para el bienestar de la población. Se los debe tratar con el gran respeto que merecen.

Conclusión

La alimentación es un derecho humano y los Gobiernos tienen la responsabilidad de velar por que su población esté bien alimentada. Además, hay formas conocidas de acabar con el hambre, entre las que se cuentan las medidas de emergencia para combatir la crítica situación actual, los huertos urbanos, la reforma agraria acompañada de un sistema de apoyo integral a los agricultores y de técnicas de agricultura sostenible que mejoran el medioambiente. La comida de la que actualmente disponen las personas es el reflejo de unas relaciones de poder económico y político fuertemente desiguales, tanto entre países como dentro de estos. Un sistema alimentario sostenible y seguro requiere unas relaciones distintas y mucho más equitativas entre las personas. Cuanto más se incluya a los pobres y a los agricultores mismos en todos los aspectos de los esfuerzos por alcanzar la seguridad alimentaria, y cuanto más se los anime en el proceso, mayores serán las posibilidades de lograr una seguridad alimentaria duradera. Como ha dicho Hugo Chávez, presidente de Venezuela, un país que tanto ha hecho para atajar los problemas de la pobreza y el hambre:

«Sí, es muy importante acabar con la pobreza, acabar con la miseria, pero lo más importante es darles el poder a los pobres para que puedan luchar por sí mismos».

CRISE, ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E «INTEGRAÇÃO ECONÓMICA» NA ACÇÃO CONTRA A POBREZA

José Manuel Henriques

ABSTRACT

Crisis, Social and Solidarity Economy, «Economical Integration» and fight against Poverty

The crisis of the international financial system has been evidencing the *absence, insufficiency or inadequacy* of the current public policies on poverty. However, the creation of new solutions entails a deep conceptual restructuration around the «economical» dimension of the action against poverty itself.

Therefore, this conceptual restructuration implies revising the foundations of the current solutions and searching for support in alternative perspectives. Based on the values and theoretical and conceptual perspectives of «Solidarity and Social Economy», it has been possible to create new alternatives to the «economical» dimension of fight against poverty by not reducing the notion of «economy» to «market», by privileging collective action and human «intentionality» as well as by proposing the reconstruction of the relationship between «economical» and «social».

In light of these perspectives, some contributions of the communitarian initiative Equal (2000-2010) were analysed. It is then shown how to open new paths for public policies in these areas.

RESUMO

A crise do sistema financeiro internacional tem vindo a contribuir para tornar mais evidente a *ausência, insuficiência ou desadequação* das medidas correntes de política pública no domínio do combate à pobreza. Mas a criação de novas formas de resposta implica uma profunda reestruturação conceptual em torno da dimensão «económica» da acção concreta.

A reestruturação conceptual em causa pressupõe a crítica dos fundamentos das respostas correntes e a procura de apoio em perspectivas alternativas. Com base nos valores e em perspectivas teórico-conceptuais com origem na «Economia Social e Solidária», mostrou-se possível construir o sentido de formas alternativas de conceber o conteúdo da dimensão «económica» da acção contra a pobreza: não reduzindo o «económico» ao «mercado», privilegiando a acção colectiva e a «intencionalidade» humana e propondo a reconstrução das relações entre o «económico» e o «social».

À luz dessas perspectivas foram analisados alguns contributos da Iniciativa Comunitária Equal (2000-2010) para a concretização da acção. Mostra-se como se podem abrir novos caminhos para a reconfiguração das políticas públicas contemporâneas neste domínio.

1. Contexto

A crise do sistema financeiro internacional tem vindo a influenciar negativamente a evolução do emprego na Europa e a colocar uma pressão crescente junto dos Estados para a contenção da despesa pública. A sua expressão mais recente começou a desenhar-se em 2008 e tem vindo a contribuir também para acentuar a complexidade dos problemas contemporâneos de pobreza. Com a crise torna-se cada vez mais evidente a **ausência, insuficiência** ou **desadequação** das medidas correntes de política pública neste domínio, em particular, no que se relaciona com a dimensão «económica» da acção.

Entretanto, tendo em atenção a **escala** que esses problemas assumem, as medidas existentes podem tornar-se financeiramente **insustentáveis**. E como problemas financeiros traduzem, no essencial, o desajustamento entre a natureza dos problemas a resolver e os métodos e formas organizativas previstas para os resolver (Matzner, 1978, p.134), torna-se mais **evidente** e **urgente** a necessidade de «inovação social». Esta necessidade vem sendo reconhecida desde o início da década de 80 e já justificou diversas iniciativas das instituições de âmbito europeu através do lançamento de programas experimentais orientados para a inovação nas políticas públicas.

A «inovação social» associada à criação de novas formas de resposta no combate à pobreza implica uma profunda reestruturação conceptual em torno da respectiva dimensão «económica». Por exemplo, implica redefinir o emprego não como um **fim** em si mas como **meio** para o acesso a recursos monetários, para a criação e preservação de relações de interdependência social significativa e para facilitar a realização de direitos sociais. Implica recentrar o «económico» nas condições bloqueadoras, ou facilitadoras, da satisfação de necessidades humanas.

A reestruturação conceptual em causa pressupõe a crítica dos fundamentos das respostas correntes e a procura de apoio em perspectivas alternativas. Com base em perspectivas teórico-conceptuais com origem na «Economia Social e Solidária», mostrou-se possível construir novas formas de entender o conteúdo da dimensão «económica» da acção contra a pobreza.

À luz dessa perspectiva foram analisados alguns contributos da Iniciativa Comunitária Equal (2000-2010) para a concretização da acção. Mostra-se como se podem abrir novos caminhos para a reconfiguração das políticas públicas. Torna-se possível alargar perspectivas para a relação entre o Estado e a sociedade valorizando a acção colectiva e assegurando outra qualidade à acção pública (animação territorial, etc.) e o envolvimento diversificado de formas organizativas de qualidade solidária e democrática (e não apenas por empresas privadas ou a administração pública).

Os contributos da Economia Social e Solidária mostram como se abrem novas oportunidades concretas de acção quando as relações sociais e a «intencionalidade» fazem parte do esforço de conceptualização da existência humana em sociedade e se procura a construção de novas formas de acção que assentem nesse tipo de pressupostos.

2. A crise contemporânea

A crise tem causas profundas conforme Joseph Stiglitz relembra num livro recente (Stiglitz 2010). As suas causas situam-se para além de comportamentos menos regulares de responsáveis por organizações bancárias, de falhas de reguladores ou da eventual desadequação de políticas monetárias. Stiglitz responsabiliza os mercados financeiros e suas instituições (op. cit., p. 17). Assim, considera que a única surpresa com a crise económica de 2008 é que ela tenha sido considerada uma surpresa para tantos. A crise era previsível e **foi** prevista (op. cit., p. 1).

Com efeito, basta evocar o contributo de David Harvey muitos anos antes (Harvey, 1989, p.194). Analisando os riscos provenientes da autonomização relativa do sistema financeiro e ao procurar soluções financeiras para o problema da sobreacumulação no capitalismo contemporâneo, Harvey escrevia:

«It is tempting, of course, to see this all as some prelude to a financial crash that would make 1929 look like a footnote in history».

Stiglitz defende então que «saír» da crise pressupõe a reforma da economia com base num novo reconhecimento da centralidade da acção colectiva e do papel do Estado no exercício da regulação. Stiglitz alerta para o facto de que a reforma da economia não poderá deixar de começar pela reforma da Ciência Económica (op. cit., p. 238). Stiglitz discute alguns dos seus pressupostos, analisa o modo como a economia tem vindo a influenciar negativamente a sociedade e indivíduos e sublinha (op. cit., p. 289):

«The model of rugged individualism combined with market fundamentalism has altered not just how individuals think of themselves and their preferences but how they relate to each other. In a world of rugged individualism, there is little need for community and no need for trust».

Será difícil antecipar com rigor todas as implicações económicas e sociais do actual contexto de crise do sistema financeiro internacional. A evolução recente das dificuldades de acesso ao crédito por parte das empresas, da diminuição da procura local como efeito da recessão e do aumento da concorrência internacional permitem admitir a acentuação de dificuldades crescentes junto das empresas. Será de admitir que a Europa venha a conviver de forma prolongada com elevados níveis de desemprego. A desaceleração do crescimento económico e a diminuição da componente

emprego do crescimento já vinham configurando essa possibilidade ao longo das últimas décadas. Tudo parece concorrer para que se torne mais difícil a situação existencial das pessoas em situação de maior vulnerabilidade à pobreza.

Todavia será útil não esquecer que desemprego **não** implica necessariamente pobreza. A protecção social, por exemplo, pode contribuir para a prevenção da pobreza. A relevância social da perda de emprego ou da perda de rendimento não é independente do papel que pode ser desempenhado pela protecção social (subsídeo de desemprego, assistência social, serviços públicos, etc.). Por outro lado, o acesso ao emprego não conduz automaticamente à mudança de situações de pobreza. Emprego não precário e remuneração adequada não estão associados a qualquer forma de emprego. Emprego sem protecção social dificilmente pode assegurar uma mudança em situações de pobreza. Pode-se estar empregado e permanecer pobre (baixos salários, forte dependência mercantil na satisfação de necessidades, etc.) e socialmente excluído (relações socio-familiares vulneráveis, isolamento social, formas precárias de emprego, etc.). Emprego dificilmente pode contribuir para mudanças em situações de pobreza se permanecer isolado de formas de protecção social (serviços sociais, educação e formação profissional, habitação, acesso a cuidados médicos, etc.), rendimento suficiente e realização de direitos sociais.

É necessário manter presente o sentido deste tipo de **interdependências**. A actual situação de crise vai tornar mais claros os limites das respostas correntes de política pública na resposta ao desemprego e na acção contra a pobreza. Tornar-se-á cada vez mais **evidente** que no contexto contemporâneo, a dimensão «económica» da acção se terá que situar inevitavelmente para além da reinserção individual no sistema formal de emprego.

3. Pobreza, instatisfação de necessidades básicas e «integração económica» na acção contra a pobreza

As condições contemporâneas justificam um esforço aprofundado de conceptualização sobre a realidade da pobreza e sobre os modos de ser combatida. Trata-se de condições propícias a repensar os valores, conceitos e teorias em que se baseia a acção corrente. Não raramente os discursos dominantes concorrem para a ocultação de distinções conceptuais fundamentais como é o caso da distinção entre os conceitos de privação e de pobreza. Repensar os fundamentos permite clarificar a diferença entre privação e pobreza, discutir a centralidade do conceito de recurso e a autonomia na satisfação de necessidades básicas como razão de ser e sentido da mudança a promover.

Entendida como dimensão «económica» da acção, a «integração económica» torna-se central. Um contributo para esse esforço já foi desenvolvido noutras circunstâncias (Henriques 2006). Alguns aspectos podem ser recordados de forma sucinta.

3.1 Privação, pobreza e instatisfação de necessidades

A pobreza foi definida ali como um estado de **privação** resultante da insuficiência de **recursos** num determinado contexto **discursivo** e **organizativo**. A focalização nos recursos traça a fronteira decisiva entre os conceitos de privação e de recursos.

Mas, como os recursos são funcionais para a realização de propósitos humanos, é a capacidade de realizar propósitos que **transforma** em recurso qualquer entidade social. Recurso será tudo aquilo a que se «recorre» para realizar um propósito. A constituição de propósitos humanos depende dos conceitos com base nos quais a realidade é percebida. A relevância e sentido dos recursos torna-se, assim, dependente dos conceitos e contextos em que a acção humana

se situa. A materialidade, ou não materialidade, de recursos relevantes para a superação de situações de pobreza não é **independente** da natureza dos propósitos a prosseguir.

Por outro lado, a pobreza foi definida como pobreza **absoluta** uma vez que o que estava em jogo era a conceptualização da acção visando a mudança da vida de pessoas em situação de pobreza e não objectivos de natureza analítica. Pobreza foi definida como uma situação de insatisfação de necessidades básicas (ausência de saúde e de autonomia) como resultado de um processo através do qual necessidades «intermédias» (alimentação, habitação, cuidados médicos, etc.) podem ser relacionados com a insuficiência de recursos, materiais, ou não-materiais, num determinado contexto **discursivo** e **organizativo**.

Assim, entendida como pobreza absoluta, a pobreza pode ser entendida como incapacidade de mobilizar meios **materiais**, e **não-materiais**, para criar modos de satisfazer necessidades «intermédias» e evitar a ausência de saúde e a ausência de autonomia (insatisfação de necessidades básicas).

Esta incapacidade resulta na impossibilidade de constituir a capacidade de realização de propósitos num contexto relacional marcado por um campo discursivo hegemónico e por um campo organizativo caracterizado pela incapacidade organização da acção colectiva («organisational outflanking») das pessoas em situação de pobreza. É por essa razão que os discursos institucionais sobre a pobreza se tornam tão relevantes. São os discursos institucionais de **não-pobres** que estabelecem as condições com base nos quais os pobres podem exprimir os problemas existenciais que os **não-pobres** definem como problemas de pobreza. Por outro lado, as pessoas que experimentam situações deste tipo não constituem um colectivo com interesses específicos nem vivem condições facilitadoras da reconstituição discursiva das situações que vivem. A **diferenciação** e a **heterogeneidade** das situações contribuem para a acentuação desta dificuldade.

Assim, a expansão da pobreza por dificuldade no acesso a recursos monetários não nos deverá levar a negligenciar outras dimensões subjacentes à insatisfação de necessidades básicas. Relações interpessoais precárias ou isolamento social poderão tornar recursos monetários inúteis na prevenção de danos sérios ou irreparáveis. Comportamentos individuais exclusivamente orientados para o consumo em conjugação com a incapacidade de identificar necessidades básicas ou com a incapacidade de identificar formas colectivas e individuais de assegurar a satisfação de necessidades «intermédias» (acção colectiva, luta política, etc.) podem até concorrer para a acentuação de formas de pobreza.

3.2 Acção contra a pobreza e a «integração económica»

Nas sociedades capitalistas contemporâneas acentua-se a dependência mercantil da satisfação de necessidades e a interpretação subjectiva de acção para a superação da insatisfação como consumo. Trata-se de uma construção histórica e, portanto, com mudança possível.

Neste contexto, a dimensão «económica» da acção contra a pobreza foi designada como «integração económica». Foi definida, genericamente, como acção visando a máxima autonomia na satisfação de necessidades humanas. Mais concretamente, «integração económica» foi definida como acção orientada para a relação a construir entre processos de produção de conhecimento sobre condições materiais da insatisfação de necessidades básicas e o tipo de transformação material que possa contribuir para mudanças efectivas em situações de pobreza alargando possibilidades de diminuição da dependência mercantil na satisfação de necessidades «intermédias» e alargando possibilidades de geração de rendimento através do trabalho por conta de outrem ou através da mobilização do potencial de empreendedor através de formas organizativas individuais ou colectivas (microempresas, empresas sociais, etc.).

Esta formulação da «integração económica» assenta no reconhecimento da dimensão **relacional** da existência dos humanos em sociedade, do papel central dos agregados domésticos na construção de estratégias de sobrevivência das pessoas em situação de pobreza e do modo particular como através dos agregados domésticos se estabelece a relação entre a produção de **valores de uso** e de **valores de troca** na reconstituição total do encastramento **territorial** da economia «real» local. Esta perspectiva relaciona-se directamente com os trabalhos de John Friedmann em torno da sua reflexão em torno das noções de «barrio economy» (Friedmann 1988) e «whole economy model» (Friedmann 1992).

A formulação apresentada para a noção de «integração económica» associou o alargamento de possibilidades de diminuição da dependência do mercado na satisfação de necessidades e de acesso ao rendimento com acção pró-activa na promoção de «percursos de inserção» ou animando a criação de novas formas organizativas (microempresas, empresas sociais, etc.). A «não-probabilidade» da emergência espontânea destas formas organizativas, a insuficiência da acção exclusivamente orientada para o acesso ao capital e a reformulação conceptual necessária à construção de estratégias adequadas («empresa», «concorrência e competitividade», «mercados», etc.) são aspectos especificamente analisados no que respeita à criação de microempresas.

Devido ao encastramento territorial dos agregados domésticos, estabeleceu-se a relação entre a mudança persistente em situações de pobreza e o desenvolvimento local. A **não-emergência** espontânea de iniciativas e capacidade organizativa visando o desenvolvimento local coloca a «integração económica» em relação directa com a «animação territorial» (Henriques, 2007, 2009).

Mas tal formulação de «integração económica» não se enquadra na interpretação do «económico» que se pode encontrar subjacente à acção pública corrente. Contudo, à luz de contributos de natureza teórico-conceptual com origem na Economia Social e Solidária ganha um sentido mais abrangente.

4. O paradigma dominante da Ciência Económica e a «integração económica» na acção contra a pobreza

Como se viu, no contexto da acção contra a pobreza, a «integração económica» envolve auto-suficiência no que respeita a recursos tendo em vista a capacidade acrescida de satisfazer necessidades humanas. Alargar o espaço da «não-dependência» mercantil e alargar as possibilidades de acesso ao rendimento trabalhando por conta de outrem ou organizando formas individuais ou colectivas de mobilização de potencial empreendedor (microempresas, empresas cooperativas, pequena sociedade por cotas, etc.) foram identificadas como formas possíveis de concretização.

4.1 A satisfação de necessidades humana e a «integração económica»

O paradigma dominante constitui um obstáculo sério ao aprofundamento da análise centrada na satisfação das necessidades humanas já que assume a identidade entre «intensidade da procura», nível de utilidade e a satisfação potencial de necessidades.

Este tipo de raciocínio impede a possibilidade de identificar necessidades que não possam ser satisfeitas através de consumo e, portanto, não se podem manifestar em mercado sob a forma de procura. Legítima a desigualdade social no consumo e legítima a contribuição potencial de mecanismos institucionais para a interpretação subjectiva de insatisfação de necessidades como ausência de consumo. Os mesmos mecanismos podem contribuir para a inibição da consciência relativa a necessidades que não sejam passíveis de satisfação através de consumo.

Finalmente, legítima o facto de os mesmos mecanismos poderem contribuir para a mercantilização da sociedade e para a dependência crescente de recursos monetários mesmo se isso ocorra num contexto de desemprego crescente e protecção social mais limitada como vem ocorrendo nas sociedades europeias contemporâneas.

4.2 O «Homo Economicus» e a «integração económica»

A dimensão relacional desempenha um papel central nas estratégias de sobrevivência das pessoas em situação de pobreza. Mas os pressupostos em que assenta o paradigma dominante relativamente à existência humana em sociedade, correntemente referenciados como «Homo Economicus», correspondem a uma redução da totalidade do ser humano, a «pessoa», a motivações relacionadas com o «interesse individual».

O «Homo Economicus» não tem correspondência com um humano vivo. Teria que se admitir uma estrutura psicológica imatura, «infantil» (Bauer 1981, 1985) e «patológica» (Henriques 1989). O «Homo Economicus» não conhece relações interpessoais nem pertença (Kraemer e Roberts 1996). O seu comportamento é egocêntrico e não conhece pertença nem reciprocidade. Longe da maturidade afectiva, emocional e intelectual de um humano adulto, o seu comportamento é rígido e mecânico na reacção a estímulos externos (mudanças em preços, etc.). Este tipo de pressupostos não encontra legitimação científica em outras ciências sociais (Psicologia, Sociologia, Antropologia).

5. A Economia «real», a Economia Social e a Economia Solidária

Diferentes perspectivas sobre as noções de Economia Social e de Economia Solidária tornam difícil a referenciação a conceitos não ambíguos na reflexão que se mostra aqui necessária.

Nas condições contemporâneas, em contexto de desemprego persistente a níveis muito elevados, torna-se mais claro como a dimensão «económica» da acção contra a pobreza, a «integração económica» não pode ocorrer simplesmente através de uma focalização exclusiva da acção na promoção do acesso ao emprego. Não só por ser cada vez mais difícil pelas vias convencionais (colocação, formação profissional, etc.) como por ser cada vez mais insuficiente.

5.1 Contributos da Economia Social e Solidária

As noções de Economia Social ou de Economia Solidária como outras noções emergentes (Economia Plural, Economia Popular, Economia Feminista, Economia Heterodoxa, etc.) inscrevem-se num movimento alargado de reconstrução do pensamento económico e de construção de «outra» Economia como resposta às reconhecidas insuficiências do paradigma dominante da ciência económica. Expressões como «Sector Autónomo» (Matzner 1982), «Economia Subterrânea» (Autónoma e Oculta) (Rosanvallon 1980) ou «Economia Social» polarizaram a reflexão europeia logo no início dos anos 80.

Também a noção de «económico» atrás introduzida vem ao encontro de uma definição substantiva, e não formal, do «económico» e inscreve-se em perspectivas diversificadas com origem nos contributos da Economia Multidimensional (Bartoli 1991), Economia Institucionalista (Bauer 1985, 1986; Bauer e Mathis, 1988; Hodgson, 1988, 1993, 2004), da Economia Humanista (Ekins 1986; Ekins e Max-Neef 1992; Lutz e Lux 1988; Schumacher 1973) e da Economia Realista (Lawson, 1997, 2003, 2004).

As noções em causa têm vindo a emergir e a generalizar-se a partir de contextos geográficos e históricos particulares pelo que persiste uma assinalável ambiguidade no modo como essas noções são utilizadas.

Mas esta reflexão permaneceu relativamente marginal. As oportunidades e possibilidades de novas formas de organização económica e as experiências concretas ilustrativas dessas oportunidades foram activamente **tornadas invisíveis** como efeito de modelos teórico-conceptuais que as não podem considerar (Henriques 1985).

Economia Social

A Economia Social tem vindo a suscitar reflexões muito diversificadas desde o início dos anos 80. É o caso de trabalhos de autores como Jacques Defourny (Defourny, 2009, Defourny *et al*, 2000). De uma forma geral, a Economia Social

respeita a actividades económicas que correspondem à organização de pessoas que buscam a democracia económica associada à utilidade social (Defourny, 2009, pp. 156-158).

Neste sentido não se trata de nada de novo. Remontam ao século XIX as formas de maior expressão contemporânea (associações, cooperativas e mutualidades) com forte associação com a emergência de formas de socialismo associacionista. O interesse crescente a partir de finais do século XX deve-se ao crescimento da importância relativa de empresas e organizações que combinam modos de criação e de gestão privados e colectivos com finalidades **não** centradas no lucro.

Defourny propõe dois modos de organizar a análise deste tipo de organizações no início do século XXI. Poderão ser organizadas a partir das respectivas formas jurídicas e institucionais (empresas de tipo cooperativo, sociedades de tipo mutualista, organizações associativas e fundações), ou organizadas em função dos traços comuns das empresas e organizações envolvidas (finalidades da actividade, modos de organização). Podem tomar-se como referência quatro princípios comuns a estas organizações: finalidade de prestação de serviços aos membros ou à colectividade, sendo o lucro secundário; autonomia de gestão; controlo democrático pelos membros; e primazia das pessoas e do objecto social sobre o capital na distribuição dos excedentes.

Economia Solidária

A Economia Solidária tem vindo a conhecer uma expressão significativamente crescente nas abordagens que a tomam como referência. Basta citar autores como Jean Louis Laville (J.-L. Laville, 2009a, 2009b, 2009c, 1994), Jordi Estivill (Estivill 2009), Paul Singer (Singer, 2003) ou Rogério Roque Amaro, (Amaro, 2009).

Como destaca, Jean-Louis Laville (2009a), a Economia Solidária é um conceito utilizado em vários continentes com sentidos diversos mas tendo como referência a ideia de

solidariedade em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado.

O termo emerge na década de 1990 quando começaram a surgir iniciativas de cidadãos produtores e consumidores organizados de acordo com princípios como cooperação, autonomia e gestão democrática (autogestão de empresas em falência em moldes cooperativos, «empreendedorismo inclusivo», moeda local, comércio justo, cantinas sociais, finança ética, etc.). Nos países periféricos, em particular na América Latina, os trabalhos de análise da Economia Popular já vinham salientando formas de organização económica ancoradas em laços de reciprocidade como fundamento de «estratégias de sobrevivência» de pessoas em situação de pobreza. No Norte, trata-se de iniciativas suscitadas pela crise do Estado-providência, pela desadequação das formas de protecção social ou pela criação de formas de resposta à pobreza e à exclusão social a partir de formas solidárias de organização colectiva.

5.2 Perspectivas transversais

Dada a diversidade de abordagens consistentes já referenciáveis, para efeitos do argumento que aqui se desenvolve, utilizar-se-á a noção de «Economia Social e Solidária» como forma de delimitar o conjunto daqueles contributos. Ao procurar identificar perspectivas e linhas transversais de sustentação da reflexão, destacam-se algumas perspectivas comuns unindo as várias abordagens. Trata-se no essencial dos temas centrais já identificados no passado por Jean-Louis Laville, no cruzamento entre a reconstrução da Economia com base na reciprocidade e com base nas relações entre Economia e a Democracia. Trata-se, afinal, da recomposição teórica das relações entre o «económico» e o «social» conduzindo, necessariamente, à redefinição destes mesmos termos (Laville 1994, p. 312).

Ao assumir a reconstrução de pressupostos fundamentais e ao acolher a conjugação entre intencionalidade humana e a respectiva dimensão relacional, os diversos contributos da Economia Social e Solidária tornam-se mais adequados à análise da economia «real» e à identificação das condições das quais poderá depender a construção de novas formas de resposta aos problemas contemporâneos. Por um lado, partilham pressupostos comuns relativos à acção colectiva, à centralidade das relações sociais e à complexidade que se encontra subjacente à «intencionalidade» humana. Por outro, partilham pressupostos relativos à não identificação entre economia e mercado e à não partilha de pressupostos relativos à capacidade de auto-regulação dos mercados.

A intencionalidade humana não é redutível a qualquer forma de racionalidade individual «meios-fins». A intencionalidade humana também é constituída por esperança, valores e visualizações de futuros possíveis não dependentes de realidades observáveis e é inevitavelmente dependente dos conceitos com base nos quais a realidade é apercebida (Sayer 1984). A inovação social pressupõe exactamente a capacidade de construir realidades (ainda) não existentes com base na conjugação entre acção intencional e identificação de possibilidades não redutíveis às estruturas conceptuais convencionais.

Por outro lado, os humanos **«tornam-se pessoas»** (Caldeira 1979; Rogers 1972) através de processos de socialização em que se conjugam as dimensões individual e colectiva da existência humana em sociedade e na natureza. Nem os humanos são exclusivamente individuais nem o comportamento humano é redutível às suas dimensões cognitivas (racionais).

A **interdependência** e a **indissociabilidade** entre as dimensões individual e colectiva da existência humana e entre as dimensões cognitiva, emocional e afectiva do comportamento humano abrem perspectivas para o aprofundamento teórico sobre as possibilidades da inovação social,

nomeadamente, através da identificação de novas oportunidades para a criação de novas formas organizativas e para a concretização de soluções no plano económico.

Na sequência dos trabalhos de Karl Polanyi, as perspectivas convergem também no entendimento de que o «económico» da sociedade não se restringe ao «mercado» e que se verificam efeitos indesejáveis quando tal acontece (Polanyi 1977; Stiglitz 2010). Por outro lado, contrariamente à perspectiva neo-clássica e vindo ao encontro da perspectiva deixada por Keynes, não se pressupõe a capacidade de auto-regulação automática dos mercados. Pelo contrário, só a acção colectiva poderá evitar que se autodestruam.

6. Os Contributos da Iniciativa Comunitária Equal à luz da Economia Social e Solidária

A Iniciativa Comunitária Equal foi uma iniciativa comunitária financiada pelo Fundo Social Europeu, que è semelhança de outras iniciativas (Pobreza I, II, III, Leader, Urban, Emprego & Adapt, etc.), teve por missão a experimentação para a inovação nas políticas públicas. Promoveu experimentação alargada no domínio do aperfeiçoamento das respostas no combate à discriminação e à desigualdade no acesso ao emprego.

A partir da Rede Temática «Animação Territorial», da 2ª fase do desenvolvimento da Iniciativa Comunitária Equal em Portugal, o Projecto Anim@Te experimentou um modelo de disseminação e *mainstreaming* com base nos resultados dos projectos envolvidos nessa rede temática (Henriques 2008, 2009). Mostrou **que** é possível conceber a acção para a «integração económica» em moldes não convencionais, mostrou como é possível concretizá-la e **como** é possível contribuir para a capacitação de organizações concretas (Câmaras Municipais, Agências de Desenvolvimento Local, etc.) quando se trata de superar «deficits de competências» para dar expressão real à «inovação social» que se reconhece como necessária mas que envolve um esforço de reconceptualização da acção.

O projecto Aim@Te, em particular, criou uma proposta de acção com base na experimentação desenvolvida que ilustra:

- Como é possível contrariar a «não-emergência» espontânea de iniciativa e capacidade organizativa para alcançar mudanças nos contextos territoriais facilitadoras de «integração económica» de pessoas em situação de pobreza e como poderá ser concretizada a «animação territorial» orientada para a obtenção desse efeito;
- Como é possível atribuir conteúdos substantivos às diferentes dimensões da acção orientada para a «integração económica» de pessoas em situação de pobreza.

As ilustrações em causa, reenviam, naturalmente, para o reconhecimento da imprescindibilidade de posturas pró-activas por parte de entidades concretas no sentido da «animação territorial». As ilustrações organizam-se em torno de três dimensões centrais: «novas formas de governança» e acção de base territorial, estratégias de animação e estratégias de mobilização de conhecimentos, aprendizagem e desenvolvimento de competências.

6.1 «Novas formas de governança» e acção de base territorial

O enfoque em torno «governança» reflecte a transição entre um modelo de regulação social assente no papel central do Estado («governança») para um modelo assente em parcerias ou outras formas de associação entre organizações governamentais e não-governamentais em que o Estado mantém tarefas de coordenação.

Os projectos Equal da Rede Temática 5 mostraram **como** é possível promover a integração territorial de políticas através de maior coordenação interinstitucional, **como** é possível promover activamente a cidadania (facilitação da capacidade de iniciativa e organização, etc.) através de formas inovadoras de participação social para a definição de prioridades

colectivas na afectação de recursos públicos (orçamento participativo, etc.), e mostraram **como** é possível partir de parcerias locais «formais» («Parcerias para o Desenvolvimento», etc.) e evoluir para formas efectivas de governança local com base em «parcerias de acção» (grupos de trabalho interinstitucionais, interorganizacionais e interdisciplinres centrados em aspectos específicos da acção, etc.).

6.2 Estratégias de animação

Em estratégias de animação, trata-se da criação de novas formas organizativas e de condições de auto-sustentação da acção visando a animação comunitária (animação de grupos, funções de acompanhamento e de consultoria, organização de interesses, etc.).

Tal pressupõe a possibilidade de construir um «projecto-esperança» para a mobilização colectiva a partir de imagens de futuro sem recurso a memórias colectivas de passados partilhados e a possibilidade de que formas de organização locais possam assegurar a continuidade da acção. Pressupõe a construção da **esperança** e da **confiança** a partir de relações interpessoais, ou seja, equipas técnicas com competências específicas e genéricas e com presença física local continuada.

Os projectos Equal da Rede Temática 5 mostraram **como** é possível associar a animação para a cidadania à inovação nas formas organizacionais criando condições para a superação da ausência de condições para a acção colectiva e para a mobilização de recursos em torno de um projecto de mudança colectivamente assumido. Mostraram ainda **como** é possível agir para criação de uma identidade territorial positiva e para a capacitação individual e colectiva a partir das unidades territoriais de intervenção. Mostraram como a promoção do acesso ao emprego no âmbito mais alargado da promoção do acesso à cidadania, coloca a necessidade de situar o contributo do emprego para a satisfação de necessidades humanas num contexto global em que se acentua a crescente dependência mercantil da sua

satisfação envolvendo de forma complementar a promoção da autodeterminação selectiva, «percursos integrados» de acesso ao emprego, «empreendedorismo inclusivo», adensamento da espessura institucional local ou identidade territorial para a diferenciação competitiva.

6.3 Estratégias de mobilização de conhecimentos, aprendizagem e produção de competências

A animação pressupõe um desempenho pro-activo, simultaneamente informado por antecipação estratégica e um projecto de mudança possível. Trata-se de um domínio de acção exigente para as equipas técnicas.

Os projectos representados pelo projecto Anim@Te mostraram **como** é possível agir de modo a reconhecer, valorizar e mobilizar todas as formas de conhecimento construindo os procedimentos adequados ao efeito. Os projectos mostraram ainda **como** é possível partir de diferentes formas de conhecimento e como é possível promover o diálogo entre essas formas de conhecimento como via para a mobilização integral de recursos locais para o desenvolvimento. O projecto «Prometrur» ilustra de forma detalhada como esta perspectiva pode ser aprofundada. O projecto mostrou **como** é possível agir de modo a promover esse tipo de diálogo a partir da escola e como por essa via é possível reencontrar um novo papel activo para os contributos das crianças, dos jovens e dos mais velhos enquanto agentes de desenvolvimento não convencionais. Os projectos mostraram também **como** é possível agir de modo a desenvolver competências em moldes não convencionais. O projecto «Florestar», por exemplo, agiu para a promoção do empreendedorismo entre os pequenos proprietários florestais. Ao criar um simulador de gestão com acesso pela internet mostrou como é possível criar condições para a produção de competências por vias não estritamente dependentes do sistema formal de educação e formação.

7. Estratégias de animação para a integração económica

A diminuição da dependência do mercado na satisfação de necessidades pode ser conjugada com a organização individual e colectiva que vise o alargamento de possibilidade de acesso ao emprego, ao rendimento e à realização de direitos sociais. Como se viu torna-se necessária uma visão integrada das respectivas **interdependências** assim como quadros de acção não convencionais.

Entretanto, e conforme já foi possível analisar ao longo da década de 1990, tem vindo a acentuar-se do peso relativo do emprego em PME (Henriques e Madruga, 1996). Porém, esse peso crescente de microempresas e pequenas empresas no emprego não ocorre por crescimento homogéneo no conjunto das empresas. Apenas poucas empresas se expandem de forma significativa contribuindo para um saldo global positivo e criando a ilusão de um crescimento homogéneo. Mas, como também já era então verificável, o principal contributo para a criação de emprego verificava-se não através da expansão do emprego nas empresas existentes já existente, mas através da nova iniciativa empresarial.

Autodeterminação selectiva e animação económica <total>

Criar condições facilitadoras de uma maior autonomia face a consumos que se possam tornar evitáveis pode merecer atenção prioritária. A produção agrícola para auto-consumo, a auto-construção, o trabalho voluntário em associações locais ou a organização colectiva para a guarda de crianças, são exemplos da concretização possível dessa perspectiva.

A relevância da produção de **valores de uso** no «económico» local não é perceptível através de abordagens mais convencionais (Friedmann, 1992; Weaver, 1984; Wheelock, 1992). No entanto, pode desempenhar um contributo relevante na reconstituição de condições facilitadoras da «integração económica».

Os projectos Equal do projecto Anim@Te mostraram **como** é possível agir para a concretização da diminuição da dependência mercantil na satisfação de necessidades humanas e como é possível associar soluções nesse domínio a formas organizativas facilitadoras do reforço da interdependência social e da cidadania. Ao promover a animação para a cidadania (orçamento participativo) e ao estimular a organização da produção para auto-consumo e para a organização de transacções para a comercialização local de excedentes («clubes de trocas» com emissão de moeda local, rede de voluntariado, encontros temáticos) o projecto «São Brás Solidário» experimentou com formas diversificadas de contribuir para o reforço da autodeterminação territorial.

Animação de <percursos integrados>

A colocação e a formação profissional não constituem respostas suficientes na facilitação do acesso ao emprego por conta de outrém no contexto contemporâneo. A abordagem por «percursos integrados» na facilitação do acesso ao emprego conhece já algum consenso no contexto Europeu.

A identificação prévia das oportunidades efectivas de emprego (identificação das empresas locais e não locais com potencial efectivo de criação de emprego, identificação de potencial de expansão do emprego em estabelecimentos existentes ou em constituição, etc.) e a combinação de acções de desenvolvimento pessoal, «conscientização» e formação profissionalizante mostram-se necessárias face a situações concretas.

Os projectos representados na rede temática «Percursos Integrados de Formação-Inserção-Emprego» (1ª fase) (Henriques, J.M., 2005) e os projectos representados no projecto Anim@Te mostraram como é possível concretizar a facilitação do acesso ao emprego através de abordagens por «percursos integrados» envolvendo directamente as empresas potencialmente empregadoras e facilitando relações directas entre potenciais empregadores e os candidatos às oportunidades criadas.

Animação do «empreendedorismo inclusivo»

Conforme já assinalado, cada vez mais o acesso ao emprego se torna dependente de novo emprego e cada vez mais novo emprego depende da nova iniciativa empresarial (e menos da expansão do emprego nas empresas existentes). O auto-emprego e a criação de microiniciativas empresariais constituem uma oportunidade a explorar.

Porém, face à realidade de pessoas em situação de desemprego, ou precariedade no emprego, não é de esperar a emergência espontânea e generalizada de iniciativas empresariais formais. Antes do acesso ao financiamento colocam-se questões a merecer atenção prévia.

A animação da mudança de atitudes e comportamento, a adequação das estratégias empresariais e a organização da comercialização são alguns dos domínios críticos que requerem a pre-existência de organizações específicas e a adequada conceptualização da acção. Abordagens mais convencionais não são suficientes. O microcrédito tem polarizado a atenção em torno desta temática. Porém, apenas constitui uma das dimensões de acção necessária (Siroli, 1999).

A partir da sistematização de resultados dos projectos da Iniciativa Comunitária Equal a nível europeu, foi criada uma «comunidade de prática» para o «empreendedorismo inclusivo». O acesso ao financiamento é a quarta de um conjunto de dimensões a ter em conta: cultura e condições, apoio ao arranque, consolidação e crescimento e acesso a financiamento.

Os projectos representados no projecto Anim@Te Equal mostraram **como** é possível agir de forma a concretizar projectos empresariais para quem **não** tem alternativas de emprego no sistema formal de emprego envolvendo acção específica para a atitude empreendedora, apoio ao arranque, apoio à inovação e consolidação de estratégias empresariais adequadas e acesso ao financiamento.

Será interessante recordar que já foi possível mostrar como o sucesso económico das Iniciativas Locais de Emprego (ILE) depende claramente de factores não estritamente «económicos» no sentido convencional (Henriques, Baptista e Lopes 1991). O sucesso mostrou-se claramente associada à qualidade das relações interpessoais, à possibilidade de existência de empréstimos de familiares, de entreaajuda no seio dos agregados domésticos ou da experiência profissional de familiares e amigos. Nas estratégias empresariais prosseguidas foi possível evidenciar a relevância de factores independentes do preço no comportamento dos clientes (simpatia, confiança, solidariedade).

Animação económica local

e adensamento da espessura económica local

O processo contemporâneo de globalização exprime-se de forma diferente e única em cada contexto territorial. Traduz-se sempre por formas diversas de reestruturação produtiva e organizativa. É o caso dos processos de desintegração vertical e de sub-contratação em cadeia.

Os projectos representados no projecto Anim@Te Equal mostraram **como** é possível agir de modo a criar formas de maior interdependência entre as organizações locais e de adensamento da espessura das relações económicas intra-locais de modo e alargar oportunidades de acesso ao emprego e de estimulação do empreendedorismo.

A redefinição do «económico» local na animação para o rendimento, o emprego e a cidadania, obriga a centrar a atenção nas relações de **interdependência** e de **fronteira**. Trata-se menos de centrar exclusivamente a atenção nas empresas ou nos desempregados, ou entre os sectores formal e informal. Trata-se de analisar os modos de articulação entre as diversas formas de organização da actividade económica e as relações sociais em torno das quais se materializam as interdependências (agregados domésticos, associações, empresas, etc.).

Identidade territorial para a diferenciação competitiva

A criação de novas oportunidades colectivas poderá surgir beneficiada pela existência de uma identidade territorial facilitadora do esforço de mobilização colectiva.

Os projectos representados no projecto Anim@Te mostraram **como** é possível agir de modo a construir uma identidade territorial positiva e diferenciadora para a afirmação de vantagens competitivas de base local. O projecto «Parques com Vida», por exemplo, mostra como é possível agir para a valorização da identidade territorial, para a sua incorporação na construção de vantagens competitivas por parte das empresas locais e nas formas organizativas associadas à gestão de uma «marca» associada à promoção dessa identidade (Associação Parques com Vida).

8. A Economia Social e Solidária, políticas públicas e a «inovação social» para a «integração económica»

As políticas públicas constituem a concretização da acção estatal. Contêm implícito um entendimento sobre o papel do Estado na regulação económica e, em geral, um modo particular de entender as relações entre o Estado e a sociedade.

O contributo da Economia Social e Solidária para a inovação nas políticas públicas situa-se, exactamente, na possibilidade que oferece para reconfigurar o papel do Estado para garantir a coesão e a protecção social com base em novas formas de solidariedade face à crise contemporânea do welfare-state. Ao privilegiar o primado da acção colectiva com base na qualidade de relações interpessoais e a existência de projectos-esperança referenciadores da mobilização colectiva, e ao privilegiar a «intencionalidade» humana em alternativa à estrita racionalidade individual pressuposta no paradigma dominante da Ciência Económica, a Economia Social e Solidária abre novos horizontes para a «inovação social», em geral, e para a inovação possível nas políticas públicas.

Ao propôr uma atenção privilegiada à reconstrução das relações entre Estado e sociedade e entre o «económico» e o «social», e ao valorizar a qualidade das relações interpessoais como condição para a constituição da acção colectiva e ao associar-se a formas organizativas diversas de natureza solidária e democrática, a Economia Social e Solidária permite abrir perspectivas para as políticas públicas nas condições contemporâneas.

Por outro lado, ao abordar o «económico» numa perspectiva plural não o reduzindo ao «mercado», ao afirmar a imprescindibilidade da acção colectiva na regulação mercantil e ao afirmar o carácter incontornável do Estado nas suas funções de capacitação, redistribuição e realização de direitos, a Economia Social e Solidária oferece um quadro alargado de possibilidades de concretização na forma de responder aos problemas contemporâneos.

As experiências de projectos da IC Equal facilitam uma reflexão sobre as potencialidades dos contributos da Economia Social e Solidária na acção contra a pobreza nas condições contemporâneas. As relações sociais, os valores e as «ideias agregadoras» desempenham um papel decisivo na construção de soluções. Estão em jogo mudanças de comportamentos e atitudes em função de «projectos-esperança» referenciadores da acção. Foi possível obter comportamentos e atitudes individuais não exclusivamente dominados pelo egocentrismo individual.

Modelos organizativos e condições para a acção

A construção de novas formas de governança envolvendo a integração territorial das políticas para uma maior coordenação interinstitucional, envolvendo parcerias locais «formais» para o aprofundamento do trabalho colectivo em torno de «parcerias de acção» e envolvendo formas inovadoras de participação social para a definição colectiva de prioridades são exemplos de domínios que ganham nova projecção à luz da Economia Social e Solidária.

A realidade do desenvolvimento de grupos de trabalho interinstitucionais, interorganizacionais, interdisciplinares ou multiculturais centrados em aspectos específicos da acção, concretiza-se através da qualidade da relação interpessoal que possa ser construída entre representantes formais das organizações envolvidas. A qualidade da relação interpessoal pressupõe **tempo** para a construção da **confiança** sem a qual o **diálogo** e a **acção colectiva** não são possíveis.

Estratégias de intervenção

A animação para a «integração económica» no âmbito da acção contra a pobreza, envolve domínios diversificados quando o «económico» é redefinido e deixa de se restringir à reinserção individual no sistema formal de emprego (colocação, formação profissional, etc.). A economia não se restringe ao mercado, a satisfação de necessidades não se restringe à procura em mercado, a produção de riqueza não se restringe à produção de valores de troca e pode também envolver a produção de valores de uso, a consciência crítica no consumo ganha um novo sentido, o apoio aos agregados domésticos pode ser perspectivado na construção de «estratégias de sobrevivência» (combinando a produção de valores de uso e de troca) e alarga-se o horizonte de possíveis formas organizativas para além das empresas capitalistas (empresas sociais, etc.) e do Estado.

Também o domínio da acção no acesso ao rendimento e ao emprego se alarga. A construção de «percursos integrados» envolve a identificação prévia de oportunidades, os empresários são convidados a implicar-se directamente na definição de necessidades de formação e os potenciais candidatos são envolvidos em processos de qualificação orientados para as possibilidades identificadas.

A animação para o empreendedorismo também se alarga através da percepção de que a acção não se pode restringir ao potencial empresário «individual» nem a criação de emprego por essa via se reduz ao acesso a capital. A mudança de atitude e comportamento ou a facilitação da concretização de ideias de projecto pressupõe a percepção do

contexto **relacional** (agregado doméstico, relações familiares e de parentesco, relações de vizinhança, etc.) em que se situa o potencial empresário. As mudanças em causa pressupõem a **confiança pessoal** em quem desenvolve a acção de animação. As estratégias empresariais não podem deixar de contar com acompanhamento técnico e contemplar factores independentes do preço na transacção dos produtos (conhecimento interpessoal entre produtor e consumidor, etc.) e na organização da comercialização (centralização da comercialização, etc.). A concretização do «empreendedorismo inclusivo» depende necessariamente do contexto relacional em que se situa a da qualidade da postura pró-activa de quem o promove.

As organizações da Economia Social e Solidária podem contribuir para contrariar a **não-emergência** de capacidade organização de acção colectiva para a «integração económica» para além da prestação directa de apoio na privação. Estas organizações podem contribuir para a promover a concretização do envolvimento de todos os domínios das políticas públicas relevantes e estimular o **envolvimento alargado dos agentes sociais** em estratégias de desenvolvimento de base territorial (desenvolvimento local), com base na percepção explícita da respectiva **interdependência** e com base na percepção relativa à **diversidade** espacial e à **especificidade** local das possibilidades de acção.

A cooperação de base territorial entre Municípios e organizações da Economia Social e Solidária na mobilização das comunidades locais para a «integração económica» (atribuições, competências e recursos das Câmaras Municipais, promoção da inovação neste domínio, etc.) ganha um novo sentido e uma nova projecção potencial. Assim se poderá contribuir, por exemplo, para criar condições para que **organizações da sociedade civil** (associações de desenvolvimento local, associações empresariais, etc.) possam conhecer **condições de auto-sustentação** da sua acção a partir do reconhecimento da imprescindibilidade do seu contributo em funções socio-económicas de animação

de base territorial para a «integração económica» (novas formas de contratualização público-privado, capacitação e condições gerais para a auto-sustentação, etc.).

Produção de conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento de competências

A concretização das perspectivas enunciadas envolve **equipas técnicas com competências diferenciadas** (específicas e genéricas) e adequadas à exigência elevada com que as organizações da Economia Social e Solidária e a administração pública se defrontam.

Passam a merecer uma atenção particular os critérios de **recrutamento** (valores de referência, capacidade de reflexão crítica, disponibilidade para aprender, criatividade, capacidade empenhamento pró-activo e colectivo em acção transformadora, etc.). Passam também a merecer atenção específica as condições para a «aprendizagem situada» na produção de conhecimento sobre a economia «real» em cada contexto de intervenção e para o desenvolvimento de competências tendo em vista a animação para a «integração económica» (identificação de oportunidades e facilitação da organização para a produção de valores de uso, capacidade de percepção crítica das dinâmicas de emprego locais, capacidade de antecipação estratégica, capacidade de interpelação directa dos agentes sociais locais e capacidade de aperceber as respectivas racionalidades diferenciadas, capacidade de diálogo multicultural e interdisciplinar, capacidade de relação interpessoal em equipas interinstitucionais, etc.).

A possibilidade de desenvolvimento de processos de aprendizagem «inter-pares» através da organização de «comunidades de prática» (Wenger 1998, Wenger et al. 2002) constitui um bom exemplo da relevância da centralidade das relações sociais e da intencionalidade humana na construção de formas de acção colectiva para a superação de «deficits de competências» identificados na acção corrente. Só um contexto relacional marcado pela **confiança** permite a aceitação da **ignorância**, condição de partida para a **disponibilidade pessoal** para a aprendizagem contínua.

Referências Bibliográficas

- H. BARTOLI, 1991.
L'Économie Multidimensionnelle. Paris, Economica
- L. BAUER, 1981.
Zur Entwicklung des «Homo Oeconomicus» *Wirtschaftsuniversität*. Wien, Manuskript
- L. BAUER, 1985.
Kritik Ökonomischer Denkweisen. Frankfurt am Main, Haag und Herchen Verlag
- L. BAUER, 1986.
«Towards New Concepts of Thought in Economics», Lisboa, proceedings of the 2nd Conference of CISEP, ISEG/CISEP
- L. BAUER, H. MATIS, 1988.
Geburt der Neuzeit. München, Deutscher Taschenbuch Verlag
- J. DEFOURNY, P. DEVELTERE, B. FONTENEAU, 2000.
Social Economy: North and South, Liège, Hoger Instituut voor de Arbeid – Katholieke Universiteit Leuven/Centre d'Économie Sociale – Université de Liège.
- J. DEFOURNY, 2009.
«Economia Social», A. D. CATTANI, J.-L. LAVILLE, L. I. GAIGER, P. HESPANHA, (coord), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina/CES
- J. DEFOURNY, 2009.
«Empresa Social», A. D. CATTANI, J.-L. LAVILLE, L. I. GAIGER, P. HESPANHA, (coord) *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina/CES
- P. EKINS, 1986.
The Living Economy: A New Economics in the Making, London, Routledge
- P. EKINS, M. MAX-NEEF, 1992.
Real-Life Economics: Understanding Wealth Creation, London, Routledge
- J. FRIEDMANN, 1988.
Life Space and the Economic Space: Essays in Third World Planning. New Brunswick & Oxford, Transaction Books
- J. FRIEDMANN, 1992.
Empowerment: The Politics of Alternative Development. Cambridge, Blackwell
- J. M. HENRIQUES, 1983.
As Necessidades Humanas e a Problemática do Desenvolvimento: o Conceito de «Necessidade Básica». Lisboa, Instituto Damião de Góis
- J. M. HENRIQUES, 1985.
«A Invisível Economia Autónoma na «Crise»: uma Alternativa?», *Estudos de Economia*, Vol. VI, nº 1, Lisboa, Instituto Superior de Economia
- J. M. HENRIQUES, 1989.
«A Saúde e o Homo Oeconomicus», *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Vol. VII, nº 2, Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública
- J. M. HENRIQUES, R. LOPES, A. J. BAPTISTA, 1991.
O Programa ILE em Portugal: Avaliação e Perspectivas. Lisboa, IEFP
- J. M. HENRIQUES, P. MADRUGA, 1996.
«Analysis of the Contribution of Local Employment Initiatives and Small and Medium-Sized Enterprises to Employment», *Final report to the European Commission*, Directorate General V, Lisboa, CISEP / ISEG
- J. M. HENRIQUES, 2005.
«Living Document» da Rede Temática Percursos Integrados de Inserção-Formação de Públicos Desfavorecidos. Lisboa, Gabinete de Gestão da Iniciativa Comunitária Equal

- J. M. HENRIQUES, 2007.
«Globalização, «Desintegração Local» e Governança: Discursos e Possibilidades», *Inovação e Globalização: Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Porto, Campo das Letras
- J. M. HENRIQUES, 2008.
«Living Document» da Rede Temática Animação Territorial e Sectorial. Lisboa, Gabinete da Iniciativa Comunitária Equal
- J. M. HENRIQUES, 2009.
«Inovação Social e Animação Territorial: Contributos da Iniciativa Comunitária Equal em Portugal», *Sociedade e Trabalho*, nº 12
- J. M. HENRIQUES, B. TRAYNER, 2009.
Developing Learning Capabilities Through the EUKN Platform: Methodological Perspectives. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)
- G. HODGSON, 1988.
Economics and Institutions. Oxford, Polity Press
- G. HODGSON, 1993.
Economics and Evolution: Bringing Life Back Into Economics. Cambridge, Polity Press
- G. HODGSON, 2004.
«Can Economics Start from the Individual Alone?», *A Guide to What's Wrong with Economics*, London, Anthem Press
- A. ICAZA, L. TIRIBA, 2009.
«Economia Popular», A. D. CATTANI, J.-L.LAVILLE, L. I. GAIGER, P. HESPANHA, (coord), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina/CES
- J.-L. LAVILLE, L. I. GAIGER, 2009.
«Economia Solidária», A. D. CATTANI, J.-L.LAVILLE, L. I. GAIGER, P. HESPANHA, (coord), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina/CES
- T. LAWSON, 1997.
Economics and Reality. London, Routledge
- T. LAWSON, 2003.
Reorienting Economics. London, Routledge
- T. LAWSON, 2004.
«Modern Economics: the Problem and a Solution», E. FULLBROOK, *A Guide to What's Wrong with Economics*, London, Anthem Press
- E. MATZNER, 1979.
Wohlfahrtstaat und Wirtschaftskrise. Reinbeck bei Hamburg, Suhrkamp
- E. MATZNER, 1982.
Der Wohlfahrtsstaat von Morgen. Wien, Bundesverlag
- M. P. ROSANVALLON, 1980.
«Le Development de l'Economie Souterraine et l'Avenir des Sociétés Industrielles», *Problèmes Économiques*, Vol. VII, p.16

- A. SAYER, 1984.
Method in Social Science. London, Hutchinson
- P. SINGER, 2003.
«A Recente Ressureição da Economia Solidária no Brasil», B. S. SANTOS (coord), *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção não Capitalista*, Porto, Afrontamento
- E. SIROLI, 1999.
Ripples from the Zambezi: Passion, Entrepreneurship and the Rebirth of Local Economies. Gabriola Island, New Society Publishers
- J. STIGLITZ, 2010.
Freefall: Free Markets and the Sinking of the Global Economy. London, Penguin Books
- C. WEAVER, 1984.
Regional Development and the Local Community. New York, John Wiley
- J. WHELOCK, 1992.
«The Household in the Total Economy», P. EKINS, M. MAX-NEEF, *Real-Life Economics: Understanding Wealth Creation*, London, Routledge
- E. WENGER, 1998.
Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity. Cambridge, Cambridge University Press
- E. WENGER, R. MCDERMOTT, W. SNYDER, 2002. *Cultivating Communities of Practice*. Boston Harvard Business School Press

Referências de Internet

- J. M. HENRIQUES, 2006.
Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning with European Experimental Programmes, Tese de Doutoramento. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
[https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Te se+de+Doutoramento_José+Manuel+Henriques.pdf](https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Te%20se+de+Doutoramento_Jos%C3%A9+Manuel+Henriques.pdf) (acedido em 30 de Maio 2010)

TROCAS POR CÂ — MERCADOS SOLIDÁRIOS PELA VOZ DE UM PROSSUMIDOR

Mario Montez

ABSTRACT

Solidarity Markets by a prosumer

Solidarity markets are a solidarity economy practise timidly beginning in Portugal but arising at the forefront of «the other economy». From the experience of two pioneer organizations, we present the principles and actions that are inherent to solidarity markets. Personal contact with solidarity markets is reflected on practices, successes and constraints on the context of solidarity economy, socio-cultural animation, fight against poverty, social exclusion, education and its importance as a local development methodology. To conclude, the importance and the advantages of a solidarity based economy are explained, taking the present crisis into account.

RESUMO

Os mercados solidários são uma prática de economia solidária que se estreia timidamente em Portugal mas que surgem na vanguarda do quadro da «outra economia». A partir das experiências de duas organizações precursoras desta prática apresentam-se os princípios e as acções inerentes aos mercados solidários. Do contacto pessoal com os mercados solidários reflecte-se em torno das práticas, dos sucessos e dos constrangimentos, no contexto da economia solidária, da animação sociocultural, da luta contra a pobreza e da exclusão social, da educação, e da sua importância enquanto metodologia de desenvolvimento local. Em conclusão explica-se a importância e oportunidades de uma prática económica baseada na solidariedade, no quadro da crise actual.

Introdução

Não é difícil, logo num primeiro momento, compreender como a prática de trocas de produtos, que aqui se apresentam como mercados solidários, se inscreve no campo da economia solidária. Nem como a economia solidária é um importante contributo para o desenvolvimento local e para a erradicação da pobreza e da exclusão social. São estas dimensões que conferem um especial interesse científico, político e social a esta forma de economia integrada no âmbito da «outra economia¹».

Esta consideração carece de esclarecimento para não se perder numa afirmação infundamentada. É precisamente a clarificação desta prática e das suas múltiplas vertentes socioeconómicas que este artigo apresenta, através da experiência pessoal e das vozes participantes² em mercados solidários.

Os mercados solidários e a economia solidária

Falar de mercados solidários obriga a falar de economia solidária. Este conceito alude a uma economia que existe para além das formas dominantes da economia de mercado, orientadas para o lucro. Neste contexto, Jordi Estivill dá-nos conhecimento de várias economias. Uma economia capitalista de mercado baseada na acumulação de riqueza, uma economia pública, baseada na redistribuição, uma economia doméstica centrada na dádiva e uma «otra economía articulada en torno de la solidaridad» (Estivill, 2008, p. 4).

Com efeito, a economia solidária ou a economia da solidariedade³ (Razeto, 1993 p. 39) emerge do conceito e do sentimento de solidarização que confere um significado especial a este sistema económico. Trata-se de um conjunto de actividades que têm em comum a priorização da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, manifestando-se através da socialização dos recursos produtivos e de critérios igualitários. A economia solidária é «uma forma solidária de economia que aposta na produção de bem-estar colectivo, em detrimento da acumulação de riqueza em poucas mãos» (Soares, 2008, p. 35).

A economia solidária é geradora de inclusão social e de identidade territorial porque é «estimulada por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum, o que a conduz à criação de *espacios públicos de proximidade*» (Laville, 2009, p.162). Espaços esses que contribuem para sedimentar as bases de um modelo social democrático e participativo, representado em quatro espaços físicos e simbólicos: doméstico, mercantil, público e solidário (Estivill, 2008, p. 6). A economia solidária surge como revitalizadora da democracia porque supõe novas formas de participação e de projecção política (Estivill, 2008, p. 4). As diversas formas de economia solidária apresentam sempre um campo de relações directas e de estabelecimento de redes entre as pessoas, o que lhes confere um carácter humano. As pessoas são levadas a participar na manutenção e monitorização, ou se quiser, na gestão, de qualquer uma das formas que representam a economia solidária.

Observa-se nesta participação uma transformação no modo como as pessoas se relacionam com o seu meio socioeconómico e ambiental tornando-se um dos atributos mais interessantes e revolucionários desta forma de economia. Pois é nesta dinâmica que as pessoas deixam de lado a sua condição de *persona consumidora* para se apresentarem enquanto *persona participante*⁴. Esta característica da economia solidária, só por si revolucionária, tem uma importância vital na vida e no desenvolvimento das comunidades. É por isso que a economia solidária se tem tornando uma estratégia de animação sociocultural, instrumentalizada por vezes para gerar mobilização numa comunidade. Por todas estas razões a economia solidária qualifica-se, para Laville, como um actor da «solidariedade democrática» (Laville, 2009, p.166).

Os mercados solidários surgem deste quadro de alternativas à estrangulante economia capitalista e aos seus infelizes resultados (que presenciamos na actual conjuntura de crise económica e social) no âmbito da igualdade e da

justiça social. Visam uma prática de trocas quase directas entre produtos, assente em princípios e orientações de índole solidária nas quais as pessoas tomam parte e acção.

Os Mercados Solidários, pelas experiências da Granja do Ulmeiro e de São Braz de Alportel

Formalmente e originalmente constituídos como clubes de trocas com recurso a moeda social, (Soares, 2008) os mercados solidários são espaços e momentos de troca de produtos e de serviços com recurso a uma moeda «cunhada» pela comunidade cujo valor de referência é definido pelas pessoas que dela fazem parte. Trocando produtos com recurso a uma outra moeda as pessoas podem aceder a bens e serviços que não estariam ao seu alcance e podem utilizar o dinheiro oficial para outras finalidades.

Três princípios básicos presidem a este sistema de trocas:

Moeda Social

A moeda social não tem valor igual à moeda oficial por esta se encontrar associada ao valor do barril do petróleo e às suas condicionantes oscilações no mercado internacional. A moeda social é valorizada tendo por referência um outro valor, atribuído pela comunidade participante nos mercados. A partir deste valor de referência estabelecem-se os preços dos produtos existentes no mercado. A moeda social é oferecida a todas as pessoas participantes desde o momento em que se inscrevem e identificam os produtos que terão disponíveis para troca. Cada comunidade participante define regras em torno da reserva de moeda social de um mercado para outro. No entanto a acumulação de moeda é desencorajada, a fim de garantir que a moeda social circule e seja utilizada na troca de produtos. De outra forma estaríamos a enveredar por um caminho de economia marcada pelas regras do capitalismo.

Não gerar especulação

Não se aplica a lei da oferta e da procura nos mercados solidários. Por isso os preços definidos mantêm-se. Este factor atribui a este sistema de troca um carácter realmente solidário, uma vez que não se baseia na maximização do lucro e tem como objectivo o escoamento dos produtos em direcção a quem necessita, evitando também a acumulação, quer de produtos, quer da moeda social.

Ser Prossumidor

O princípio que em muito contribui para a diferenciação deste sistema inscreve-se no conceito de *prossumidor*. Qualquer pessoa que deseje ser consumidora neste tipo de mercados terá de ser ela também produtora. Este princípio não só torna as pessoas participantes como equilibra os pratos da balança do consumo e da produção, contrariando a realidade económica tradicional que assenta fundamentalmente no consumo e que tem demonstrado resultados desastrosos, do ponto de vista social. Assim, os mercados apresentam uma grande diversidade de produtos e de serviços, tornam-se experiências pedagógicas, de desenvolvimento pessoal e proporcionam também momentos de convívio e de participação da comunidade.

A preparação e a realização dos mercados solidários exige uma organização atenta e militante. Os princípios fundamentais dos clubes de troca com moeda social não podem nunca ser esquecidos e têm de ser *conscientizados*⁵ pelos participantes.

Para organizar um mercado social é necessário, à partida, um grupo diversificado de pessoas interessadas em trocar bens e serviços entre si. Para além deste pressuposto inicial é exigida uma multiplicidade de tarefas:

- Levantamento dos produtos ou serviços oferecidos;
- Escolha de um espaço com boas condições;
- Marcação de datas e horários para funcionamento do mercado;

- Criação de áreas para exposição dos produtos ou para prestação dos serviços;
- Criação e preparação da moeda social;
- Constituição de uma equipa de organização e apoio ao funcionamento do mercado e dos *prossumidores*;
- Definição de uma estratégia de animação que conduza pedagógica e atractivamente a realização do mercado, desde a sua abertura ao seu término, passando por um momento de avaliação;
- Elaboração de um jornal onde conste informação sobre o mercado, os produtos e serviços, e seus *prossumidores*;
- Realização de um encontro prévio com as pessoas interessadas para partilha dos princípios e definição de algumas essenciais ao mercado, assim como do nome e valor de referências da moeda social;
- Criação de um banco central que disponibiliza a moeda social aos *prossumidores* inscritos, no início do mercado, e a recolhe no final. (Soares, 2008, p. 35-40).

Este elenco de tarefas é fundamental na realização de mercados solidários. Delas depende o sucesso do mercado e a compreensão que os participantes terão desta forma de trocas de bens e serviços, assim como a sustentabilidade dos mesmos.

Os mercados solidários contemplam uma componente de animação sociocultural e uma componente pedagógica. Os testemunhos das organizadoras e organizadores de mercados solidários da AJPaz e da IN Loco conduzem a esta conclusão com exemplos das suas práticas. Adoptando uma moeda social denominada «Granjas» os mercados realizados pela AJPaz na Granja do Ulmeiro (no concelho de Soure e a 20 Km de Coimbra) têm contado com actividades culturais como a actuação de ranchos folclóricos, oficinas de animação para crianças, merendas sociais, jantares de convívio, ilusionismo, fados e contos de estórias. Na Serra Algarvia, em São Braz de Alportel (cerca de 15 Km a norte

de Faro) a In Loco, organizadora, até hoje, de sete mercados solidários, refere a importância da prospecção inicial, percebendo o que as pessoas podem oferecer como produtos ou serviços. Já depois de inscritas as pessoas interessadas e identificados os produtos de oferta e as expectativas de procura, foi escolhido, no Algarve, o nome da moeda social como «Solidários». Independentemente do nome a importância está no facto de que a moeda social e o seu valor são atribuídos pela comunidade que participa no mercado. A participação das pessoas neste e noutros processos dos mercados solidários confere a esta prática económica uma dimensão própria no quadro do desenvolvimento comunitário por deixar que sejam as pessoas as protagonistas, actores e actrizes, de um caminho de mudança.

Contudo, por vezes a novidade da actividade intimida muita gente mas «os receios face ao inédito dissipam-se na acção e as respostas só podem ser encontradas à medida que se percorre o caminho» (Soares, 2008, p. 41). Esta dificuldade na mobilização inicial das pessoas pode-se até prolongar se as mesmas não entenderem os princípios e as vantagens dos mercados solidários. Por isso, não querendo desvirtuar a natureza etnográfica destas práticas, a In Loco preferiu confiar na capacidade para conquistar as pessoas à medida que ia realizando futuros mercados solidários. Envolveu, assim, pessoas da comunidade, de organizações locais e também do corpo docente da escola secundária. Uma curta dramatização foi apresentada com vista a explicar a «função do dinheiro enquanto instrumento facilitador das trocas e a funcionar como um momento lúdico de abertura do Mercado» (Soares, 2008, p. 42). O objectivo não era apenas realizar mas principalmente envolver as pessoas enquanto agentes de desenvolvimento local, compreendendo a natureza e potencialidades deste sistema de trocas. Da avaliação feita com as pessoas no final do mercado foi reconhecido o potencial e o interesse em prosseguir com novas edições.

A avaliação e a reflexão sobre os mercados são obrigatoriamente uma constante preocupação. A avaliação, que se processa após o término de cada mercado, deve ter também um carácter lúdico. Geralmente recorre-se a técnicas de animação e à arte e criatividade dos organizadores para que concebam uma forma de avaliação simples mas credível, séria mas descontraída. Uma avaliação em que as pessoas participem e façam ver o sucesso ou insucesso de cada mercado.

Também a reflexão prévia sobre a organização de cada mercado e dos futuros mercados é um aspecto importante. Com esta preocupação os mercados da Granja do Ulmeiro têm sido antecedidos pela realização de encontros que «servem para debater e construir comunitariamente a metodologia de trabalho e começar a introduzir processos de mudança» (Frade, 2008, p. 112). Nestes momentos as pessoas colocam questões, levantam problemas, apresentam possíveis soluções, tecem observações críticas e dialogam, de forma interessada, sobre o futuro dos seus mercados.

A realização de mercados solidários na Granja do Ulmeiro e também dos que a AJPaz iniciou em Coles de Samuel (concelho de Soure) é, actualmente, uma realidade para a população de ambas as localidades, da qual fazem parte como organizadores. Desde 2006 a AJPaz esteve envolvida na realização e/ou apoio a vinte mercados solidários em diversas localidades da região Centro de Portugal. «Ao longo deste processo, o Mercado Solidário foi identificado como um espaço alternativo de encontro entre as pessoas, de troca de experiências, algo nunca visto, permitindo estar em comunidade» (Frade, 2008, p.115). A moeda social na Granja tem agora um valor muito maior para as pessoas do que apenas o que lhe é atribuído nos mercados e fortaleceu o sentimento de pertença à comunidade. «Ao mesmo tempo começam a perceber que a moeda «Granjas» lhes dá a oportunidade de ter outros bens e serviços e, como tal, precisam de trazer mais produtos» (Frade, 2008, p. 115). Por seu lado

a In Loco tem protagonizado um papel essencial na disseminação desta prática, promovendo a aprendizagem sobre mercados solidários através da formação de futuros agentes educativos. Deste trabalho, realizado em parceria com escolas de educação do ensino politécnico e universitário, tem resultado não só a experimentação, reflexão e realização periódica de mercados solidários por todo o país, como também a promoção de práticas a eles associadas. Exemplo disto é o início da produção e do ensino prático de agricultura biológica na Escola Superior Agrária de Santarém.

Ao longo de quatro anos, e sete edições diferentes de mercados solidários, a In Loco aprendeu que, realmente, o caminho de uma iniciativa desta natureza é feito pelas pessoas e que a aprendizagem é contínua. Os momentos menos felizes foram marcados pelo cruzamento de práticas clássicas capitalistas, como a reserva de produtos que condicionou a dinâmica do mercado, e pela vontade de alguns participantes em acumular moeda social de um mercado para o outro. No entanto, as experiências de convívio transpuseram estas e outras dificuldades e tornaram os mercados solidários de São Brás de Alportel num acontecimento colectivo embebido de grande uma diversidade de actores locais que promovem o desenvolvimento comunitário.

Reflexões em torno das práticas

Se o contacto próximo com a organização de mercados solidários é, em si, memorável, maior significado têm as experiências como *prossumidor*. É esta condição que permite a participação activa num clube de trocas como os mercados solidários. A participação como *prossumidor* pode-se dar em duas vertentes: disponibilizando um produto ou disponibilizando um serviço.

Os produtos podem ser diversificados, desde artesanato a produtos da terra. É possível levar para um mercado cerca de três ou quatro quilos de azeitonas e trocar por

uma série de produtos de artesanato, fruta e legumes, bolos para saciar a fome, prendas para o Natal ou por um serviço de medição da tensão.

Os serviços são variadíssimos, desde massagens e medição da tensão a serviços fruto da criatividade de cada pessoa como um serviço de ideias e soluções para apoio à resolução de problemas pessoais e académicos, como foi o caso de uma experiência ocorrida num mercado da ESEC. Neste caso consistia em apoiar outros prosumidores a encontrar ideias ou soluções para problemas académicos ou pessoais. Pedindo-lhes que escrevessem o seu problema, avançava-se depois com ideias em torno de uma possível resolução, tornando-se a certa altura um processo conjunto entre o cliente e o fornecedor do serviço. Descrevo esta experiência por permitir ilustrar um exemplo de um serviço simples que facilmente poderá ser adaptado a outras realidades e disponibilizado noutros clubes de troca com recurso a moeda social. Criando o seu próprio serviço torna-se relativamente fácil a participação de qualquer pessoa num mercado solidário. E, quem sabe, responde-se assim a uma necessidade sentida por outras pessoas.

As trocas que se efectuam nos mercados solidários permitem o escoamento de excedentes e a troca de saberes. E acontece num quadro alternativo à tradicional compra e venda em vez de ambos os intervenientes na troca têm de gastar dinheiro a adquirir o produto ou o serviço. Esta troca com moeda social contribui claramente para a diminuição dos gastos financeiros, sentido de forma muito significativa em famílias com rendimentos reduzidos. Neste sentido os mercados solidários são ferramentas na luta contra a pobreza e na promoção da inclusão social, traduzido no facto de uma pessoa poder ter acesso a serviços que à partida não tem acesso devido às suas condições económicas.

Nas experiências que de participação em mercados solidários aqui reportadas foi notório o ambiente de festa, de

convívio e de animação que caracterizou cada um dos mercados. Na ESEC a escola encheu-se de um clima festivo e de uma ansiedade geral antes do começo do mercado. Os inícios dos mercados foram marcados por momentos de animação na qual, uma das vezes, foi dramatizada uma conhecida estória sobre o ciclo de uma nota de dinheiro que, afinal, era falsa⁶. Nestas alturas houve sempre a preocupação de passar uma mensagem pedagógica e ideológica orientada para a educação para o consumo. Este momento de animação agregou os participantes no mercado de forma a se encontrarem, a partilharem um momento e uma mensagem em comum. Foi um meio de as pessoas se conhecerem antes de se tornarem *prosumidoras* em actividade.

Esta dimensão comunitária dos mercados solidários contempla também as assembleias comunitárias. São espaços de partilha de informação, avaliação e de reflexão sobre os mercados solidários realizados ou a realizar naquele contexto territorial. Nesses momentos são igualmente repensadas e reformuladas regras para que as mesmas se adequassem à comunidade participante. É um momento em que cada participante pode partilhar a sua opinião e propor alterações tomadas como convenientes ao melhor funcionamento dos mercados, adaptando-se ao contexto social de cada comunidade.

Nestas experiências, o final dos mercados solidários foi marcado com a realização de um momento cultural que assinalasse o culminar da actividade de trocas e que prolongue o convívio entre as pessoas. Mas se o carácter festivo dos mercados solidários é um marco significativo, poderá, por outro lado, contribuir para o desvirtuar da representação da comunidade face a esta prática solidária. Na avaliação e na reflexão sobre as práticas este factor foi evidenciado, gerando no entanto, uma preocupação que recai sobre a representação folclórica que os participantes possam ter destas práticas, em oposição à vertente educativa

de consciência económica que se pretende que os mesmos adquiram. Põe-se então a pertinente questão: serão os mercados solidários sentidos como folclore ou como recurso?

O perigo da folclorização⁷ de uma prática alternativa desta natureza é uma constante. Tendo em conta o carácter contra-natura de uma economia baseada na solidariedade, inserida num contexto macro de uma sociedade capitalista, as pessoas encaram esta prática de economia solidária como um momento de lazer. Não se pode esperar que as pessoas, habituadas às práticas e lógicas capitalistas, se rendam facilmente aos princípios da economia solidária (Leão, 2007, p.35).

Esta é uma realidade absoluta e notória nas assembleias de mercado ou nas conversas colaterais. E, principalmente, em algumas acções instintivas e tentações de subverter os princípios dos mercados solidários em actos rentáveis. Exemplo disto são as tendências de acumulação de moeda social e de subida de valor dos produtos conforme a escassez do mesmo. Aspectos que merecem toda a atenção de quem se aventura por esta outra economia e que não muito dificilmente podem ser corrigidos, com uma atitude educativa e positiva.

Mas há também quem compreenda já a utilidade de um mercado solidário e que o aproveite para adquirir produtos ou serviços que habitualmente não possuam ou aos quais não tenham acesso, que precisam ou que lhe dão satisfação.

O carácter comunitário dos mercados solidários é uma realidade e com ele surge, evidentemente, um lado festivo e popular, muito necessário à congregação das pessoas em torno de uma nova e diferente acção. É à educação que cabe o desafio de equilibrar o folclore atractivo dos mercados com dimensão socioeconómica séria e de alternativa à economia capitalista (Leão, 2007, p. 38). Um desafio centrado numa educação e numa aprendizagem conjunta que conferem aos mercados solidários uma outra dimensão, e responsabilidade.

Conclusões — A fechar o mercado solidário

Vimos como os mercados solidários são uma prática que se estreia em Portugal e como as suas potencialidades lhe atribuem dimensões diferentes e complementares. Recordemos: a dimensão da luta contra a pobreza e exclusão social; da animação sociocultural e do desenvolvimento local; a dimensão comunitária e da participação; e a dimensão educativa. Os mercados solidários apresentam ainda potencialidades que vão ao encontro do desenvolvimento pessoal e da construção de redes sociais. São estas dimensões que reforçam o carácter alternativo da economia solidária na procura de uma economia mais humanizada, perante a actual crise que atravessamos.

Segundo George Soros, no Fórum Económico Mundial de 2010, em Davos, refere que «a actual crise é uma super bolha, gerada pelo próprio sistema ao fim de 25 anos a gerar bolhas menores sem ser capaz de as combater com eficácia.»⁸ Soros refere-se às facilitações da banca face a empréstimos e a negócios de alto risco, à demasiada confiança na economia de mercado e a uma cegueira por uma «ideologia fundamentalista de mercado que os levou a pensar que os mercados devem ser operados com pouca rigidez.»⁹

Efectivamente, a crise proveniente da banca e do terreno da finança gerou uma crise à escala mundial que aprofunda a divisão entre as oportunidades para pessoas e povos ricos, e para pessoas e povos pobres. Com isto dá-se o alastramento da pobreza e das «exclusões sociais» (Costa, 2007) produtoras, elas próprias, de novas formas de pobreza e de exclusão, consoante os diversos cenários sociais. Neste quadro têm surgido preocupações que incitam a uma política de luta contra a pobreza e de promoção da inclusão social mais participativa, assente na tomada de decisão a nível local. Tem sido referido, a este respeito, a necessidade «ingerência neste campo de uma outra série de dinâmicas resultantes de uma acção cívica e solidária com origem num processo ascendente, da sociedade civil para o Estado»

(Monteiro, 2004, p. 61) protagonizada pelos actores sociais e organizações locais da economia social. Realmente, estas têm-se afirmado e sido reconhecidas como potências do desenvolvimento local, tornando-se parceiras de projectos de desenvolvimento integrado que visam a sustentabilidade económica, ambiental e social. Medidas desta natureza participativa são já visíveis em iniciativas políticas que tendem a atenuar o centralismo e a fortalecer as acções de base local¹⁰. Por isso é possível prever um cenário propício à criação de alternativas à economia capitalista através da acção das organizações da economia social, da educação dos actores locais e da animação sociocultural dos territórios. Neste sentido pode-se afirmar que a crise actual reforça os mercados solidários porque são forçosamente necessárias alternativas criativas para a sobrevivência das populações mais pobres e mais afectadas.

Através de aspectos das experiências levadas a cabo por duas organizações não lucrativas e de desenvolvimento local compreendemos como se caracterizam os mercados solidários e o que é necessário à sua implementação. Compreendemos também as dificuldades e os resultados conseguidos. Pretendeu-se abrir a reflexão sobre aspectos críticos e de sucesso que contornam os mercados solidários e como se fazem estas trocas por cá, nas terras portuguesas.

Para além de tudo o que poderá representar um mercado solidário numa pequena ou grande comunidade, eles são, essencialmente, um instrumento educativo, e de animação territorial, de mudança de mentalidade em relação à forma de vida contemporânea baseada no consumo exacerbado. Os mercados solidários conferem uma nova forma de estar social e comunitária e são uma aposta de desenvolvimento. «As pessoas envolvidas ajudam-se mutuamente, procuram uma justa distribuição do lucro e promovem a participação activa de todos os elementos, com vista a um funcionamento social solidário e democrático» (Soares, 2008, p.35).

As trocas que por cá se fazem são assim, ainda tímidas mas repletas de entusiasmo e de reflexões, ambicionando uma troca ainda maior e mais arrojada. Uma mudança de paradigma económico e social onde se cambie o actual modelo por um modelo de economia plural¹¹ onde outras economias possam existir e conviver. Simplesmente, uma troca em que todos ganham.

Notas

¹ Outra economia: «aquela que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista.» (Laville, 2009, p. 7).

² Os primeiros contactos com os mercados solidários experienciados pelo autor aconteceram em 2007 e 2008, enquanto docente na Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC). Inicialmente numa iniciativa curricular dinamizada pela colega Teresa Cunha, e apoiada pela Acção Jovem para a Paz, e depois numa parceria com a associação In Loco no projecto Solidariedade Cidadã. AJPaz – Acção Jovem para a Paz é uma associação sediada na Granja do Ulmeiro (concelho de Soure, região Centro) e com acção a nível regional, nacional e internacional. Tem por objecto «a construção da Paz, da Democracia, da Justiça e da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres, envolvendo como forças especialmente actantes a juventude, as mulheres, as comunidades locais e outras populações desfavorecidas» www.ajpaz.org.pt. In Loco – associação de desenvolvimento local sediada em São Brás de Alportel (Algarve) que tem por missão valorizar as pessoas e as organizações, qualificar o território de forma sustentável, promover a cidadania, apoiar o empreendedorismo e a iniciativa local e produzir conhecimento de apoio à intervenção. www.in-loco.pt. Solidariedade Cidadã – Projecto desenvolvido

no âmbito da iniciativa comunitária Equal Acção de Disseminação do produto Animação Cidadã para a Acção Solidária, resultante da vertente social do Projecto São Brás Solidário. www.solidariedadecidadada.org

³ Este termo é utilizado pelo filósofo chileno Luís Razeto no início dos anos 90 na obra «Educação Comunitária e Educação Popular» organizada por Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez.

⁴ A «escada da participação» de Sherry Arnestei baseia-se num modelo de 8 graus de participação que evoluem em sentido ascendente, desde a Manipulação ao Controle Cidadão, quanto maior poder de decisão têm as populações ou os «cidadãos sem-nada». Inspirado nesta tipologia e em outras teorias da participação fui observando que o exercício da cidadania na condição de pessoa participante acontece após o exercício da cidadania da pessoa enquanto consumidora, num quadro ideológico, espiritual e social, e não apenas material. Só depois de consumir é que os actores sociais têm condições para tomar parte e ter acção sobre o seu contexto social.

⁵ Conscientização é um termo utilizado pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, conceito central na sua filosofia da educação. Remete para uma consciência crítica activa e para um conhecimento activo que se vai desvendando gradualmente

perante uma realidade. Tem um sentido mais forte do que a palavra consciencialização, uma vez que implica a acção de tomar parte na realidade envolvente.

⁶ «La Dame de Condé». Estória da nota falsa de André-Jacques Holbecq *in: Un regard citoyen sur l'économie. Sortir de la «pensée unique»*. Edições Yves Michel, 2002, ISBN 2 913492 11 8.

⁷ Esta ideia e preocupação foi encontrada durante as reflexões sobre as práticas de mercados solidários na ESEC e foi explorada no relatório de estágio das alunas Ana Ponce de Leão e Maria Luísa Carvalho, actuais técnicas superiores de Animação Socioeducativa. O relatório integral está disponível online no site do projecto Solidariedade Cidadã. www.solidariedadecidadada.org/documentos/documento15.pdf

⁸ Exame Expresso. <http://aeiou.expresso.pt/crise-actual-e-resultado-de-uma-super-bolha-diz-george-soros=f560645>. 28 Janeiro 2010.

⁹ Idem.

¹⁰ Por exemplo, o Projecto Solidariedade Cidadã e o Projecto São Brás Solidário foram desenvolvidos no âmbito da iniciativa Equal.

¹¹ Co-existência de diversos sistemas económicos. Ideia que tem sido referida e defendida pelo Professor Doutor Rogério Roque Amaro.

Referências Bibliográficas

A. D. CATTANI, 2009. «Construindo a Outra Economia», *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina

A. BRUTO DA COSTA, 2007. *Exclusões Sociais*. Fundação Mário Soares, Col. Cadernos Democráticos. Lisboa, Gradiva Publicações

J. DEFOURNY, 2009. «Economia Social», A. D. CATTANI, et all, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina

Jordi ESTIVILL, 2008. «Espacios Publico y Provados, Construyendo Diálogos en Torno a la Economía Solidária», Lisboa, ISCTE-IUL
R. CAMPOS FRANCO, 2005. *O Sector Não Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada*. EUA/Portugal, Jonhs Hopkins University e Universidade Católica Portuguesa

P. HESPANHA, 1999. «Em torno do papel providencial da sociedade portuguesa», *Cadernos de Política Social*, nº 1, p. 15-42

J.-L. LAVILLE, L. I. GAIER, 2009. «Economia Solidária», *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina

A. P. LEÃO, M. L CARVALHO, 2007. *ESECidadã, Relatório Final de Estágio do curso superior de Animação Socio-*

educativa. Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra
A. A. MONTEIRO, 2004. *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra, Quarteto
J.L. MONZÓN, 1987. *Economía Social, Entre Economía Capitalista y Economía Pública*. Espanha, CIRIEC

Luis RAZETO, 1993. «Economia de Solidariedade e Educação Popular», M. GADOTTI, F. GUTIÉRREZ (org), *Educação Comunitária e Economia Popular*, Col. Questões da Nossa Época, São Paulo, Cortez Editora

M. P. SOARES, 2008. *Animação Cidadã para a Acção Solidária*. São Brás de Alportel, São Brás Solidário

T. SANTOS, C. CUNHA, (Org), 2008. «Das Raízes da Participação – Reflexões Caminhantes». AJP, Granja do Ulmeiro

Referências Internet

AJPAZ. <http://www.ajpaz.org.pt/>.

EXAME EXPRESSO <http://aeiou.expresso.pt/crise-actual-e-resultado-de-uma-super-bolha-diz-george-soros=f560645>. 28 Janeiro 2010.

IN LOCO <http://www.in-loco.pt/site/index.php>

**José Hipólito Santos**

«Maneiras cooperativas de pensar e agir.
Contributo para história do Cooperativismo»

Edições Universitárias Lusófonas. Lisboa, 2009.

Nota de lectura
Jordi Estivill

Esta nota de lectura no puede ser mas que heterodoxa. Desde otra periferia ibérica, el autor de la misma comparte tantas ideas, tantos esfuerzos, tantas vicisitudes con José Hipólito Santos que este comentario a su obra, solo puede ser hecho desde una cierta complicidad. Por lo tanto tiene mas de presentación, acompañamiento y reflexión posterior, que de una nota de lectura distanciada y convencional.

El porque del libro

El punto de partida de Santos se encuentra en los inicios de la segunda parte de su libro cuando constata que en los años cincuenta del siglo pasado, existía «un buraco negro», un vacío, un desconocimiento profundo de la historia reciente del cooperativismo en Portugal.

Este agujero negro parece tener una alarmante continuidad puesto que el mismo sostiene «Quando me envolví no movimento cooperativo, em 1955, não sabia nada do que acaba de ser referido nas páginas precedentes, mas também não o sabia até há bem pouco tempo (2006/2007)». Es decir, que si bien en los años cincuenta se podía justificar, en medio de la represión Salazarista y de la autocensura que

fuera difícil conocer los orígenes de los movimientos sociales, ya es menos explicable que estas «histórias de velhos» sigan siendo ignoradas en los tiempos actuales. ¿Será que la pesada losa y el silencio impuesto en las transiciones políticas ibéricas siguen estando presentes?

En cualquier caso, hacer presente la historia es el principal objetivo de este estimulante libro que narra los principales acontecimientos que el movimiento cooperativo portugués ha vivido desde los años treinta del siglo pasado hasta prácticamente nuestros días.

El autor y su itinerario

Ya me perdonará el autor, al que no tengo el honor de conocer personalmente, si cometo la osadía de resumir su biografía haciendo algún error e infidelidad. Ha sido a través de su libro y de otras informaciones complementarias que la he ido reconstituyendo. De todas ellas se deduce que Santos nació en Porto en 1932, que trabajando, estudió economía y sociología y que a los veinte dos años empezó a integrarse en la oposición política y en el movimiento cooperativo.

Fue redactor de *Seara Nova* y de *Cadernos de Circunstância*. Participó activamente en el Ateneo Cooperativo (1955), en la Asociación Inquilinos Lisbonenses, cooperativa creada en 1924 que defendía los intereses de los inquilinos, y en las diferentes tentativas de coordinación y federalización del mundo cooperativo en las décadas de los años 50 y 60. Fue detenido y encarcelado y al ser puesto en libertad y ser expulsado de su trabajo se exilió a Argelia (1963), país que se había independizado, iniciaba experiencias autogestionarias durante el gobierno de Ben Bella y acogía refugiados políticos de muchos países.

Empezaba así una vida nómada que le lleva, después del golpe de estado militar contra Ben Bella, a Francia, donde colabora con el *Collège Coopératif* (Desroches, Vienney, Maister) y es profesor en las universidades de Vincennes y

Sant Denis de Paris. Allí constata el anquilosamiento universitario y de las cooperativas francesas cada vez más interesadas solo por la gestión empresarial y la eficiencia económica. Se encuentra involucrado en el Mayo Francés aunque como el mismo dice «As cooperativas, duma maneira geral passaram por cima e ao lado dos acontecimentos». Conoce bien el mundo cooperativo de producción y el mutualista francés y se especializa en las dinámicas participativas y sus consecuencias organizativas al trabajar en varias agencias de servicios y de asesoramiento.

Con la Revolución de los Claveles puede volver a Portugal y desde 1975 es elegido presidente de la Asociación dos Inquilinos Lisbonenses que va a alcanzar la cifra de 45.000 socios. Los esfuerzos de esta Asociación se dirigen, bajo la presidencia de Santos, a continuar defendiendo los intereses jurídicos de los inquilinos, la ocupación de casas vacías, la crítica razonada de la legislación de la época, el apoyo a las organizaciones populares y a las comisiones de moradores, la promoción de consultas colectivas y la celebración de Congresos y Seminarios.

En 1980, empieza otro ciclo de su vida profesional, puesto que es invitado a promover un programa de la F.A.O., Agencia de las Naciones Unidas, de cooperativismo rural en Mozambique. Inicia así un periodo de trabajo que le lleva a Nicaragua, Mauritania y Méjico. Santos explica que en todos estos países, a pesar de las dificultades institucionales, externas e internas, su trabajo se fundamenta en la autonomía de las personas, sus potencialidades y límites, para ir construyendo desde abajo, una conciencia colectiva y una capacidad crítica que se proyecta en organizaciones cooperativas participadas. A menudo pone en cuestión los grandilocuentes discursos políticos, por muy revolucionarios que se auto califiquen, confiando en la formación liberadora, en una rigurosa gestión y en la promoción de los recursos locales, construyendo así, una «nova ingeniería social».

Esta nueva ingeniería social, acumulación de experiencias personales y colectivas, va a caracterizar a la Cooperativa SEIES que Santos contribuye a crear en 1980 en Portugal. Quizás valga la pena sintetizar sus principios: Autogestión de los miembros-trabajadores que deciden la naturaleza de los trabajos y su orientación, creación de estrategias, metodologías e instrumentos para intervenciones dirigidas a personas, especialmente las más vulnerables, trabajo en equipo que conjuga estudio, reflexión y experimentación, rentabilidad de esta empresa-cooperativa que opera con salarios de mercado aunque limita estos a nivel interno para financiar la inversión formativa y poder intervenir con grupos de personas desfavorecidas, dedicación de recursos internos para el estudio y los contactos con otras iniciativas parecidas nacionales y extranjeras.

Estos principios dicen mucho de la cultura política de Santos. Espíritu independiente, crítico, se opone a los sectarismos y dogmatismos tan abundantes, como el mismo relata, en las diferentes familias de la oposición portuguesa. Sus numerosas citas de su admirado maestro Antonio Sérgio, le llevan hacia posiciones entroncadas con el socialismo reformista, otros comentarios suyos le conectan más con el socialismo libertario. Por todos los poros de este libro salen aromas de libertad, de participación democrática, de solidaridad, de respeto a las personas y sus valores. Seguramente no es un azar que en las últimas páginas, el autor explicita su colaboración en Seminarios de Economía Solidaria y Mujer y en el Centro de Ciudadanía activa de Palmela y Setúbal. Como el sostiene en el último párrafo de su libro:

«Devagar, mas seguramente, que temos pressa.
Assim, um outro mundo será possível!»

La estructura del libro

«As maneiras cooperativas de pensar e agir» es una contribución a la historia, poco conocida, del cooperativismo en Portugal desde los años treinta del siglo pasado hasta nuestros días. El libro empieza con una pequeña introducción, en la que el autor explica como entró en contacto y se empezó a implicar con la oposición antifascista y con el movimiento cooperativo en la década de los años cincuenta.

La primera parte del libro se dedica a relatar la evolución del movimiento cooperativo desde su implicación hasta los años cincuenta. Se puede reseguir así el itinerario que va del cooperativismo de «barrio» a las esperanzas generadas por la victoria de los aliados en la segunda guerra mundial. En estos años son varias las tentativas de aglutinamiento del movimiento cooperativo portugués (Fraternidade Operária, Conselho Central de Cooperativas de Lisboa e Arredores, Junta de Compras do Norte. UNICOOPE...). Las personalidades de António Sérgio y José de Sousa parecen marcar este periodo, lleno de encarcelamientos y represión.

La segunda parte de la publicación acoge los principales acontecimientos hasta el 25 de Abril. Si en la primera, el autor ha debido acudir a archivos, memorias y documentación, en esta, la principal fuente de información es el mismo, su propio testimonio. En esta etapa, toma especial relieve el Ateneo Cooperativo, centro de reflexión, estudio, formación, divulgación y apoyo al movimiento cooperativo. Este se afirma y se diversifica en aquellos años: Boletines, cursos, grupos de teatro, editorial, librería, coloquios, viajes y visitas a cooperativas, planos de actividades, cooperativas culturales, asociaciones de moradores e inquilinos, contactos internacionales... Pero al mismo tiempo siguen las pugnas internas, las prácticas autoritarias, las tentativas de control político, las dificultades financieras y de gestión, la fragilidad de las iniciativas confrontadas a una represión institucional y policial.

En la tercera parte de este libro se presentan aquellas experiencias de fuera de Portugal en las que intervino el autor. Su exilio le lleva a Argelia, Francia, Mozambique y Nicaragua. El relato se hace mas personal, mas vivido a partir de su cotidianidad como experto internacional que colabora en la promoción del cooperativismo. En los tres países del Sur, aparecen las contradicciones entre los discursos políticos y las realidades concretas, entre las intenciones de las Agencias Internacionales y los límites de su papel de consultor. No deja de ser significativo que Santos en su empeño por trabajar en el terreno deba constatar algunos de los graves problemas que surgen con la ola de promoción «del cooperativismo desde arriba» que va a producir un fracaso considerable en bastantes de los países del Sur de aquellos años.

El libro se cierra con un epílogo esperanzador. Pasada la etapa de euforia post-revolucionaria de después del 25 de Abril, Santos reflexiona a partir de la lectura de Marcuse, Barho y Castoriadis, sobre la falta de articulación entre los conocimientos teóricos y las propuestas prácticas. En consecuencia, se decide por «encender una vela...», creando junto a otras personas la cooperativa SEIES (Sociedade de Estudos e de Intervenção em Engenharia Social). Lo que le permite intentar aplicar las enseñanzas aprendidas, a lo largo de todos estos años en Portugal y fuera de él.

Merece ser señalado en este resumen, la impresionante lista de catorce biografías de personas que jugaron un papel importante en las dos décadas, de 1940 a 1960, en el cooperativismo Portugués. Son pistas abiertas que invitan a seguir investigando sobre las crónicas individuales y colectivas de este movimiento.

Conocer la historia, para interpretar el presente y mejorar el futuro

Uno de los valores añadidos de este libro, además del conocimiento que aporta para ir constituyendo una memoria viva, es la de poder reflexionar sobre un conjunto de temáticas transversales que atraviesan el pasado y que constituyen un patrimonio de potencialidades, interrogantes, límites y progresos que hacen entrar a la historia en el presente. ¿Como entender a éste, sin conocer aquella?

Incluso es posible establecer lecciones paralelas que van mas allá de Portugal y que se prolongan hacia el conjunto de la península Ibérica y aun se extienden por otros países, tal como Santos invita a hacer en la tercera parte de su obra.

Siguiendo pues, la doble invitación de Santos, la de no olvidar a la historia y aprender de ella y la de la prolongación territorial internacional, puede ser estimulante, trazar algunos rasgos transversales que derivan de la lectura de su trabajo.

El primer rasgo seria el de la persistencia de los valores y los esfuerzos de muchas personas comprometidas con ellos, aun y a pesar de defenderlos en las peores condiciones. No hay ninguno de los protagonistas de este libro que no haya estado en la cárcel, exiliado, expulsado de su trabajo y que no haya padecido las críticas e incomprensiones que duelen mas, porque han sido formuladas por los que están a su lado. A pesar de ello, los actores de esta historia no se cansan. Vuelven a empezar en función de unos ideales que quieren plasmar en la realidad para transformarla.

Solidaridad y al mismo tiempo individualismo; respeto por las personas y al mismo tiempo manipulación y falsas acusaciones; participación y voluntad democrática de base y al mismo tiempo burocracia y posiciones autoritarias; voluntad de federalización cooperativa y al mismo tiempo corporatismos internos; iniciativas de transparencia y eficiencia en la gestión y al mismo tiempo fallos e incapacidades en la organización financiera, productiva, comercial son algunas de las contradicciones que aparecen y reaparecen periódicamente.

¿Son todas ellas explicables y adjudicables en función de la confrontación con el Salazarismo? Si y no. Puesto que por un lado, las interferencias de la policía secreta de la PIDE y la represión directa son constantes y la semi clandestinidad comporta opacidades y un clima propenso a la desconfianza y a la manipulación partidaria que también se encuentran en la historia de la lucha del cooperativismo democrático contra el control del aparato del estado franquista en el vecino país. Por otro lado, el mismo Santos explica que en la ebullición post 25 de Abril se abren márgenes, aparecen nuevas esperanzas, la relación de fuerzas deja de ser tan desfavorable., pero no desaparecen muchas de las contradicciones anteriores como lo muestra el episodio de la Asociación de Inquilinos de Lisboa de 1979. Una lección posible sería que algunas de estas contradicciones no dependen únicamente del régimen o de la coyuntura política sino que también tienen factores internos explicativos.

Un tercer rasgo de este libro es que abarca el largo plazo. Mas de setenta años, son muchos años. Los ciclos largos permiten reflexionar sobre las ondulaciones históricas, sobre las fases ascendentes y las descendentes de los movimientos sociales y sus causalidades económicas, sociales, políticas y culturales. Pero Santos introduce poco los factores y los ciclos económicos o los culturales y pone mas el acento sobre las dimensiones políticas. Lo que es una lastima porque si lo hubiera hecho, ello hubiera permitido profundizar en una interesante discusión acerca de si en los momentos recesivos de la economía es cuando se crean mas cooperativas y al revés si es en los periodos de expansión cuando decrece su numero o se estabiliza. En una investigación realizada en Catalunya se constataba que desde fines de los años setenta se creaban anualmente mas cooperativas que días tiene el año, pero que en aquellos momentos se juntaban causas ligadas a la creación de empleo y por lo tanto en relación con las consecuencias de la crisis

de los setenta, con motivaciones sociales y culturales (autonomía, confianza colectiva, calidad en el trabajo, critica a otros modelos empresariales...).

Siguiendo a Santos, es interesante constatar como en la década de los treinta del siglo pasado, anarquistas y comunistas se disputaban el control de las organizaciones de representación mientras conducían un trabajo de oposición radical, mientras los socialistas tenían posiciones «posibilistas». Al mismo tiempo la propaganda en favor del cooperativismo era intensa y el Régimen Salazarista endurecía sus posiciones (Ley Garrote de 1934).

Este endurecimiento se acentúa en los inicios de los años cuarenta, en el marco de un fascismo ascendente (victoria de Franco en la guerra civil, Mussolini en Italia, Hitler en Alemania), La dictadura de Salazar intensificó su estructuración vertical (sindicatos verticales, corporativismo, Mocedades...). Ahora bien, la victoria de los aliados abre esperanzas y nuevas iniciativas al igual que sucede con la oposición democrática española. Pero estas se cierran con los inicios de la guerra fría. El telón de acero no solo cae entre los países del Oeste y del Este Europeo sino que también se extiende internamente: el dogmatismo (gobierno de vigilancia), las acusaciones y descalificaciones partidarias, el sectarismo. Como mas clandestino y minoritario se hace el movimiento mas aparece la necesidad de controlar los órganos de expresión y de representación y mas aparecen las polémicas internas. «Havia muitos sapos para engolir» adjetiva Santos. Esta podría ser otra lección de este periodo.

Los grises años cincuenta son difíciles y pasan lentamente. Solo a partir de su segunda mitad se aprecian signos de renovación: se incorporan nuevas generaciones, se editan pequeñas publicaciones, el boletín cooperativista y alguna propaganda, se crea el Ateneo... Pero la guerra fría no deja respirar al movimiento cooperativo.

Hay que esperar a la década siguiente para que nuevos aires renueven su panorama. La represión aumenta, pero pese a ello hay una nueva dinámica del movimiento cooperativo portugués: nuevos dirigentes, algunos de matriz católica, apertura del Ateneo y del boletín cooperativista, actividades de estudio y propaganda, libros, cooperativas culturales, planes y programas (Plan AMES), incremento de las relaciones internacionales... en un contexto en el que la sociedad y la economía portuguesa continuaban relativamente cerradas y debían afrontar las luchas coloniales. Mientras que en el Estado Español se abrían las puertas. La entrada masiva de turistas, las inversiones extranjeras y las remesas de los inmigrantes constituyen las bases de su crecimiento económico de aquellos años y de su integración al capitalismo europeo industrializante. ¿Será que en esta década se encuentran las razones de la diferenciación entre las dos economías?

En cualquier caso, esta pregunta se proyecta sobre los años setenta. ¿Hasta que punto la eclosión de experiencias participativas y el crecimiento del número de cooperativas y del movimiento asociativo que se da en ambos países, es el resultado de una respuesta popular a la crisis económica o a la apertura democrática?

Cuestión importante por dilucidar por cuanto para unos autores, las cooperativas y las empresas sociales tienen sentido como instrumento contra el desempleo, creado por las crisis, mientras que para otros sería la dimensión política (cambio de modelo, democracia económica...) la que les da su valor añadido.

El cuarto comentario transversal es el de la recurrencia de los temas y problemas que recorren este itinerario del cooperativismo portugués. Quizás pueda ser interesante hacer una lista de ellos, porque al mismo tiempo que es un recordatorio podría ser una agenda de futuro. A grandes rasgos son los siguientes:

—La precariedad y fragilidad de muchas iniciativas a las que les cuesta mucho permanecer y sostenerse en el tiempo

—La capacidad creativa y de dar respuesta a las diferentes necesidades económicas, sociales, políticas y culturales

—Las grandes dificultades de mancomunar esfuerzos colectivos, de crear organismos de coordinación y federalización unitarios

—La frecuencia de la búsqueda de formulas democratizantes y participativas que se enfrentan con el burocratismo, el autoritarismo, con la conservación y reproducción de los poderes constituidos, tanto los internos como los exteriores

—El carácter político del movimiento, continuamente atravesado por los combates partidarios que intentan controlarlo en función de sus intereses

—La confrontación con un estado que hasta 1974 es una dictadura represora y al que luego se quiere transformar

—La constante necesidad de mejorar la capacidad productiva, distributiva, de gestión y financiera de las cooperativas así como los niveles de calificación de sus dirigentes

—De forma intermitente aparecen las diferencias territoriales, sus especificidades y sus posiciones no siempre convergentes. El Norte, con Porto, Lisboa y sus alrededores, el Sur tienen, a veces, criterios y dinámicas distintos

Por fin cabe señalar que este libro de Santos permite no solo conocer una historia que empieza a desvelarse, sino también reflexionar sobre las múltiples facetas del movimiento cooperativo portugués. El aprendizaje que supone su lectura, sobre sus aciertos y sus errores da pistas para que en un futuro se refuercen los primeros y se corrijan los segundos. Se trata por lo tanto, de una publicación altamente recomendable para los que se interesan por el pasado, pero sobretodo para los quieren construir un futuro mejor.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL – COESÃO, TERRITÓRIO E ECONOMIA

A ACEESA realizou nos dias 4 a 6 de Novembro do corrente ano, um Congresso, cujo tema passa pela Competitividade global e coesão económica, social e territorial. Interligação entre as diferentes dimensões na promoção da inclusão social nas Regiões.

Considerando que, os Açores constituem uma das regiões de Portugal onde melhor se promove a integração da lógica territorial nas políticas sociais, devido à sua condição de arquipélago, propõe-se com a proposta de realização deste Congresso que os Açores desenvolvam, num contexto experimental ao nível da União Europeia, a implementação de um projecto em

que a perspectiva da competitividade e da coesão se articulem na definição das políticas territoriais de desenvolvimento, englobando as dimensões da economia pública, privada e social, da cultura e do ambiente na prevenção das assimetrias e na luta contra a pobreza e exclusão social.

O objectivo deste Congresso passa por fomentar o debate sobre o desenvolvimento local, e como o promover, em particular nas regiões ultraperiféricas por intermédio de abordagens territoriais de promoção da competitividade e coesão tendo por base parcerias de nível local, regional, nacional e europeu.

Artigos

Os artigos não devem ultrapassar os 50 000 caracteres, incluindo notas e bibliografia. As divisões internas do texto deverão ser acompanhadas de subtítulos. Os textos devem ser impressos de um só lado de folhas A4, com margens amplas, a espaço e meio. Quando necessários, os quadros e tabelas são admitidos, desde que reduzidos ao mínimo possível.

Os gráficos, caso existam, têm que ser fornecidos em suporte informático separado, um para cada gráfico, em formato Excel (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh). Os manuscritos deverão ser enviados em duplicado e, obrigatoriamente, em disquete no programa Microsoft Word (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh), para:

Ass. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico
Rua D. Maria José Borges, 137–R/C
9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

As citações devem aparecer entre aspas baixas (« e ») ou, quando maiores que três linhas, indentadas e também entre aspas baixas. Num ou noutro caso, terão que ser devidamente referenciadas em nota. As notas, deverão ser, obrigatoriamente colocadas no final do artigo e nunca em rodapé. Todas as obras citadas ou referenciadas devem estar compiladas no final do artigo, por ordem alfabética do apelido dos autores, obedecendo ao seguinte padrão:

Jeanne Marie PENVENNE, 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* Johannesburg Witwatersrand University Press.

Nos artigos ou contribuições para obras colectivas, o título do artigo ou contribuição deve vir entre aspas baixas, seguido da indicação em itálico da revista ou título da obra colectiva, da indicação do volume e número da revista –ou local de edição e editora da obra–, e das páginas correspondentes ao artigo ou contribuição citada:

Alan K. SMITH, 1973. «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo de não mais de 1 000 caracteres, sempre que possível também em inglês.

Recensões

Devem ter menos de 5 000 caracteres e seguir as normas acima discriminadas. A obra recenseada deve ser identificada pelo seu autor, data de edição, título, local de edição, editora, número de páginas e ilustrações (caso existam).

Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem. Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem.

Articles

Articles are limited to 50 000 characters, including notes and bibliography. Internal divisions of the text must carry subtitles. Texts should be printed in one-sided A4 paper, with large margins, and separations of 1,5 spaces between each line.

If tables and boxes are considered necessary, they should occupy as little space as possible. Graphic charts must be delivered in separated computer, one for each chart, in Excel (Windows or Macintosh) document to:

Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico
Rua D. Maria José Borges, 137–R/C
9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

Quotations should appear between low commas (« and ») or, when longer than three lines, indented (also between low commas). In either case, they must be referred to in corresponding endnotes (and not in footnotes). All cited or referenced books should be listed in the end of the article, by author's surname in alphabetical order, according to the following pattern:

Jeanne Marie PENVENNE, 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* Johannesburg Witwatersrand University Press.

In the case of articles or contributions in collective books, the title must be mentioned between low commas, followed by the name of the journal or the collective book, in italic; and indicating the volume and number of the journal, or the place and publisher of the book, as well as the corresponding pages of mentioned article or contribution:

Alan K. SMITH, 1973. «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

The articles must be preceded by a short abstract of 1 000 characters or shorter, in English.

Reviews

Reviews should have 5 000 characters or less and follow the rules indicated above for articles. The reviewer must necessarily identify the reviewed work by author, date, title, place, publisher, number of pages, and illustrations (if included). The contents of the published articles and reviews are of their author's full responsibility.

Permuta de Revistas

Solicita-se permuta

Se solicita el intercambio con otras revistas

Exchange desired

Nous prions echange

Preencha e envie este cupão pelo correio

- Sim, desejo adquirir a Revista de Economia Solidária
Uma edição – 10 euros (Sem portes incluídos)

Nome
D. Nascimento Profissão
Morada Código Postal
Telefone/Telemóvel Email

Assinale abaixo a forma de pagamento

- Autorização de pagamento por débito na conta abaixo indicada

Nome do titular
Banco Balcão
NIB Data
Assinatura

-
- Junto envio o cheque n.º Banco
em à ordem de ACEESA – Associação Centro de
Estudos de Economia Solidária do Atlântico.
Desejo o recibo em nome de C.C. n.º

-
- Efectuei transferência bancária para o NIB 0038 0000 32088797301/19
(anexar comprovativo de transferência)
em nome de

